

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Os ilustres réus da cidade:
A família Fróes da Motta em Feira de Santana
(1906-1927)

São Cristovão
Sergipe-Brasil
2016

Aline Laurindo Rodrigues

Os ilustres réus da cidade:
A família Fróes da Motta em Feira de Santana
(1906-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza

São Cristovão
Sergipe-Brasil
2016

Aline Laurindo Rodrigues

Os Ilustres Réus da Cidade:
A família Fróes da Motta em Feira de Santana
(1906-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Maza

Profª. Drª. Maria Conceição Vasconcelos Gonçalves

Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

São Cristovão
Sergipe-Brasil
2016

Sumário.

Introdução: A Feira de Santana dos Fróes da Motta.....	08
1. <i>“Bello” torrão de ouro engastado no solo fecundo da “bahia”</i>	09
1º capítulo: Construção do Ideal modernizador/civilizador em Feira de Santana.....	18
1.1 A honrosa família brasileira.....	19
1.2 A importância do trabalho na nova sociedade republicana.....	24
1.3 População negra e pobre: cuidado e repressão.....	36
2º capítulo: A ilustre família Fróes da Motta.....	43
2.1 Coronel Agostinho Fróes da Motta, o patriarca.....	43
2.2 Coronel de sucesso: benfeitor e abastado capitalista.....	48
2.3 Família Fróes da Motta: prestígio e poder.....	58
2.4 Dr. Eduardo Fróes da Motta: o filho querido.....	60
2.5 Alberto de Almeida Motta: o filho ilegítimo.....	64
2.6 Capitão Augusto Fróes da Motta e Amália Fróes da Motta: exceções à regra?.....	67
3º Capítulo: A tragédia da Feira de Sant’anna.....	69
3.1 As testemunhas.....	70
3.2 Os desonradores da família Fróes da Motta.....	74
3.3 O papel da justiça: juízes e promotores entre a moral provinciana e a civilidade republicana.....	79
3.4 O desprezo público: repercussões do caso do Capitão Augusto Fróes da Motta.....	81
Conclusão.....	92
Referências Bibliográficas.....	95
Lista de Fontes.....	98

Resumo

O objetivo do trabalho circunda a análise das características dos grupos dominantes de Feira de Santana nos primeiros anos do século XX, usando como objeto de análise uma das famílias mais ricas e influentes da cidade na época: os Fróes da Motta.

Além disso, pretende-se entender de que maneira as idéias modernizadoras defendidas pelo novo modelo político atingiram a população feirense.

A partir da análise das particularidades da família com apoio de fontes processuais e cíveis bem como periódicos da época, pretende-se com esse estudo destacar as relações de poder empreendidas pela família Fróes da Motta em conjunto com os mecanismos jurídicos e os espaços de poder em que eles atuaram bem como a aplicação da lei na sociedade feirense quando o réu ocupava na mesma, uma posição de destaque.

Palavras- Chave: Feira de Santana, Fróes da Motta, Relações de Poder.

Résumé

L'objectif des travaux entourant l'analyse des caractéristiques des groupes dominants de Feira de Santana dans les premières années de la République , en utilisant comme objet d'analyse une des familles les plus riches et les plus influentes de la ville à l' époque: le Fróes de Motta .

En outre, nous avons l'intention de comprendre comment les idées modernes préconisées par le nouveau modèle politique atteint population Feirense .

De l'analyse des caractéristiques de la famille pour soutenir les fournitures et périodiques de l'époque de procédure civile et , il est prévu que cette étude mettent en évidence les relations de pouvoir menées par la famille Fróes da Motta ainsi que les mécanismes juridiques et des espaces de puissance ils ont agi et l'application du droit dans la société Feirense lorsque le défendeur a tenu dans la même position de premier plan .

Palavras- Chave: Feira de Santana, Fróes da Motta, Relações de Poder.

Agradecimentos.

Uso este espaço para expressar minha extrema gratidão para todos aqueles que me ajudaram a tornar minha caminhada na escrita deste texto menos exaustiva e minimamente prazerosa.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Aos meus avós, pelo eterno zelo. Meus irmãos, por continuarem sendo os meus espelhos, meus melhores reflexos. Á Liz que transborda minha vida de amor e beleza.

Aos meus tios e tias pela presença sempre revigorante e cuidadosa. Tia/ Pró Mila, pela inspiração e as lições de como andar nessas estradas escuras e inebriantes que enfrentamos ao exercer o trabalho de Professor de História. Obrigada, de novo.

Aos meus primos pela felicidade dos reencontros.

Aos meus sogros pela preocupação. Aos cunhados pela parceria. Daniel, obrigada pela boa vontade e o trabalho bem feito.

Á professora Elizete e ao professor/ amigo Clóvis. Não teve uma só linha escrita nessas páginas em que não ouvi suas vozes me dizendo que é possível. Mesmo longe vocês estão presentes. Muitíssimo obrigada.

Aos meus amigos de todas as horas: Nayara, Chin e João a quem serei grata eternamente pelo incentivo e amizade. Yole e Danilo, nossos amores. Mel, Milena e Thaia por serem o melhor de mim. Rafa e Geo pelo companheirismo feirense nas andanças sergipanas. Á Jeane pelas palavras de acalento. Fabiana, parceira nas estradas, na profissão e agora nas experiências maternas. Agradeço sempre a sorte de ter encontrado a minha vida com a de vocês.

A minha turma de mestrado que encurtou ainda mais a distância entre a Bahia e Sergipe. Obrigada pelos debates, discussões e as risadas e alegrias que dividiram comigo.

A equipe Diretiva do Colégio Estadual Luiz Garcia em Brejo Grande, onde leciono, pela boa vontade e flexibilização nos horários para que eu pudesse me dedicar às aulas do mestrado.

Agradeço ao meu orientador, professor Fabio Maza pela compreensão e disposição bem como ao Prohis- Ufs pelo profissionalismo e sensibilidade diante dos percalços que encontrei durante a produção da pesquisa. Nathália, pela boa-vontade. Obrigada.

Por fim, agradeço a vocês dois! Que estiveram comigo desde a escrita da primeira letra até o ultimo ponto final. Tiago, o melhor companheiro que a vida podia me dar, nada descreve minha gratidão e o meu sentimento por você. Akin, meu filho, meu maior motivo, que me ensina todo dia como doar-se ao extremo sem se perder. Amo vocês demais.

Introdução.

A Feira de Santana dos Fróes da Motta

A noção de família no Brasil foi alvo de transformações como outras importantes instituições durante os primeiros anos da República. Ainda que o patriarcalismo¹ tenha se mantido firme nas estruturas familiares, pôde-se observar, na medida em que os centros urbanos foram inflando-se demograficamente e a concorrência por empregos aumentou, houve, principalmente nas famílias empobrecidas, uma transformação no núcleo da instituição familiar que outrora fora masculino passou a ser dividido com a figura feminina, que costumava dividir-se entre os trabalhos domésticos e a prestação de serviços remunerados e extradomiciliares.

Nas famílias mais abastadas, entretanto, as posições relativas ao gênero mantiveram-se menos alteradas e a mulher, por exemplo, continuou, no geral, desempenhando seu papel de mãe e dona de casa, responsável por manter a ordem e a propagação de valores no espaço privado. Era muito importante para as famílias ricas que os seus integrantes se mantivessem enquadrados nas regras e demandas que a sociedade exigia.²

Mais do que as famílias pobres, os núcleos familiares da classe dominante deveriam servir de espelho para os demais, principalmente nas cidades do interior. Por isso a preocupação por parte dos pais em formar os filhos homens “bacharéis”, nas carreiras de advogado, médico ou engenheiro, ao passo que se empenhavam em “encontrar” bons casamentos para as filhas. Avaliemos essa realidade do ponto de vista de uma família que tem como patriarca um homem negro e de origem humilde na cidade de Feira de Santana.

¹ Barreto (2004) ressalva que “patriarcalismo” pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.

² CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. (1918-1940) Editora Unicamp, 2000, São Paulo. p. 121

Nascido no ano de 1856, trinta e dois anos antes da abolição da escravidão, as fontes sobre o passado de Agostinho Fróes da Motta se mostram controversas como veremos adiante. Segundo o que o próprio coronel afirma em seu inventário³, teria nascido em Feira de Santana, filho dos lavradores de fumo João Borges da Motta e Maria Valeria de Jesus, algumas fontes, (como o relato de um de seus filhos que veremos mais adiante) confirmam que ainda adolescente trabalhou em um armazém, sendo daí em diante criado por um casal de portugueses, donos do estabelecimento. Já aos 22 anos inaugura no já dinâmico comércio feirense, uma loja destinada à venda de frios, fumo e mantimentos em geral.

O Coronel tornou-se, então, uma das figuras mais ilustres do cenário político e econômico feirense. Intendente municipal de 1916 a 1920, diversas vezes conselheiro municipal, Agostinho Fróes da Motta foi dono de uma fortuna que chegou a ultrapassar os mil contos de réis⁴.

O objetivo central deste trabalho é analisar, alicerçado pela figura do Coronel e sua trajetória, como procurou-se forjar uma ideia de família “Fróes da Motta”, cujos sentidos eram afirmados e reafirmados em relação a qualidades morais, ao ímpeto e à capacidade comercial. Por outro lado, pesquisar as intempéries da família e suas contradições.

Na tentativa de situar o leitor no tempo e no espaço para melhor conhecer os sujeitos e o lugar que fazem parte deste trabalho, pretende-se apresentar brevemente as principais características da cidade nas primeiras décadas do século XX, enfocando, sobretudo, a trajetória daquela que seria a mais importante personagem das atividades econômicas a partir da qual a família em questão enriqueceu: o comércio. Em seguida, apresentaremos os capítulos que compõem o presente trabalho.

1. “Bello” torrão de ouro engastado no solo fecundo da “bahia”⁵

Desde a sua gênese, quando ainda sentia os primeiros impactos do colonização, Feira de Santana mostrou-se como essencial na difusão do comércio interiorano, seja

³ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA (CEDOC). Inventário de Agostinho Fróes da Motta. Est. 6, cx. 166, doc. 2573. Feira de Santana: UEFS, 1922.

⁴ Foram analisados, para apresentação desses dados, os inventários do Coronel Agostinho Fróes da Motta e D. Maximiana de Almeida Motta, sua primeira esposa.

⁵ Adjetivo dado a Feira de Santana pelo Conselheiro Dr. Auto Reis em um discurso quando da posse do Cel. Agostinho em 1º de janeiro de 1916.

pela sua localização central entre a capital e o sertão, seja pelo fato de ser cortada pelo Rio Jacuípe, o que favorecia a fertilidade do solo e conseqüentemente a produção de grande quantidade de produtos agrícolas e de pasto saudável para o gado.⁶ Devido à sua localização privilegiada, serviu como entreposto comercial, abrigando e virando passagem obrigatória de boiadas vindas do interior em direção ao litoral, de caixeiros, vendedores de produtos diversos e aventureiros (SILVA, 2000).

O papel da cidade como entreposto comercial para o interior da Bahia fôra oficialmente reconhecido pelo governo imperial, em 1873: pela lei de 6 de junho desse ano, a vila primitiva alcançara a condição de cidade, com a denominação de cidade comercial de Feira de Santana. (POPPINO, 1968, p. 238).

Incluídas no sistema escravista ainda vigente durante o século XIX, as características propícias da cidade favoreceram o surgimento de grandes fazendas ligadas à agropecuária que enriqueceram diversas famílias em toda a sua extensão. Sobre esse fato, observa-se no texto de Freire (2007, p. 40):

Feira de Santana se insere nessa Bahia interiorana não apenas como zona de transição geográfica entre o litoral e o sertão, mas, também, como zona de transição econômica, onde a união entre a pecuária e a agricultura se revelava na mais perfeita combinação a demarcar esse território.

Segundo Freire, dentre as principais diferenças que caracterizavam a economia desenvolvida na Bahia estava o fato de que enquanto o Recôncavo ainda baseava sua economia na monocultura do açúcar, o interior da província já se dedicava a policultura do fumo, do algodão e ainda a criação de gado.

A venda de carne verde, do gado vivo e de seus derivados impulsionou e consolidou o comércio feirense desde meados do século XIX até quase metade do século XX. A passagem de boiadas rumo à capital Salvador e vice-versa, bem como o comércio interiorano do gado criado na própria vila, foi, sem dúvidas, a fonte de riqueza mais próspera e com retorno garantido para os fazendeiros e pequenos criadores na passagem do XIX para o XX. Assim, gado miúdo ou de grande porte, a pecuária se manteve como uma atividade econômica importante para a região de Feira de Santana,

⁶ Feira de Santana está localizada a 90 km da capital da Bahia, Salvador. A cidade é cortada pela BR 324 o que nos dias atuais ainda a torna um importante entroncamento rodoviário servindo como apoio aos viajantes que tem como destino as regiões mais ao sul do país.

sendo responsável, inclusive, pela ocupação das suas terras desde a época colonial (FREIRE, 2007).

Já o fumo, que a alguns anos tinha perdido parte do prestígio colonial, ainda se mostrava como a segunda atividade mais lucrativa depois da pecuária. Boa parte da produção daquele era escoada para fora do país e a prova desse lucro pode ser observada com a cobrança dos impostos sobre esse produto que fazia com que o município faturasse bons rendimentos já no fim do XIX.⁷

As análises de Freire apontam um enriquecimento de figuras que mantiveram fazendas ligadas à produção agropecuária. Dentre as fortunas existentes na comarca feirense no século XIX, aquela que ele classifica como Muito Grande, girava em torno de 426:039\$046 réis, a única encontrada inclusive, pertenceu ao Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira falecido em 1873:

Como vimos, foram quatro fazendas de gado do coronel e, em conversa informal com o Imperador, este afirmou ter ouvido que suas fazendas produziam mais de duas mil crias de gado por ano [...] foram avaliadas 2.258 cabeças de gado bovino, 181 bois de brochas. (FREIRE, 2007, p. 141).

Podemos concluir então que, atividades como a exportação ou comércio interno de produtos como o tabaco e prática da pecuária favoreceram a instalação e prosperidade do comércio feirense, bem como se pode deduzir que os primeiros a fazer fortuna na cidade foram os grandes fazendeiros ou vendedores/produtores avulsos, aqueles, enfim, que direta ou indiretamente mantiveram uma ligação com a atividade comercial.

Feira de Santana conheceu entre fim do século XIX e o início do XX um surto comercial relativamente alto devido à importação de produtos como vinho, sal, azeite e tecidos nacionais e importados, bem como a emergência de novos produtos como rádios, vitrolas, discos etc (POPPINO, 1968). Muito provavelmente quando da constatação feita por Poppino (1968) de que: depois de 1860, o número de empórios de gêneros alimentícios na cidade excedia a todos os outros tipos de estabelecimento comerciais, entre os quase 30 empórios catalogados até 1881 encontrava-se um,

⁷ Freire (2007), em seu texto, apresenta em números os rendimentos da Câmara Municipal entre 1789 e 1880 e comprova como somente as taxas cobradas pelo tabaco renderam quase 30% da arrecadação do município chegando algumas vezes a superar o gado e seus derivados.

inaugurado em 1878, destinado ao comércio de frios, couros, gênero alimentícios, fumo e outros produtos, tendo por dono Agostinho Fróes da Motta (REIS, 2008).

Agostinho Fróes da Motta e sua família também fizeram fortuna dedicando-se ao comércio, sobretudo o fumageiro, bem como às atividades desenvolvidas no campo. No livro de memórias escrito por Antônio do Lajedinho, os Fróes da Motta são lembrados, justamente, por terem sido também grandes fazendeiros, ele afirma:

Na minha juventude, os fazendeiros eram os homens mais ricos da região. Os exportadores de fumo, também abastados, vinham em segundo plano e terceiro os comerciantes e, O maior fazendeiro era o Dr. Eduardo Fróes da Motta que herdara do seu pai, Cel. Agostinho, a maioria das fazendas. (FERREIRA, 2006, p. 58).

E completa o memorialista a lista dos ricos fazendeiros feirenses: Outros grandes fazendeiros foram Arthur Fróes da Motta, João Mendes da Costa, Servilho Carneiro... (FERREIRA, 2006).

Arthur e Eduardo, lembrados acima por Lajedinho são respectivamente o primeiro e o quinto filho do Cel. Agostinho. O fato de serem citados pelo memorialista como fazendeiros e não como comerciantes suscitam outras questões acerca dessa família, questões essas que Wagner Reis aborda em seu trabalho, por exemplo, seguramente o comércio não foi a única fonte de renda do Coronel Fróes da Motta que, seguindo os passos de outros feirenses, se dedicaram a criação de gado e demais atividades agropecuárias (REIS, 2008).

Observa-se ainda, na descrição dos mais ricos da cidade feita por Lajedinho, que, obedecendo à ordem fazendeiro-exportador de fumo-comerciante, podemos encaixar perfeitamente o patriarca dos Fróes da Motta em todas essas atividades que proporcionavam lucros seguros.

Ainda percorrendo os prósperos caminhos do comércio, já durante o século XX com a consolidação do mesmo no cenário feirense, é possível perceber como a necessidade de mantê-lo intacto e sempre lucrativo vai promover uma série de mudanças na paisagem social e cultural da cidade juntamente com a propagação dos ideais republicanos de civilidade, moralidade, higiene e modernização. Aldo Moraes Silva explica que o comércio, enquanto atividade próspera e significativa, em Feira de

Santana favoreceu a disseminação de uma identidade baseada na sanidade do município (SILVA, 2000).

O rápido desenvolvimento dessa atividade econômica e o salto demográfico que a cidade acompanhou nos primeiros anos da República (POPPINO, 1968) não condiziam com a cidade que, mesmo com os aspectos provincianos já apresentava problemas das grandes urbes como o lixo, o excesso de sujeira e a debilidade de saneamento (SILVA, 2000).

Em 1916, ao assumir como Intendente, o Cel. Agostinho Fróes da Motta se mostrou interessado em promover mudanças na cidade. A construção do novo prédio escolar da cidade (SANTIAGO, 2010) e a construção do seu palacete com moldes europeus no centro da cidade (FOLHA DO NORTE, 2008) são um exemplo.

Podemos, ainda, analisar essa mesma modernização republicana através dos ideais comportamentais e se torna válido então, discutir de que maneira a ideia de um novo cidadão brasileiro, republicano, moderno se difundiu na cidade de Feira de Santana durante esse período.

Esses aspectos podem ser observados através da análise da imagem da violência na cidade, por exemplo. Ainda que as formas de violência na cidade não tenham sido alteradas, segundo Clóvis Ramaiana Oliveira, a questão giraria em torno da visibilidade dada a mesma. Atitudes que outrora foram aceitas e/ou pomenorizadas passaram a ser criticadas e combatidas por setores dominantes da sociedade feirense a partir daquele momento. A desruralização do território tem um papel fundamental nesse processo, já que o cenário urbano recém-instalado, não aceitava e nem corroborava com atitudes atrasadas ou que remetessem ao seu passado rural (OLIVEIRA, 2000).

Analisar o discurso moralizador e ordenador dos grupos dominantes durante esse período se faz importante visto que um dos objetivos do presente texto é justamente discutir as contradições dessas mesmas camadas dominantes que se tornaram detentoras e defensoras desses valores morais, já que as fontes que analisamos apontam a participação de sujeitos desse grupo em delitos de diversas ordens, os quais se chocavam com os padrões que foram estabelecidos pelo próprio grupo dominante no país e na cidade.

Com ajuda da imprensa local, a exemplo do jornal *Folha do Norte*, os grupos políticos da sociedade disseminavam imagens depreciativas e pejorativas atrelando a violência e os maus hábitos a atitudes incivilizadas, grotescas e que necessitavam serem combatidas⁸.

A imagem do período que antecede o golpe de 30 no Brasil, conhecido como Primeira República, foi sempre atrelada à barbárie, ao incivilizado e ao violento. Eronize Lima (2008), que analisa os aspectos da violência em Feira de Santana após a década de 1930, aponta que o combate a práticas ligadas à antiga ordem, (o coronelismo tão difundido no interior do País durante a Primeira República), que resolvia problemas e desajustes sem nenhum tipo de aparato na lei, precisava ser feito a fim de que ficasse claro que havia agora uma nova ordem estabelecida que buscava moldar o que ela denominou de “novo homem urbano,” contrário aos antigos comportamentos tão “incivilizados” e “instintivos”, disseminadores de práticas violentas e ultrapassadas que precisavam ser mudadas.

O coronelismo foi predominante dos primeiros anos do século XX, permitido entre outros fatores pela influência política, o poderio econômico, a posse de latifúndios e a fidelidade de capangas armados. Os coronéis eram homens que faziam- se respeitar através do poder político e do medo que impunham aos demais indivíduos por conta da sua valentia e resolução de problemas pessoais com violência, mediados quase sempre pela sua influência na sociedade (LIMA, 2008). Essas relações de poder descritas e abordadas por Lima podem ser encontradas em várias das práticas e atitudes exercidas pela Cel. Fróes da Motta e alguns membros da família no período trabalhado.

Como analisar, então, a participação de figuras pertencentes a uma família influente na cidade, como eram os Fróes da Motta, em delitos que envolviam tentativa de assassinato, porte ilegal de armas e estupro, arruaças e práticas típicas de um passado rural? Essa é uma pergunta que pretendemos responder nos próximos capítulos a partir da análise das fontes.

⁸ O jornal *Folha do Norte* foi fundado em Feira de Santana em 1909 e vigora na cidade até os dias atuais. O mesmo jornal pertenceu a figuras políticas ligadas aos grupos dominantes. Veremos mais sobre a sua influencia social e posições políticas mais a frente.

Acrescido a isso existe o fato de que a população, nesse período, estava concentrada na zona rural do país, e o modelo urbano de vida foi o mais buscado pela nova ordem estabelecida, o que também ocorreu em Feira de Santana – o privilégio da cidade se dá em função da nova ordem que estava sendo articulada no Brasil, com evidente superioridade simbólica das atividades urbanas em detrimento das rurais (OLIVEIRA, 2000).

O principal processo analisado no presente trabalho é datado do ano de 1922, período em que o país enfrentava o início de um processo de instabilidade política já que o mesmo iniciou-se oito anos antes do golpe que delegou a Vargas o poder e instituiu algumas mudanças no cenário político da época.

Em Feira de Santana, ocorreu a tentativa da elite local de manter o poder concentrado nas mãos dos mesmos sujeitos políticos por meio de construção e desmanches dos laços sociais, partidários e econômicos. Observa-se para isso a opinião de Kelman Conceição ao discutir as relações estabelecidas por um dos homens mais influentes da cidade ao lado do Cel. Agostinho Fróes da Motta. Cel. Bernadino Bahia foi outro ator político que figurou dentre os mais importantes nomes no cenário feirense tanto como colunista do jornal Folha do Norte como influente líder político, atuante na oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas a partir de 1937 (LINS, 2011):

Genro do Cel. Bernadino Bahia, tendo se casado com duas de suas filhas, Arnold Ferreira da Silva é eleito e governou Feira de janeiro de 1924 a dezembro de 1925 e mais tarde de janeiro de 1926 a dezembro de 1927, quando o diretório do PRB já estava sob sua direção. Essa eleição nos dá uma clara demonstração da influência e poder do Cel. Bernardino Feira de Santana, que consegue inserir na política Feirense um homem que até então não possuía nenhuma experiência política. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 25).

O acusado do processo supracitado é o Capitão Augusto Fróes da Motta, terceiro filho do Cel. Agostinho e pesa sobre ele, conforme prescrito no Código Penal de 1890, uma denúncia de lesões corporais, contra a sua mulher D. Almerinda Almeida Motta, tendo ele sido preso em flagrante após ter deflagrado um tiro contra a mesma. Ato esse justificado por ele como uma questão de honra, já que ele acusava a esposa de traição. Segundo a afirmação feita por Ramos, a resolução de problemas familiares durante a Primeira República ainda eram resolvidos através do uso da força; se na sociedade feirense de outras eras foi legítima a resolução de confrontos pessoais pela força, agora

já não o era, a não ser em caso de defesa da mulher ou de algum tipo de agressão à honra envolvendo questões femininas (RAMOS, 2000).

Ainda que o período republicano trouxesse consigo algumas mudanças de cunho estrutural, a questão da honra feminina ainda era algo a ser preservado e zelado tal qual nos tempos provinciais agora combatidos. Sobre o comportamento feminino e o seu lugar na sociedade republicana, explica Cristiana Ramos (RAMOS,2000):

A conduta feminina adequada é aquela que está associada ao conceito de honra, que por sua vez, é manifestada através do controle dos impulsos e desejos do próprio corpo. Era preciso que se mantivesse um comportamento sério e austero perante a opinião social, já que cabia a mulher manter as aparências, para que ela e sua família pudessem pertencer a boa sociedade e não ferir a moral e os bons costumes, Daí a importância da castidade feminina, quando solteira, e a fidelidade aos maridos no caso das casadas. (2007, p. 29).

Isso talvez explique o abrandamento da pena do Capitão Augusto do crime que cometeu e o fato de ele não ter sido preso na noite do crime, apesar do flagrante, ainda que mesmo com toda sua provável influência ele não conseguiu evitar o desenrolar de um inquérito policial e um processo movido pela justiça pública que durou cerca de seis meses, de março a junho de 1922.

Teriam as frações dominantes feirenses juntamente com a imprensa e outras ferramentas sociais, burlado os ideais de civilidade da época na tentativa de esconder esse delito? Qual o papel dos Fróes da Motta dentro desse contexto? Essas e outras perguntas buscaremos responder com a análise das fontes, mas, já se pode perceber esses grupos dominantes da sociedade feirense enquanto heterogêneo e transgressor de ideais que eram defendidos por eles próprios.

Eram atos incivilizados como esses que a República pós década de 30 procurava combater. Capitão Augusto pertencia a essa velha ordem que segundo Lima também vai ser visada pelo novo discurso, ainda que mais brandamente visto que o estigma geral da violência vai recair sobre os subalternizados e os afrodescendentes pobres.

O fim do século XIX e início do XX em Feira de Santana assistiu a um confronto de concepções e práticas entre a “antiga” e a “velha” ordem, a transformação de “antigos” em “novos” sujeitos na tentativa de criar um também novo cenário feirense: civilizado, moderno e principalmente próspero, sobretudo. É exatamente a contradição

desse discurso diante da prática cotidiana que demonstramos neste trabalho. O discurso empreendido nesse processo pela classe dominante do período algumas vezes contradizia-se completamente das práticas vividas por esses mesmos sujeitos nesse momento histórico.

Para melhor compreensão da temática abordada dividimos este texto em três capítulos. No primeiro destes, intitulado **Modernizando o Brasil, modernizando a Feira**, buscamos demonstrar de que maneira o processo modernizador/ civilizador empreendido pela República nos primeiros anos do século XX no Brasil se mostrou presente na cidade de Feira de Santana. Esse processo abrangeu e tentou enquadrar diversos segmentos da sociedade, entre eles: a família, a classe trabalhadora e, sobretudo, a população negra. Optamos por analisar o processo civilizador/modernizador por essas três vertentes, a fim de tentar entender com mais clareza os sujeitos históricos dos quais estamos tratando, bem como as características da população da cidade onde eles viveram e disputaram seus ideais. Para o desenvolvimento de tais análises utilizamos fontes impressas como jornais, periódicos e fontes bibliográficas, sobretudo obras de memorialistas.

O segundo capítulo, denominado **A ilustre família Fróes da Motta**, tem como objetivo principal apresentar a família criada pelo Coronel Agostinho Fróes da Motta, tomando sua trajetória como espinha dorsal para o desenvolvimento do texto, analisando os principais membros dessa linhagem. Buscamos, neste capítulo, demonstrar de que maneira essa família disputou e tentou se enquadrar no “novo” modelo de família imposto pela República; como o patriarca se preocupou em atribuir sentidos à mesma; quais características que se fizeram importante a fim de preservar a moral e a conduta do clã em questão. Para tanto, além de periódicos, analisamos processos cíveis, testamentos, inventários e cartas pessoais trocadas entre os membros da família.

O objetivo central do terceiro capítulo, **A tragédia da Feira de Sant’Anna**, é analisar o delito que colocou um dos membros da família Fróes da Motta, o Capitão Augusto Fróes da Motta, no banco dos réus após ter deferido um tiro contra sua esposa, D. Almerinda de Almeida Motta. Discutiremos a importância dessa família, os papéis sociais destinados à mulher nesse período e sua relevância dentro do processo jurídico. Ficamos atentos também à possibilidade da influência social dos Fróes da Motta ter

interferido na decisão judicial e acompanhamos a repercussão na imprensa, bem como os desdobramentos na vida dos principais envolvidos.

1º CAPÍTULO.

CONSTRUÇÃO DO IDEAL MODERNIZADOR/CIVILIZADOR EM FEIRA DE SANTANA

Dos poucos tempos depois, o possante e tonitruante Mercedes do Cel. Agostinho apagaria totalmente o rumor macio das sedas da cadeirinha de arruar. Duas civilizações e dois símbolos: a discricção da cadeirinha de arruar e a zoadá espalhafatosa do mercedes. Nova época, depois dos uivos adoidados da guerra de quatorze. Uma a finesse do silencio. Outra o estrépito do novo rico. Isto mesmo. (BOAVENTURA, 2006, p. 69).

As palavras de Eurico Alves Boaventura ilustram o impacto que a onda modernizadora trazia para ainda provinciana Feira de Santana do início do século XX. Junto com os automóveis chegavam, também, demolições de casebres, alargamento das ruas, construções de praças e passeios públicos, medidas higienizadoras e um eficiente aparato policial e jurídico responsável por manter a ordem na cidade. Imaginaria Boaventura que poucos anos após a chegada do barulhento Mercedes do Coronel Fróes da Motta, suplicaria os cidadãos feirenses pela organização do trânsito na cidade tal qual seria a quantidade de automóveis e “chauffers ao andarem com seus carros a toda força, algumas vezes em buzina de aviso, outras á noite em desenfreadas carreiras pelas ruas?” (FOLHA DO NORTE, 1920c, p. 2)⁹. Provavelmente não, mas, cabe aqui ao menos imaginar os impactos que a modernização e seus instrumentos trouxeram á sertaneja população feirense.

Ideais de honra e moralidade também foram difundidos nesse período, a nova conjuntura republicana pretendia reformar costumes e comportamentos legados do passado imperial, em especial os traços da cultura negra. Era necessário um grande projeto re-educador que inserisse nesses sujeitos os preceitos de uma vivência honrada, moralizada, civilizada, condizente com o modelo progressista defendido pelas autoridades.

⁹ Trecho extraído de nota do redator do jornal suplicando às autoridades leis e medidas que ordenassem o trânsito de automóveis na cidade, haja vista que o antigo código tornava-se obsoleto por tratar apenas sobre carroças e carros de bois.

Esses preceitos foram regulados e implantados em vários aspectos da vida social da população. As autoridades locais contavam quase sempre com a ajuda da imprensa na difusão dessas propostas; dessa forma, mudanças drásticas foram promovidas, sobretudo nos conceitos de família, que se tornaria a principal responsável pela divulgação e montagem de uma sociedade moralizada e respeitosa. As noções de trabalho também sofreram alterações no sentido de inserir-se na mentalidade popular enquanto único caminho para civilização e honradez, ao contrário do humilhante trabalho escravo. Todo esse projeto teve como alvo principal a população pobre do país, em sua grande maioria egressos da escravidão recém-abolida¹⁰.

O que se pretende, neste capítulo, é entender de que forma o processo modernizador/civilizador difundido no Brasil da Primeira República instalou-se em Feira de Santana, analisando-o através das mudanças e permanências promovidas nos ideais de família, de trabalho e do tratamento dispensado pelo Estado e pelos grupos dominantes às populações pobres da sociedade. Para tanto, analisa-se os veículos de difusão desse discurso e o impacto gerado na cidade e na população em geral a partir da sua implantação.

1.1 A honrosa família brasileira

A defesa dos valores da família permeou e moldou grande parte do discurso modernizador da Primeira República, legitimou atitudes opressoras e manobras excludentes que atingiram principalmente a figura feminina e as famílias de formação não-patriarcal¹¹ muito comuns entre a população pobre do país. Para as autoridades, “proteger a honra da família era crucial para a defesa da civilização e para a construção de uma nação moderna” (CAULFIELD, 2000, p. 109).

No Brasil, o processo modernizador/civilizador começou na cidade do Rio de Janeiro, estendeu-se a outras capitais, chegando inclusive ao interior do país (LEITE, 1996). O principal objetivo das autoridades brasileiras era europeizar as cidades, torná-las modernas, civilizadas e higienizadas. De certo, esses avanços requeriam uma

¹⁰ É válido destacar aqui que, a respeito desse processo de modernização/urbanização, há reconhecidamente uma vasta produção historiográfica entre as quais vale destacar *Trabalho, lar e botequim* (2008), do professor Sidney Chalhoub, e *Orfeu extático na metrópole* (1992) e *Literatura como missão* (2003), do autor Nicolau Sevcenko.

¹¹ Entende-se por família *não-patriarcal* não somente aquelas em que o núcleo familiar não gira em torno da figura masculina, mas também aquelas em que o comum protagonismo do homem é dividido com a figura feminina em vários aspectos como o da responsabilidade de manter a ordem no espaço privado ou na garantia de recursos financeiros para o sustento da família.

ordenação familiar que promovesse a interação dos sujeitos – pais, mães, filhos, filhas e agregados – aos preceitos da nação moderna e civilizada.

O tradicional modelo de família extensa, composta pelo pai, mãe, filhos e uma variada gama de agregados vivendo sob o mesmo teto, entrou em declínio no Brasil já no início do século XIX. No mesmo período tornavam-se comuns as famílias chefiadas por homens autônomos economicamente (CAULFIELD, 2000), fenômeno que diminuía os dependentes dos ricos senhores e fazendeiros. Ainda que essa estrutura familiar, conhecida como *patriarcal* tenha sido utilizada como baluarte pela historiografia para o caso brasileiro, salvo a região Nordeste, essa predominância não existiu em outras partes do Brasil. Afirma a pesquisadora Eni Mesquita Samara (2004, p. 8) que essa generalização não observou as “variações que ocorrem nas estruturas das famílias em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais”. A autora analisa, ainda, que os estudos sobre as famílias patriarcais endossaram o mito da mulher submissa em contraposição a um marido estritamente dominador:

Não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo matrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. Outras trabalharam na agricultura e nas pequenas manufaturas domésticas. (SAMARA, 2004, p. 58).

Mesmo que o papel feminino nas famílias brasileiras fosse por diversas vezes o de protagonista, o Código Civil de 1916 reforçou a responsabilidade do homem em manter financeiramente a mulher e os filhos. Esse fato garantia para a população feminina, que não contavam com muitas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, uma das poucas saídas para uma vida mais estável (CAULFIELD, 2000).

Para as mais empobrecidas, no entanto, a instabilidade financeira era uma realidade antiga. Entre subalternizados a divisão da responsabilidade de sustentar os entes entre homens e mulheres era comum, haja vista que na sua grande maioria a renda conseguida pelo marido em trabalhos informais não provinham o sustento dos filhos, além da comum situação de núcleos onde as mulheres eram a única fonte de renda, fosse pelo abandono ou pelo não reconhecimento pela figura paterna da família em questão. Sobre a realidade do trabalho no mundo feminino, Chalhoub (2008, p. 203) argumenta que,

Apesar de estas tarefas serem em geral mal-remuneradas, a documentação coligida mostra claramente que: primeiro, muitas mulheres conseguiam sobreviver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com seu trabalho; segundo, o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real de vida dessas mulheres.

O alvorecer da República no Brasil trouxe a necessidade de enquadrar esses diversos modelos de família à nova realidade que se erguia no país, conservando algumas de suas características; dessa forma, construía-se uma “modernizada instituição patriarcal” com a manutenção do “conceito de honra baseado nas relações de gênero” (CAULFIELD, 2000, p. 70). Engajados nesse propósito, juristas, parlamentares e influentes teóricos defenderam e implantaram uma legislação que autorizava o Estado a interferir cada vez mais na esfera privada da vida dos brasileiros.

Na reordenação do espaço público promovida pela classe dominante, aqueles que não se enquadrassem ao seu modelo eram arbitrariamente excluídos. Se outrora, o espaço da rua servia àqueles que exerciam os serviços julgados indignos como a mendicância, a prostituição, os trabalhos informais – aguadeiros, quitandeiras e carroceiros – na nova urbe que se estruturava, o espaço público seria destinado às famílias organizadas e civilizadas que desfrutariam das praças e canteiros belamente arborizados e higienizados.

As famílias pobres, ao contrário das burguesas, experimentavam certa intimidade e liberdade nas ruas da cidade, já que era nesse espaço que desenvolviam a maioria das suas relações sociais: trabalho e diversão, por exemplo (CHALHOUB, 2008). O espaço público, assim, constituía-se como extensão do espaço privado, considerando que nas ruas esses sujeitos resolviam suas contendas pessoais, inseriam sua prole no mercado de trabalho informal e estabeleciam contatos profissionais além das amizades e compadrios, cúmplices na difícil tarefa de sobreviver ao mundo burguês implantado pela República.

O mito da anomia social circundou as discussões acerca dos padrões morais e comportamentais no que tange as classes populares. Diversos estudiosos, muitos influentes na construção do ideal republicano de cidadania, concluíram que as “desregradas” e “subversivas” relações sociais das classes subalternas faziam parte de um quadro patológico de degeneração provocado, sobretudo pela herança escravista no

Brasil que impossibilitava esses sujeitos de manter uma vida familiar e comunitária (MATTOS; RIOS, 2005). As vivências experimentadas pelos sujeitos da classe trabalhadora, permeadas de “vícios”, “perversões”, “traições”, “brigas” e instabilidade econômica precisavam, assim, ser duramente remodeladas, já que entravam em choque com as propostas de ordenamento moral da família proposta pela classe dominante.

[...] a conduta real vivida pelos membros das classes populares não se ajusta aos padrões dominantes, concluindo-se, então que os populares vivem em um estado anômico ou patológico no qual as relações entre os sexos são caracterizados pela desordem e pela promiscuidade, culminando com a desagregação da família [...]. Os teóricos da patologia social deram uma contribuição importante ao constatarem que os padrões de comportamento amoroso praticados pela classe trabalhadora não se ajustavam àqueles propalados pela classe dominante. A constatação é essencial na medida em que sugere limites claros à possível eficácia dos mecanismos de controle e repressão sexual ativados pelos detentores do poder e do capital. (CHALHOUB, 2008, p. 172-173).

A estrutura familiar defendida pela República seguia a ordem clássica baseada na divisão de responsabilidades de acordo com o gênero. Aos homens cabia o sustento, a busca por proventos para o bem-estar da esposa e dos filhos, bem como a proteção do núcleo familiar. Já para a mulher cabia o papel de educar a prole, cuidar da casa e zelar a boa imagem e a moral do marido. O espaço da rua deveria ser, então, o lugar de trabalho do homem, onde ele resolvia os problemas, estabelecia relações e negociava as mais diversas situações, enquanto que o espaço doméstico, privado, era de usufruto da mulher, que deveria viver confinada e interessada apenas em manter a ordem na residência e na boa educação dos filhos.

Ficou claro, nas nossas análises até aqui, que esse modelo de família não abarcava as classes populares, sobretudo devido às condições materiais a que estavam submetidos e que forçavam esses sujeitos a irem em busca das mais diversas formas de sobrevivência. Se entre os mais abastados a restrição da mulher ao público era notável, entre os mais pobres ela era praticamente inexistente. Muitas delas desempenhavam além dos afazeres domésticos, trabalhos outros que garantissem um aumento na renda familiar.

Muitas mulheres faziam serviços domésticos, trabalhando em “casas de família” ou lavando roupas para fora nos quintais dos cortiços ou

em praças públicas. Algumas trabalhavam como mascates, chapeleiras ou costureiras. (CAULFIELD, 2000, p. 121).

Na Bahia, essa realidade foi analisada pelo historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho em artigo intitulado “Quem pariu Matheus que balance”. O referido autor afirma que, até os anos 1940, a grande maioria das famílias pobres tinha na mulher sua principal fonte de renda, essas exerciam trabalhos dos mais variados tipos em geral nos ambientes domésticos ou prestando serviços informais pelo centro da cidade, sempre em companhia dos filhos menores.

Como podemos perceber o modelo burguês de família nuclear – que começa a se instituir entre as elites do Brasil no século XIX –, em que às mulheres era delegado o mundo do lar e, ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia-a-dia das famílias. (FERREIRA FILHO, 1998, p. 120).

Isso posto, é possível concluir que nas famílias pobres as obrigações femininas de cuidar dos filhos tiveram que ser conciliadas com as intempéries dos trabalhos extra-domésticos. Muitas mães levavam os filhos consigo para o desempenho dos seus afazeres remunerados no espaço da rua, essa exposição precoce do infante ao espaço público preocupava as autoridades e provocava críticas, aumentando ainda mais a cobrança e a responsabilidade da figura feminina sobre a educação e zelo dos futuros cidadãos do país. Crianças atiradas às ruas desde cedo era um dos problemas para implementação da ordem na cidade de Salvador, como argumenta Leite (1996, p. 105):

Da maneira que fosse, nas condições em que viviam, passando o dia inteiro em divertimentos nocivos, causavam uma séria apreensão: a possibilidade de que no futuro se tornassem uma ameaça social, formando uma horda de ineptos, de preguiçosos, de gatunos a apavorar a gente honesta e trabalhadora.

Em Feira de Santana essa realidade não foi diferente. Em diversas ocasiões os redatores do jornal *Folha do Norte* alertaram as autoridades sobre a questão da presença de crianças “desocupadas” nas ruas da cidade envolvendo-se em roubos, tumultos e jogos de azar. Diziam:

A semente germinou e hoje, nas ruas da cidade, encontra-se a cada passo, uma banca de *jaburu*, em torno da qual se agrupam creanças [sic], jogando em promiscuidade com desocupados e vagabundos [...]

Aqui ficam satisfeitos os pedidos, e de muito bom grado fazemo-lo, em prol desses pequenos entes, talvez futuros cidadãos exemplares, que o vício atrai [sic] de já, para o seu atascadeiro [sic], onde abundam os micróbios da lepra do caráter. (FOLHA DO NORTE, 1910b, p. 2).

Outra realidade comum às famílias pobres feirenses era a introdução das crianças desde cedo no mundo do trabalho, resultado provavelmente da companhia que estas faziam as mães desde cedo nos ofícios realizados pela rua (FERREIRA FILHO, 1998). Ao lembrar a “pacata” Feira de Santana do início do século XX, Eurico Boaventura comenta sobre a presença de crianças no trabalho informal: “Folha da Feira! Mais além, um negrinho com medidas de diplomata falhado oferece a Folha do Norte” (BOAVENTURA, 2006, p. 50).

Se, por um lado, o contexto social da Primeira República repensou as características da família brasileira na tentativa de moldá-la às propostas civilizadoras, em Feira de Santana concomitante a reeducação das famílias empobrecidas, o modelo tradicional de família era bem difundido entre a classe dominante. Em suas memórias, Eurico Alves Boaventura rememora com saudades os “bons tempos” em que as crianças dormiam nos berços de madeira balançados pela mãe ao som de canções de ninar. O memorialista lembra com cuidado que os berços eram enfeitados e tinham seus lençóis e adereços bordados pela mãe e que estas as acompanhavam até no momento em que elas se dedicavam aos afazeres domésticos como a costura. Outro aspecto importante na descrição de Boaventura é a presença majoritariamente feminina na tarefa de cuidar das crianças:

[...] o berço acompanhava minha mãe ou minha avó, até onde estivesse costurando. Dado banho da menina, minha avó começava guturalmente, suavemente, numa carícia de capulho de algodão sobre a face: um, um, um, um, um [...]. Mariquinha Lopes, prima de meu pai, abria o nicho acendia a lamparina e rezava. E do quarto da frente, evolava-se um cheiro balsâmico de alfazema. (BOAVENTURA, 2006, p. 65-66).

Observamos então, que ainda que a família burguesa defendida pela República se enquadrasse num modelo tradicional, aos mais empobrecidos restou uma nova configuração, principalmente no tocante às tarefas exercidas pelas mulheres que contrariando a idéia de ter uma vida dedicada ao lar dividia as tarefas domésticas com serviços exercidos fora do ambiente familiar.

1.2 A importância do trabalho na nova sociedade republicana:

Trabalharemos, enfim, ricos e pobres, grandes e pequenos, porque o trabalho é a riqueza, o trabalho é o bem. (O TRABALHO, 1910, p. 1).

Nos primeiros anos do século XX, o Brasil experimentava transformações sociais estimuladas, sobretudo, pelo fim da escravidão. As cidades da Região Sul, mais urbanizadas e com maior mercado de trabalho, emergiam para a República atordoadas com as gentes, imigrantes internacionais que chegavam da Europa, e emigrantes nacionais oriundos das fazendas de café do oeste paulista e dos decadentes canaviais nordestinos, em busca de emprego e melhores condições de existência – alguns desses procuravam uma nova vida, que consonasse com os ideais de liberdade promovidos pela luta escrava e sancionados pela Lei Áurea. A inserção dos libertos nesse cenário moderno e civilizado ensejou um processo de *reeducação* atrelada à forte repressão policial. Para as autoridades competentes era necessário expressar que para os sujeitos oriundos da escravidão fazerem parte desse novo mundo, que tinha como principais valores: *honra, moralidade e civilização moderna* (CAULFIELD, 2000), outros hábitos, outros pensamentos e outras práticas precisavam ser erigidos.

Observar que maneira esses sujeitos se enquadraram nesse modelo, se faz importante haja vista que durante todo o processo de implantação da República, serão eles enquanto trabalhadores e a população pobre que em sua maioria era composta por mestiços e negros, os alvos principais de exclusão, perseguição e monitoramento intenso, sendo incluídos pelo Estado nas definições de *classes perigosas*¹².

Nesse sentido, a própria noção de trabalho precisa ser inserida nesse debate. Chalhoub (2008) analisa como o conceito de trabalho precisou ser alterado no pós-abolição no Brasil. Se outrora o ato de trabalhar era algo degradante que subalternizava e expunha os sujeitos às mais diversas formas de exploração do mundo escravista, agora ele precisava ser entendido enquanto algo enaltecido e sobretudo capaz de inserir essas pessoas num mundo burguês onde trabalhador e patrão fazem “girar a roda” da modernidade (CHALHOUB, 2008).

Para os dirigentes da política brasileira a nova ética do trabalho deveria ser promovida pelos imigrantes, que viriam da Europa com a experiência do trabalho livre e

¹² Conceito utilizado por diversos autores, entre eles Chalhoub (2008), para designar a população excluída e marginalizada no Brasil da Primeira República.

assalariado, bem como ambientados com a ordem a patronal, enquanto que o liberto, desordeiro e inclinado a vadiagem precisava ser reeducado, reprimido e transformado em trabalhador.

A chegada dos imigrantes ao Brasil transformou a conjuntura social, em especial o mundo do trabalho. Nos primeiros anos do século XX acentuou-se a imigração de trabalhadores – brancos, europeus e letrados, em sua maioria – que além de desestabilizar a oferta de mão de obra acentuou ainda mais as diferenças de cor e nacionalidade já existentes no Brasil. O mercado de trabalho, já restrito para população negra e mestiça, fechava-se ainda mais, afastando esses sujeitos do emprego formal e assalariado.

Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar, e trabalharam. Assim fazendo sistematicamente substituíram e marginalizaram os trabalhadores afro-brasileiros do Estado tanto no campo quanto nas cidades. (ANDREWS, 1998, p. 93).

A população nacional sentiu os impactos da chegada dos imigrantes. Nas cidades, eles ocupavam as vagas de emprego, ganhavam a preferência para cargos de chefias e supervisões e conseqüentemente melhores salários. Na capital baiana, a presença dos imigrantes e seus hábitos “desnaturados e provocantes” foram alvo de críticas e desaprovações por boa parte da população e da imprensa:

Os mãos [sic] estrangeiros e a polícia inerte. Aventureiros, exploradores ou gananciosos, desembarçam em nossos portos, os mãos e improvisados cosmopolitas (aos quaes [sic] somente nos referimos) mostrando-nos o atestado vivo dos proletários, ou trazendo na bagagem modesta e resumida o título de mediano preparo scientifico [sic] que logo emolduram no quadro da impostura, encostando-se a poderosas empresas para breve usufruírem de pingues remunerações por se tornarem sugadoras das classes operárias nacionais, cujo trabalho exploram, mal servindo e affrontado [sic] o povo da qual tiram desmarcados proventos [...] E o que nós vemos quase todos os mezes [sic] e sem uma providência eficaz por parte de quem se acha revestido da auctoriddae [sic] respectiva para reprimir taes [sic] abusos. (OS MÁOS..., 1909, p. 1).

A introdução de estrangeiros brancos fazia parte do projeto modernizador da República. Esse processo produzia suas contradições: na medida em que disciplinavam e embranqueciam o mercado de trabalho e a sociedade, provocavam o aumento

considerável de desocupados e/ou desempregados que foram empurrados ao subemprego ou a marginalidade por conta do suprimimento das vagas de trabalho.

O combate ao ócio, associado à exaltação do trabalho, fazia parte do discurso e das ações políticas da classe dominante republicana. De novo, entrava em cena o conceito já reverberado de anomia social que colocava o liberto/trabalhador nacional em uma situação previamente degradante, desqualificando sua condição moral de inserir-se num mundo civilizado. Enquadrar e reprimir eram uma solução em curto prazo para evitar e combater a vadiagem, mas, educar e moralizar o sujeito do ponto de vista conceitual renderia resultados melhores e mais produtivos:

Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida civilizada. (CHALHOUB, 2008, p. 69).

Em Feira de Santana, pôde-se observar o combate à ociosidade e às ocupações consideradas “indignas” já nos últimos anos do século XIX. A denúncia de casas que promoviam os jogos de azar, bem como aquelas dedicadas às prostitutas, bares e tavernas, a presença de mendigos pelas ruas, doentes mentais e outros inconvenientes permearam os noticiários dos jornais e se fizeram presentes também nas lembranças dos memorialistas¹³.

O trecho a seguir foi retirado de uma crônica intitulada “O jogador”, publicada no periódico *O Motor* no dia 20 de outubro de 1880¹⁴:

Homens que jogam! Si ainda vos resta algum sentimento pelo próspero futuro de nossas famílias; si ainda vos achaes [sic] em estado de antever o abysmo [sic] que o futuro vos prepara a toda pressa; se ainda podeis refletir que sob vossas cabeças pesa a maldição do Eterno, que vos nivela aos irracionais, sem pátria, sem amor e sem fé, substitui, enquanto é tempo as cartas pelo arado... e move o vosso posto entre a classe laboriosa que extrahe [sic] da terra todos os elementos de uma prosperidade sem limites. (BRITO; OLIVEIRA, 2007, p. 3).

¹³ “Também para os cegos e outros deficientes sem recursos, o fim era o mesmo. Era comum dar-se a esmola em forma de comida, especialmente em xícaras de farinha... era uma cantoria muito triste pela subserviência em que se colocavam, além da humilhação a que se expunham” (FERREIRA, 2006, p. 98).

¹⁴ Essa crônica foi reproduzida na obra *Memórias: periódicos feirenses (1877-1888)*, organizada por Brito e Oliveira (2007).

Coibir a prática do jogo, enquadrado como vício, configurava-se como um dos primeiros passos em busca da ordem e da civilização na cidade, os apelos e reclamações para que a polícia tomasse providências acerca do problema eram constantes. As novas e higienizadas ruas não corroboravam com a presença dos viciados em jogos e seus hábitos. Quase sempre ao redor das mesas e bancas de jogos reuniam-se aqueles que viviam a margem da sociedade: trabalhadores informais, ladrões, desocupados, prostitutas e valentões. Somado a isso havia ainda o consumo exagerado da bebida alcoólica, prática comum em meio aos jogadores que quase sempre entorpecidos pelo álcool promoviam brigas e tumultos pelo centro da cidade. Denunciava um jornal local:

Nas ruas principaes [sic], mais transitadas, se ostentam os jaburus insaciáveis. Não raro, nos ajuntamentos que se formam em torno deles, o transeunte lobriga, irmanados, o gatunos incorrigível, o desordeiro contumaz, o ébrio habitual, o tabaréo igenuo [sic], o creado [sic] ambicioso, a creança [sic] inocente, debruçados todos, no abysmo [sic] que lhe consome as moedas adquiridas pelo roubo, pelas violências vendidas, pela esmola, pelo labor duro de lavrar a terra [...] Agora que no cargo de delegado está um official [sic] que há merecidos elogios em cargos que tem ocupado... renovamos nossa reclamação. (FOLHA DO NORTE, 1910c, p. 1).

O jogo campeia em mil jaburus e cumbucas, registam-se quase diariamente, abusos, espancamentos, façanhas de conhecidos desordeiros que não são poucos; e a cidade nesse andar, vai perdendo seus foros de ordem, civilização e paz. (FOLHA DO NORTE, 1920d, p. 4).

As tavernas, bares e botequins atrapalhavam o ordenamento e a moralização da população. Chalhoub (2008) lembra que o hábito da maioria dos homens da classe trabalhadora – de reunir-se nos balcões dos botequins após um dia de trabalho – era considerado um atraso para o modelo de vida imposto pela burguesia, haja vista que tal prática não condizia com a noção de trabalho que previa os bons hábitos e a boa conduta. Além disso, a própria estrutura física dos quiosques e botequins afrontava os moldes urbanísticos já que eram quase sempre insalubres, sujos e invariavelmente feios (CHALHOUB, 2008).

Na Bahia essa questão foi discutida por Rinaldo Leite (1996); segundo ele, o jogo e a embriaguez eram “hábitos havia muito incorporados e profundamente arraigados no cotidiano e nos costumes da sociedade local, não havendo nenhum exagero em se

afirmar que a maior parte das pessoas tinha sua vida atingida por eles.” (LEITE, 1996, p. 114).

Em Feira de Santana, uma publicação datada de 1º de outubro de 1909 chama a atenção. Nela, o periódico feirense *Folha do Norte* elogiava o novo delegado de polícia Dr. Bulcão Viana, que segundo o jornal vinha realizando árdua repressão aos bares do centro da cidade:

De há muito que esse districto [sic] policial se achava privado de um delegado activo [sic] e enérgico que pozesse [sic] cobre a muitíssimos abusos praticados. As tavernas viviam cheias de vagabundos e vagabundas, os roubos de galinha davam-se constantemente. Agora, felizmente já está um pouco melhor. (FOLHA DO NORTE, 1909a, p. 2).

Sobre o álcool, argumentava as classes dirigentes, apoiados nos trabalhos do sanitaristas e médicos internacionais, que ele afastava o homem trabalhador da vida honesta e moralizada, o expunha e colocava em risco a saúde da sua família. Na nota a seguir fica a evidente a intenção de alertar a população para os riscos do álcool na medida em que apela para o núcleo familiar e a religião, configurando-se tanto o jornal quanto o texto como instrumentos que visavam educar e enquadrar os sujeitos aos moldes da República.

Efeitos [sic] do álcool. Segundo os resultados mais positivos da sciencia [sic], reunidos pelo Dr. Morel, o álcool obra na família do modo seguinte: Primeira geração: depravação moral, excessos alcoólicos. Segunda geração embriaguez habitual, excesso de [inteligível], amolecimento cerebral. Terceira geração: Hypochondria [sic], melancolia, suicídio. Quarta geração: imbecilidade, idiotia, esterelidade, extinção da família. Um grande naturalista inglez [sic] comprovou igualmente que as famílias dos alcoolistas se extinguem a quarta geração realizando-se plenamente aquela ameaça de Deus: Eu castigarei os crimes dos Paes nos filhos até a quarta geração. (FOLHA DO NORTE, 1909b, p. 2).

A reportagem é mais um indício de que o projeto modernizador/civilizador brasileiro não agiu somente no que se diz respeito aos reparos físicos e estruturais das cidades, atrelado a remodelação e embelezamento dos grandes e pequenos centros urbanos, houve todo um processo de repressão e combate aos velhos hábitos e às atrasadas práticas do povo brasileiro. Passemos então a discutir de que modo a prática do trabalho e seus espaços foram alterados por esse projeto.

Acuados com a chegada dos imigrantes e empurrados à marginalidade perante a violência e o projeto excludente do Estado, restou aos trabalhadores nacionais o espaço das ruas, onde eles desenvolviam todo e qualquer tipo de trabalho que pudesse render mínimos tostões ao fim do período de labuta. A presença dessa gente nas largas e urbanizadas ruas das cidades tornou-se um empecilho ao embelezamento das próprias.

Disciplinar e higienizar a prática e o local de atuação dos trabalhadores tornou-se então, outro grande objetivo do projeto modernizador da Primeira República. Além de reafirmar as benesses do trabalho honesto á população, tornou-se necessário também enquadrar os vários “tipos” de trabalhos existentes á nova nação que se buscava bonita, organizada e, sobretudo, saudável. Nesse sentido, os mais atingidos foram sem dúvidas àqueles que se dedicavam aos trabalhos urbanos e informais: aguadeiros, vendedores ambulantes, carroceiros e prestadores de serviços básicos em geral.

As transformações ocorridas na urbe feirense no início do século XX, entregou o espaço público às famílias da alta sociedade. Salvo os dias das festas religiosas a exemplo da procissão de S’antana onde a “compacta multidão enchia a larga e imensa Avenida Senhor dos Passos, acompanhando a imagem tutelar da cidade” (BOAVENTURA, 2006, p. 29), a apresentação de espetáculos teatrais, sessões de cinemas e apresentações das filarmônicas nas praças e coretos limitava e ordenava a rua àqueles para quem ela tinha sido preparada: os ricos e enquadrados cidadãos da cidade.

No dia 21 de outubro de 1909, o Theatro Santana teve seus assentos disputados pelos honrados e civilizados moradores de Feira de Santana. Apresentava-se na ocasião a Companhia de Teatro Cômico-Dramático do ator português Avelino Gonçalves e seu espetáculo inspirado na obra do poeta Horácio Nunes, *Luiz o pintor ou a mulher adúltera*. O roteiro recheado de cenas cômicas e escrachadas arrancaram aplausos e gritos contundentes daqueles que acompanharam o espetáculo, o que gerou queixas e aborrecimentos por parte de alguns espectadores e uma nota com ares repressivos num jornal da cidade.

N’uma assembleia onde tomam parte o bello [sic] sexo e cavalheiros distintos [sic], deve existir respeito, consideração e cordura, predicaos estes que recomendam o homem a estima publica e o distinguem na sociedade [...] Mas podemos garantir que não se reproduzirá o facto, a mocidade feirense é ordeira e amante da civilização... (FOLHA DO NORTE, 1909b, p. 1).

Percebe-se, a partir da leitura desse trecho, a preocupação do redator em explicar que o “incidente” ocorrido naquela noite foi um fato isolado, que não faz parte da conduta de todos os feirenses “as pilherias e frases chistosas que incomodam a família” (FOLHA DO NORTE, 1909b, p. 1) que foram repetidas vezes dentro do salão. É possível então, a partir disso, analisar essa situação de dois modos. Primeiro, a partir da própria postura do espectador: provavelmente não era comum a presença de espetáculos teatrais em Feira de Santana, (ainda mais os dirigidos e atuados por atores europeus) esse divertimento típico das cidades modernizadas e civilizadas era algo com o qual as famílias provincianas do sertão baiano, por mais ricos e tradicionais que fossem não estavam acostumados. Cabe aqui, então, perceber a disputa desse ideal de civilização atingindo tanto pobres quanto ricos. Segundo: a crença do redator de que o ato foi um deslize, que a mocidade feirense é ordeira e civilizada (destaco aqui que a “mocidade” que frequentava o teatro era pertencente à população abastada da cidade) e que não mais repetirá ato tão infame.

Nas publicações do dia 13 e 20 de novembro de 1909, o mesmo jornal dedica algumas linhas para comentar outras noites de espetáculos no *Theatro Santa'anna*, nestas não mais houveram reclamações a respeito da postura dos espectadores, mas, nas duas edições haviam notas reprimindo a ação dos vendedores ambulantes que se encontravam na porta do estabelecimento promovendo algazarras e desordens.

Para as vendedoras de doces da porta do teatro [sic], chamamos a atenção da policia [sic] e da administração daquela casa, pois com a algazarra que fazem muito mal se pode ouvir as representações. (FOLHA DO NORTE, 1909c, p. 1).

Ainda mais uma vez chamamos atenção da polícia e administração do teatro [sic] para insuportável algazarra que fazem as vendedoras de doces e vagabundos que se aglomeram na porta daquela casa as vezes até com palavras imorais, o que, além do mais perturba os espetáculos. (FOLHA DO NORTE, 1909d, p. 1).

Percebe-se aí a diferença de tratamento do jornal para problemas parcialmente iguais, mas, promovidos por sujeitos diferentes. Se, no primeiro caso, a baderna provocada pelos espectadores do espetáculo, ainda que gerasse protestos, foi tratada enquanto um pequeno erro, passível apenas de um breve esclarecimento sobre quais posturas proceder num ambiente como o teatro, no segundo caso fica totalmente claro o

tom arrogante e indignado do redator, que vê a presença desses sujeitos num espaço *educado e de gente inteligente* como caso de polícia.

Não raramente, os periódicos alertavam as autoridades e instigavam a população a combater as práticas dos trabalhadores ambulantes no centro da cidade. Oliveira (2000) discute como por diversas vezes esses trabalhadores informais ainda que essenciais à vida urbana que lentamente se configurava na Feira foram tratados enquanto desordeiros e amorais.

Na luta cotidiana contra “práticas atrasadas”, outros agentes e comportamento são guindados à condição de inimigos dos cultos e avançados, destacadamente trabalhadores que remetessem às formas de sociabilidade oriundas da velha cidade, daquela que ainda não havia sofrido intervenções públicas significativas na paisagem urbana. A produção escrita em torno dos aguadeiros, a cobrança de intervenções do poder público no sentido de fazer uma mediação o que, na prática, seria uma ação contra os trabalhadores faziam parte de um mesmo desejo: o de controlar a população urbana e manter sob regras rígidas homens e mulheres que circulassem no perímetro da cidade. (OLIVEIRA, 2011, p. 37-38).

Os vendedores ambulantes de comida foram um dos setores mais perseguidos pelas medidas controladoras e higienizadoras do projeto republicano. As fateiras, quituteiras, verdureiros e outros comerciantes de gêneros alimentícios sofriam diuturnamente com os ataques e perseguições advindos dos mais diversos instrumentos que atuavam em favor da modernização republicana. Segundo Ferreira Filho (1994, p. 112), “um dos alvos da crítica dos médicos higienistas e políticos eram as feiras livres, as condições sanitárias dos antigos mercados e o comércio de calçada”. A presença dos vendedores ambulantes configurou-se enquanto um problema para ordem pretendida em Salvador:

Não foi por falta de leis *ou preleções médicas que as tentativas de higienização do pequeno* comércio de alimentação não logrou êxito em Salvador. Em 20.11.1925, o Código Sanitário da Bahia é publicado, logo nos primeiros momentos do governo Calmon...também reorganizou o Serviço de Saúde Pública e delegou á sua Diretoria a ação fiscalizadora sobre “a fabricação de produtos alimentícios” [...]. As medidas, contudo não se assentavam em bases sólidas. Calmon não criou espaços salubres para o pequeno comercio. (FERREIRA FILHO, 1994, p. 113).

Se na capital baiana esses trabalhadores eram alvo de repressões, na interiorana Feira de Santana não era diferente. O matadouro público e os trabalhadores do local por diversas vezes foram alvo de críticas pela imprensa.

Em publicação do dia 11 de dezembro de 1909, em texto intitulado “Matadouro: cepo e machado”, o redator denunciava a falta de higiene no local e atacava o ofício dos açougueiros:

Comecemos pelo matadouro, o lugar único onde são abatidas as rezes, que servem de alimentação a toda população desta Cidade. O seu estado atual é o lastimável que possível de imaginar, imundo, fétido, sem ordem na sua organização interna e até sem água porque arrebentaram, quebraram, destruíram uma bomba de primeira ordem que lá se achava!!! [...] Deixemos o matadouro descansando nos bastidores [sic] das cousas imundas, infectas e nojentas, o penetremos no *cortiço* onde se retalham as rezes abatidas no matadouro. Lá, estão o cepo carcomido e imundo e o machado grostesco [sic] do magarefe! (MATADOURO..., 1909, p. 1).

Considerando a importância do mercado de carne e seus derivados para o erário municipal, aqueles que se dedicavam a tais atividades eram os alvos mais comuns de crítica pela população e imprensa:

Na ultima quinta-feira, cerca de quinze horas, passou pela rua Barão de Cotegipe, conduzindo carne verde do matadouro público para o mercado municipal, um pequeníssimo jumento que pelo seu tamanho, deixava a referida carne arrastar-se pelo leito da calçada, crescendo [sic] que o respectivo condutor se encontrava quase nú. (FOLHA DO NORTE, 1920b, p. 1).

Havia uma preocupação contumaz com outra atividade ligada ao abatimento do gado: as fateiras. Um ofício geralmente desempenhado por mulheres que consistia em recolher, limpar e vender cru ou cozido as entranhas das rezes descartadas pelo açougueiro e vendedor de carne verde.

Na capital baiana, por exemplo, a intendência municipal promoveu uma verdadeira “caça às bruxas” na tentativa de enquadrar essas trabalhadoras em moldes higiênicos e civilizados, então aceitáveis á postura moderna proposta pelo governo. Regulou-se o lugar de venda, horários, os utensílios utilizados, vasilhames, barracas e até as roupas das vendedoras. Propuseram até a extinção de tal ofício, alegando-se a enorme chance de epidemias, micróbios e outras doenças que tais iguarias poderiam provocar na população (FERREIRA FILHO, 1994).

Em Feira de Santana, ainda que fosse reconhecida a necessidade de enquadrar esses vendedores em níveis aceitáveis de salubridade e higiene à modernização crescente, havia uma preocupação maior para que a intendência tomasse isso como sua responsabilidade. Extinguir o comércio de gado abatido na cidade era impensável, haja vista os bônus que enchiam os cofres municipais todas as semanas com a atividade, sendo assim, as fateiras nessa situação tornavam-se indispensáveis já que recolhiam os restos que seriam jogados fora e que consequentemente seriam de incumbência da prefeitura limpar. Além disso, a venda dessas entranhas garantia um lucro maior aos abatedores e consequentemente ao município.

Essa preocupação remonta ainda ao século XIX, como podemos observar em um protesto realizado no ano de 1882 nas páginas do semanário *Correio da Feira*:

Mercado Público: Consta-nos que o digno fiscal da câmara tem impedido que as fateiras vendam o fato na praça. Estará cumprindo seu dever, não duvidamos. Mas, está também innocentemente [sic]e máo [sic]grado seu prejudicando as rendas da municipalidade. As mercadoras de fato, tangidas d'aqui pra alli, hoje admitidas [sic] em um lugar [sic] onde amanha [sic] não são toleradas acabam por abandonar este ramo de negocio. Os cortadores de carne verde privados de quem lhes compre o facto das rezes que abatem, hão de sofrer um prejuízo certo, atirando-os aos cães: e, não sendo possível acarretar com este prejuízo permanentemente, veem-se forçados a diminuir a matança ou deixarão de matar o gado necessário ao consumo. De toda forma perde a câmara e sofre a população. [...] O meio de se sahir [sic] disso é simples: _designe um lugar [sic] determinado onde se faça o mercado de fato. (CORREIO DA FEIRA, 1882, p. 3).

Já no ano de 1909, a falta de água no Matadouro Público Municipal de Feira de Santana provocou a ira dos redatores do *Folha do Norte*, que logo apelaram para as dificuldades que as fateiras encontrariam para manter a vitalidade e salubridade de seu negócio.

Por essa falta sensível, quando é abatido maior número de rezes, as tripeiras (ou fateiras como são conhecidas na gíria do povo) esmorecem nas compras por se verem na dura contingência da obtenção d'água por exagerados preços, tornado-se, deste modo, encarecida para o consumo público aquella [sic] procurada substância alimentícia; e apesar das muitas reclamações, nenhuma providência se há tomado, o que acreditamos piamente.

A partir disso, pode-se perceber como em Feira de Santana, devido a algumas peculiaridades do ponto de vista econômico, o processo de higienização promovido pela

república precisou sofrer algumas alterações. Se em outros lugares, ofícios como os das fateiras foram reprimidos e coibidos, em terras feirenses ele foi adaptado, tamanha era sua importância para a renda do município.

Outros trabalhadores que mereciam atenção especial da municipalidade e que constantemente eram alvo de perseguições eram os aguadeiros. Em geral, um ofício exercido por homens invariavelmente jovens que saíam da região conhecida como Minadouro (localizada nos arredores da cidade de onde brotavam inúmeras fontes de água), com latas e baldes d'água transportados por animais em direção à região central de Feira, que não havia água encanada.

Um abuso. Consiste um grande abuso que é da alçada da polícia e dos fiscais [sic] evitar, o facto revoltante da disparada em que andam pelas ruas da cidade os animaes [sic] que conduzem água e que em geral, são guiados por indivíduos que não conhecem os menores resquícios [sic] da boa educação. [...]

Ora, as autoridades policiais hão de convir connosco [sic] que isso de animais á solta pelos passeios e calçadas, tangidos por boças [sic], que, ou animados pel aprotecção [sic] dos patrões armados á poderosos, ou acastelados [sic] na sua própria ignorância [sic] ainda insultam aos que lhe ousam reclamar, é um grande abuso, que nos deprime e deve ser corrigido. (FOLHA DO NORTE, 1910g, p. 1).

A presença desses sujeitos pelas ruas da cidade decerto provocava incômodos. Negros, pobres, mal vestidos e mal educados, ainda que necessários fossem ao bom viver, com os produtos e mercadorias que comercializavam, urgiam pelo enquadramento necessário á novas demandas sociais da República. Numa cidade como Feira de Santana, que encontrava-se semanalmente cheia de pessoas vindas de diversas localidades atraídas pelo comércio de gado e pela famosa feira-livre supõe-se que a presença de trabalhadores ambulantes era constante e várias vezes bem vinda. Eurico Alves relembra com carinho a vendedora de doces Apolinária da Puxa, que mantinha uma banquinha no centro comercial da cidade:

Na primeira porta da direita do armazém de Juca Suzart, a célebre Apolinária da puxa era uma ilustração num poema evocativo não escrito, mas vívido. Dividia o tabuleiro em vinténs. Puxa gostosa!... Pareciam vinténs de carne nova de mulatinha dengosa, que a gente encontrava, catando lenha, lá pelo Alto do Cruzeiro, pelo mato do Sobradinho. [...] Eh! Puxa!... eh! Puxinha!... Gritava a preta fanhosamente para dar mais ite à mercadoria. (BOAVENTURA, 2006, p. 78-79).

Lembra-se com saudades igualmente o memorialista Antônio do Lajedinho:

Era romântico acordar-se com as vendedoras, tabuleiro na cabeça, gritando: cuscuz quentinho!!!, outra, oi, lelêêê; e outra ainda, beiju de côoco!!!, olha o pão!, gritava o homem como enorme cesto na cabeça e uma cadeira de lona, sem encosto. Pendurado no ombro para servir de apoio ao cesto na hora da venda. (LAJEDINHO, 2004, p. 170).

A análise cuidadosa dessas memórias nos permite concluir que ainda que a presença desses sujeitos fossem por diversas vezes rechaçadas e questionadas como um entrave a pretensa modernização, os serviços por eles oferecidos se mostravam como de suma importância para a manutenção do cotidiano da cidade.

1.3 População negra e pobre: cuidado e repressão

A preocupação em manter as cidades brasileiras em condições condizentes com as modernas cidades *d'além mar* e que serviam de modelo ao processo modernizador era justificável aos dirigentes, sobretudo porque éramos um país recém-saído da escravidão. Ora, essas pessoas outrora escravas, precisavam estar inseridas (ainda que em condições adversas) nesse novo cenário social (burguês, embranquecido e fabril) que se desenhava na cidade. Caulfield (2000) comprova essa preocupação ao descrever as reordenações feitas no Rio de Janeiro quando da visita dos reis belgas à cidade em 1920.

Representando os interesses da uma minoria identificada como as famílias brancas da elite, as autoridades municipais trabalharam para “sanear” e “civilizar” o centro da cidade. Abriram avenidas e demoliram os velhos quiosques e prédios, ao mesmo tempo em que tentaram disciplinar e afastar das áreas nobres da cidade a população pobre, predominantemente de cor negra ou mestiça. (CAULFIELD, 2000, p. 118).

Livrar-se dos hábitos insalubres e desordeiros promovidos pela plebe carioca era, assim, um dos principais focos de combate daqueles que empunhavam a bandeira da modernização.

Em Feira de Santana, não se sucedeu de forma diferente esse processo. Aldo Moraes analisa que a tentativa de manter o status de cidade são atribuída a Feira de

Santana ainda na segunda metade do século XIX empreendeu nas intendências que se sucederam no poder, a busca por uma profunda reorganização no espaço público.

Assim sendo, a cidade de Feira de Santana, ou mais especificamente o espaço urbano ali constituído, com suas aglomerações, sua feira livre, suas habitações (muitas delas cortiços ou casebres) e a precariedade dos serviços de infra-estrutura disponibilizados à população, como esgotos, recolhimento de lixo e abastecimento de água (carências sentidas, aliás, até mesmo nas principais centros urbanos do Império), fazia-se alvo das preocupações das autoridades, mas, principalmente, fazia-se perceber como um ambiente a priori perigoso, um ambiente a ser permanentemente vigiado, porque essencialmente negativo. (SILVA, 2000, p. 26-27).

A constante presença de viajantes e visitantes à cidade, por conta da famosa Feira Livre, do comércio farto e rentável, do mercado de fumo e outras especialidades, tornava ainda mais urgente a questão da “civilização do espaço”. É válido lembrar que, ainda que as autoridades tenham se empenhado em levar a cabo o projeto modernizador, manter a cidade bonita e saudável não era somente uma obrigação da administração pública. A imprensa cobrava uma postura condizente da população sempre que possível, e, não raramente, atrelava os problemas da cidade a grupos específicos que ocupavam esse ou aquele espaço.

Na edição de 31 de janeiro de 1920, o jornal *Folha do Norte* publicou um apelo no qual explicitava a indignação por parte do editorial do jornal acerca da manutenção de casebres velhos e descuidados ao longo da movimentada ferrovia.

Justo apelo. Mais bonita e bella [sic] vae, dia a dia, material e socialmente a Feira evoluindo aos olhos do visitantes e viajantes. E, de facto, é para se louvar e encarecer a patriótica dedicada e palpitante iniciativa, particular ou geral, dos seus habitantes, quer procedentes de cada um deles, em destaque, quer da sua progressista e adiantada corporação municipal. Todos, ao que se vê, na medida de suas forças, mais uns, outros mennos [sic], cooperam, se empenham, se esforçam para alindar e engrandecer a feirense cidade central. De uns anos pra cá, a evolução material vai rápida, aos sonhados e almejados desideratos da moderna esthetica [sic] da civilização contemporânea!... Entretanto, há uma lacuna que se destaca aos olhos de quem a visitam, de todo o mundo.

É uma velharia, que clama ser abolida; um descuido, que urge ser reparado, uma exquisitece [sic], uma feia caricatura, que obriga a ser extinta [sic].

Apontemo-la. Dos Olhos d'Água a entrada da Feira, até a estação da ferrovia central, vê-se fácil e claramente uma longa série de tristes casinhas e casebres, um kilometro [sic] mais ou menos de extensão, cujos fundos com casinhas e fogões morrinhentos e immundos [sic] de

fuligem com quintaes antihigiênicos [sic], lixosos com paredes e cercas sujas e muito mal construídas, que dão e despejam para a linha férrea a vista de todos os passageiros que, no trem, vêm a remodelada e formosa cidade. Ora, a vista dos repetidos elogios que por toda a parte se fazem a culta, a esthética [sic], á moralíssima cidade baiana que impressão se não há de sentir logo pela entrada, quando, pelo contrário, devera ser de ser a antecipada prelibação de sua grandiosidade, o ponto inicial de sua beleza [sic] física e do seu encanto artístico, da sua [inteligível] architetônica [sic]? (FOLHA DO NORTE, 1920a, p. 1).

A leitura do apelo traz questões significativas. A primeira diz respeito à questão do que o autor chama de “crescimento material”. Esse crescimento provavelmente está atrelado aos avanços comerciais ocorridos na cidade nos primeiros anos do século XX devido, sobretudo à importação de produtos como vinho, sal, azeites e tecidos nacionais e importados bem como a emergência de novos produtos como rádios, vitrolas e discos (POPPINO, 1968). Outra fonte rentável aos cofres públicos que ganhou um novo fôlego com os avanços tecnológicos foi o mercado fumageiro. A cobrança de impostos sobre o fumo gerava para o município mais de 30% de arrecadação chegando muitas vezes a superar o gado e seus derivados (FREIRE, 2007). O aumento do erário público, propiciou aos administradores condições de realizar com mais cuidado e rapidez as mudanças necessárias à organização pretendida pelo projeto modernizador republicano. Uma segunda questão gira em torno das atribuições de responsabilidade que se dá ao texto: “é para se louvar e encarecer a patriótica dedicada e palpitante iniciativa, particular ou geral, dos seus habitantes, quer procedentes de cada um delles, em destaque [...]” reitera-se com esse trecho a afirmação feita anteriormente de que a população é também responsável pela manutenção da tão almejada ordem pública e que não obstante a não colaboração por parte da mesma merece ser advertida e reclamada como se expõe no trecho a seguir: “Todos, ao que se vê, na medida de suas forças, mais uns, outros mennos, cooperam, se empenham, se esforçam para alindar e engrandecer a feirense cidade central”. Os *outros mennos* serão justamente os alvos da repressão republicana.

Outra ideia significativa tratada no texto diz respeito às motivações que justificam o pedido da derrubada dos casebres: a higiene. Recorre-se às condições dos quintais sujos, feios e mal feitos que se espalhavam ao longo da ferrovia contradizendo-se à famosa beleza da cidade. A preocupação com os casebres e suas condições insalubres

por parte da intendência e da imprensa feirense remontam ao início do século XX quando um surto de varíola acometeu as cidades vizinhas e ameaçou a população.

Além do alerta para o cuidado e isolamento dos parentes doentes, houve também pedidos e ordens legais para que os cidadãos mantivessem suas casas limpas e de acordo com as condições higiênicas que a situação deliberava:

Cumpra agora ser ella mantida no pé em que está, o que muito depende da administração municipal, ordenando as visitas sanitárias nas habitações exigindo e impondo rigoroso asseio e muito principalmente a retirada de porcos dos quintais. (FOLHA DO NORTE, 1910h, p. 1).

Decerto a população pobre da cidade foi a que mais sofreu com essas fiscalizações. Em seu livro de memórias Antonio do Lajedinho destaca que as medidas higienizadoras chegaram à população na medida em que suas condições financeiras eram possíveis. O uso das latrinas, por exemplo, até meados da década de 30, ficou restrito aos lares mais abastados de modo que os desfavorecidos continuaram fazendo suas necessidades fisiológicas de forma pouco saudável.

Mais tarde, com o progresso, quase todas as casas foram construindo suas latrinas de acordo com sua situação financeira. Mas, as pessoas mais pobres, especialmente que moravam no subúrbio, continuavam fazendo suas necessidades fisiológicas na telha ou no mato. (FERREIRA, 2006, p. 184).

Essa organização não se limitou ao espaço físico apenas, as condutas e posturas dos moradores de Feira também foram alvo de vigilância e denúncias. Práticas consideradas incivilizadas e/ou perturbadoras mereceram destaques constantes nos noticiários dos jornais afins de que fossem duramente reprimidas e extintas do espaço central e remodelados das ruas. Explica Leite (1996, p. 111-112):

Procurava-se, com isso, reprimir hábitos, brincadeiras e divertimentos classificados de viciosos, perigosos, perigosos, agressivos ou prejudiciais. A repressão podia-se dar através da legislação (como leis, decretos e posturas municipais) ou promovendo-se ações policiais contra o jogo, a bebida, a prostituição e outros hábitos ou coisas tidas como intoleráveis e incivilizados. Isso se dava afinal porque na existência de uma boa ordem pública e social assinalava-se um expressivo elemento de civilização.

Os momentos festivos e/ou aqueles ligados às práticas culturais da população, eram os momentos em que se designava com mais clareza o lugar de pobres e ricos na nova ordem republicana.

A prática do entrudo no Brasil foi alvo de repressões ainda no século XIX. Na Bahia, a tentativa de inserção de um “carnaval civilizado” foi analisada por Ferreira Filho (1999) na capital Salvador. O autor observa que a grande afronta do entrudo estava no fato de promover a inversão de valores e condutas defendidos pelos agentes moralizadores da sociedade o que colocando em risco e expunha a situações vexatórias as honradas famílias.

O entrudo exarcebava o grotesco da sociedade como também fazia uma crítica radical “ao comportamento socialmente sóbrio e respeitável”, uma vez que o seu objetivo era, literalmente, ridicularizar ou achincalhar. Negros vestidos de nobres, homens travestidos de mulher, geralmente prostitutas ou noivas, pretas africanas carregadas em cadeiras de arruar eram personagens constantes na crítica e inversões dos entrudos baianos. (FERREIRA FILHO, 1999, p. 247).

A proximidade dos festejos carnavalescos de 1910 levou à redação do *Folha do Norte* diversos moradores de Feira de Santana a fim de se queixar sobre a prática dos jogos de entrudos entre os populares na cidade. Os redatores do jornal atenderam aos pedidos e com um leve tom de indignação, levou às autoridades através de suas páginas um pedido por providências.

O entrudo. Attendendo [sic] as muitas reclamações que nos têm sido trazidas ao nosso escriptorio [sic], chamamos a atenção das auctoridades [sic] competentes para o abusivo e prejudicialissimo [sic] jogo do entrudo, que extinto quase, entre nós; agora pretendem fazel-o voltar com todas suas desastradas consequências. [...] A Feira que já é uma cidade adeantada [sic] e que muito merecidamente gosa [sic] dos foros de civilizada, deve abolir por uma vez essa velha, arcaica e perniciososa diversão, substituindo-a pelos vários entretenimentos do carnaval cujas festas traduzindo o prazer e a alegria, constituem hoje o chic das cidades mais cultas mais civilizadas do mundo, onde a graça e a pilheria, o belo e o agradável fizeram desaparecer [sic] para sempre a grosseira laranjinha e a stupida [sic] seringa. Assim, pois, confiando-se que não se faça demorar medidas repressoras para o caso, igualmente nos dirigimos aos paes [sic] de família, que devem o quanto antes ir afastando os seus filhos desses inveterados e prejudiciaes [sic] costumes. (FOLHA DO NORTE, 1910a, p. 2).

Além da cobrança por parte das autoridades competentes, outra análise pertinente nesse texto diz respeito à alusão de que Feira de Santana, enquanto cidade civilizada, não comportava mais esses tipos de atitudes grotescas e desrespeitosas, sugerindo o espelho das cidades *chics* do mundo afora (provavelmente europeias) para o modelo de prática dos festejos carnavalescos.

Mesmo as festas mais populares, características da população sertaneja, foram alvo de repressões e tentativas de normatização. O mês de junho era decerto muito esperado pela população feirense. O período incluía além das novenas e trezenas para os santos católicos (São João, São Pedro e Santo Antônio) que seriam a parte religiosa das comemorações, momentos de encontro e de confraternização entre as famílias, amigos e vizinhos. É o que relembra Antônio do Lajedinho.

São João além da tradição de todas as casas abrirem suas portas para oferecer licores, bolos de puba e aipim, canjica, pamonha, milho verde, etc., trazia ainda a tradição das fogueiras em 99% das residências e uma grande queima de fogos de artifício até altas horas da noite. Mas, o que fazia o São João bonito era a troca de presentes entre parentes, amigos e compadres e a visita em todas as casas, tornando a festa mais humana e fraterna. (FERREIRA, 2006, p. 168).

No entanto, protestos eram feitos constantemente pela redação do jornal *Folha do Norte* a respeito de uma prática muito comum no período: a queima de fogos. O número de queimados e hospitalizados por conta dos fogos de artifícios era grande durante o período de festas juninas o que fez a imprensa local encabeçar uma verdadeira guerra contra os praticantes de tal divertimento. O argumento utilizado, não obstante, era a necessidade de civilizar a festa.

E assim seria e, a esta hora estaríamos animando a alma popular para abandonar as maguas [sic] da vida e atirar-se, folgazã, ao gozo e as delícias; e assim seria, se não predominasse entre nós esse costume abusivo, detestável, odioso, dos buscapés e das rouqueiras e das bombas de dynamit [sic].

[...]

Não desanimemos porém.

Tenhamos fé trabalhemos para que sejam banidos de vez os fogos offensivos [sic] nos festejos de S. João, porque, elles, [sic] o buscapé, a bomba de chlorato e a rouqueira, são incompatíveis com a civilisação... [sic]

Se está arraigado no coração do nosso povo, como uma tradição, o festejo da noite de 23 de junho, festejemol-a como povo civilisado e não como selvagens!

As usanças, embora antigas, são substituídas por outras, compatíveis com o grau de cultura.

[...]

Bem sabemos, que os proprietários ainda sofrerão prejuízos materiais. (FOLHA DO NORTE, 1910d, p. 1).

Em reportagem do dia 24 de junho do mesmo ano, lamentava-se o redator por estar certo em suas previsões ao noticiar a morte de uma criança e um acidente envolvendo um homem por uso de fogos de artifício (acidente esse, que obrigou a equipe média a amputar-lhe o dedo *índice*), ambos na freguesia de Humildes (FOLHA DO NORTE, 1910e). Na edição posterior do dia 2 de julho, outros casos de acidentes, envolvendo queimaduras, amputações e machucados foram relatados acompanhados de lamentações e da constatação de que a prática do divertimento foi executada livremente sem qualquer tipo de objeção ou proibição por parte das autoridades.

Bem que pouco menos animados que em outros annos, os selvagens divertimentos, si é que se pode chamar divertimentos, lavraram livremente, sem embargos, por todos os cantos, ruas da cidade e por, todas as praças. (FOLHA DO NORTE, 1910f, p. 1).

O início do século XX marcou no Brasil não só o início de um novo modelo político, mas principalmente de uma nova ordem, moldada e estruturada na baliza burguesa dos países europeus. As cidades interioranas, a despeito de Feira de Santana, bem como seus gestores e demais porta-vozes da civilidade não assistiram a esse processo apenas. Foram eles atuantes e baluartes desse novo modelo.

Expondo-se, assim, os conflitos gerados pela tentativa de enquadramento por parte da classe dominante ao tempo em que se configurava a resistência por parte dos subalternos, nos permite concluir que a implantação desse novo modelo em Feira de Santana, assim como em outros lugares do país, foi alvo de intensa disputa por ambas as partes.

2º CAPÍTULO

A ILUSTRE FAMÍLIA FRÓES DA MOTTA

Tendo discutido até aqui os conceitos básicos utilizados pela historiografia para discutir a noção de família no Brasil patriarcal (do ponto de vista estrutural, social e institucional) e também utilizados por nós para elaboração do presente texto, avaliemos essa realidade do ponto de vista de uma família que tem como patriarca um homem de provável origem humilde no início do século XX e que se tornou um dos mais ricos comerciantes da Bahia.

Coronel Agostinho Fróes da Motta e sua família viveram numa cidade com ares sertanejos, mas já impactada pelos arroubos das transformações sociais propostas pela República. Buscaremos conhecer, a partir daqui, como se organizava a família Fróes da Motta, tendo como ponto de partida a trajetória do Coronel Agostinho Fróes da Motta, e, a partir daí, buscar identificar de que maneira como essa família assumiu um lugar de destaque na cidade de Feira de Santana. Suas ações políticas, seu poderio econômico, bem como o lugar social de seus membros. Destaca-se que a participação desses sujeitos nesse processo histórico não se deu de forma linear, pelo contrário fora marcada por conflitos e contradições.

2.1 Coronel Agostinho Fróes da Motta, o patriarca

Para entendermos como se constituiu a família Fróes da Motta em Feira de Santana deve-se começar com Coronel Agostinho Fróes da Motta. Muitas questões ficam opacas, em função do não acesso à fontes diretas que fundamentem efetivamente as origens de Agostinho na sua infância e juventude. Por outro lado, através de algumas

informações e pesquisas anteriores podemos acompanhar alguns aspectos da trajetória desse sujeito de destaque na cidade do interior da Bahia. Indivíduo que constituiu uma das maiores fortunas do Estado e uma das mais tradicionais famílias de Feira de Santana no decorrer do século XX.

Seguindo os caminhos metodológicos do historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), tecendo fios e rastros, poderemos ter acesso a indícios a respeito das origens e caminhos percorridos pelo sujeito. Confrontando fontes, atravessando informações, analisando documentos de características diversas, buscamos montar uma teia de informações (GINZBURG, 1989).

Nessa busca, nos deparamos com uma produção de memória. Em entrevista concedida por Eduardo Fróes da Motta à Revista Panorama no ano de 1983, ele procurava informar sobre a trajetória de seu pai.

Eu aproveito a oportunidade dos senhores aqui, para relatar um fato que muita gente desconhece, gente até da minha família: eu ainda não encontrei uma composição com o nome Fróes da Motta. Há muitos Fróes, muitos Mottas, mas Fróes da Motta eu não conheço ninguém a partir do meu pai. Eu vou contar a história: um dia meu velho pai me contou isso. O pai dele era Borges da Motta, e ele garoto muito inteligente, muito vivo, foi empregado de um português. Esse português então dizia: “que menino vivo, que menino inteligente, que menino feroz” (com o sotaque português feroz tornou-se “fróes”). Daí então ele adotou o nome Fróes [risos] É um nome que nasceu com ele: Fróes da Motta [risos]. (PANORAMA, 1983, p. 33).

Mais do que contar a história da família, o filho procurava reafirmar as qualidades do pai, figura primária de uma linhagem de pessoas “ferozes” que, no sentido atribuído por Eduardo, era sinônimo de astúcia, vivacidade, sabedoria e superação.

Tal reafirmação remonta uma discussão acerca do mito fundador criado pelo Cel. Agostinho ao adotar o sobrenome Fróes. Para alguém de origem humilde inserir-se na alta sociedade não era tarefa das mais fáceis nos idos dos anos 1920 no Brasil. Dessa forma, podemos inferir que, se por um lado a adoção do nome Fróes, e toda história relacionada a isso, significava o realce de características positivas que forjaram a família, num outro flanco apresentava-se como parte dessa tentativa de se integrar aos grupos dominantes da época e, sobretudo, obscurecer sua ascendência humilde.

A partir disso sugere-se que Agostinho Fróes da Motta, seguidamente pelos seus filhos, cultivou um mito fundador, uma lenda edificante para encobrir suas origens negras e provavelmente escravas. (RODRIGUES, 2012, p. 29).¹⁵

Embora não tenhamos fontes capazes de fornecer informações diretas a respeito das ligações entre Agostinho Fróes da Mota com a escravidão, podemos inferir que, nascido num Brasil cujo sistema escravista ainda vigorava, vivendo a transição entre o fim da escravidão e o Brasil pós abolição, mecanismos eram utilizados para burlar elementos que o vinculasse ao possível passado escravo de suas origens. Daí nada melhor que um nome que significasse superação, renovação, inserção social.

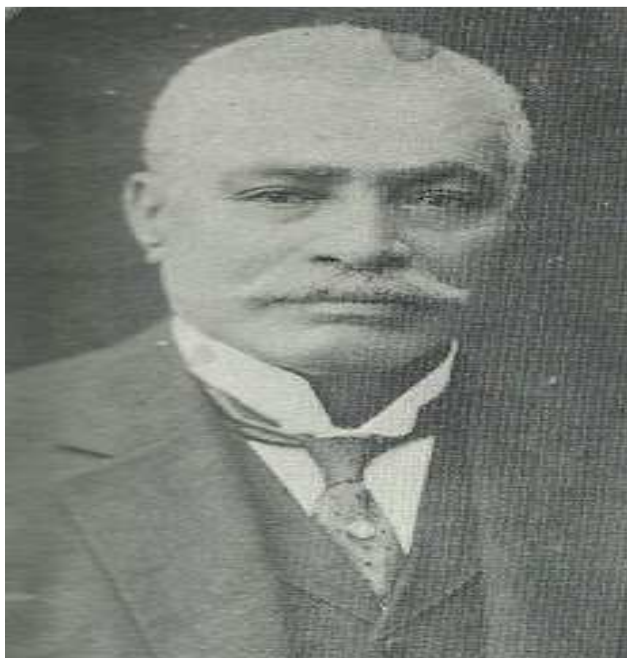


Figura 1 – Coronel Agostinho Fróes da Motta

Fonte: Disponível em: <http://porsimas.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html>. Acesso em: 21 jul. 2016.

A análise da fotografia de Agostinho Fróes da Motta dialoga com os sentidos propostos por Eduardo em sua fala mais de 60 anos depois da morte de Agostinho. Primeiro ressalta a tez negra do coronel. O bigode bem cuidado, assim como o cabelo ressaltava o luxo e reafirma um símbolo do patriarcalismo. O terno formal, arrumado de maneira impecável, representava a civilidade do Coronel. Tal conjunto demonstra o

¹⁵RODRIGUES, Aline Laurindo. A nova ordem republicana em Feira de Santana e a família Fróes da Motta (1878-1922). Monografia de conclusão de curso. UEFS. 2012. P.29

poder conquistado por esse sujeito. Poder que nesse momento, já era associado ao nome Fróes, uma alcunha importante e necessária para um sujeito de tantas posses.

No mesmo sentido, Reis (2008) também discute a importância de manter um sobrenome imponente para inserir-se na sociedade feirense naquela época:

Quando Agostinho resolve criar a família “Fróes da Motta”, parece que há, por trás dessa atitude, uma necessidade de autoafirmação diante da sociedade em que ele está inserido. E além desta autoafirmação, um desejo de estabelecer uma marca que o distinguisse, que permitisse se destacar perante aqueles z\que pudessem ser semelhantes a ele. Adotar um novo nome, diferente, talvez mais “nobre” ou “aristocrático” poderia significar a possibilidade de transitar mais à vontade na sociedade feirense. (REIS, 2008, p. 58).

O historiador introduz um ponto fundamental nesta discussão: a construção da família. Ao produzir um nome associado as suas qualidades o patriarca construía uma identidade familiar. Suas qualidades seriam repassadas através de seu nome e sua linhagem.

A foto abaixo (Figura 2) nos possibilita inferir, assim como a foto individual do Coronel, todo prestígio compartilhado pela família. A figura central do patriarca, procura retratar o protagonismo de Agostinho Fróes da Motta na composição familiar. Ao lado Eduardo Fróes da Motta, filho homem e a quem seria destinado as heranças, tanto os bens materiais, quanto as qualidades que fizeram a fortuna e o poder do pai. Ao fundo a primeira esposa de Agostinho, Maximiana, cuja postura e indumentária remonta a postura de uma família nobre, assim como as filhas, Amália na ponta esquerda e a caçula Adalgisa Fróes da Motta.



Amália, Eduardo, Maximiana, Cel. Agostinho e Adalgisa

Figura 2 – Família Fróes da Motta

Fonte: Fotografia retirada do jornal *Folha do Norte* (2008).

É válido salientar o fato que mesmo o sobrenome Fróes não tendo sido documentado em nenhuma outra família de Feira de Santana, há registros do seu uso em famílias de outras cidades baianas a exemplo de Francisca Pragner Fróes nascida e criada no Engenho Vitória às margens do Rio Paraguaçu em Cachoeira. Francisca foi a única mulher na turma de formandos em medicina de 1893, na faculdade conheceu seu futuro marido, o professor João Américo Garcez Fróes de onde provavelmente herdou o sobrenome (RAGO, 2010).

Há ainda o Coronel Américo Fróes, proprietário de engenhos nas Terras de Santo Amaro no início do século XX. O sobrenome Fróes pôde ser encontrado inclusive nos nomes de seus ex-escravos a exemplo de Higino Fróes, ex-escravo do Coronel Américo que o tinha como seu “ex-senhor e seu protetor” (FRAGA FILHO, 2006).

Embora essas informações não estejam diretamente ligadas ao Coronel Agostinho, num exercício de possibilidade histórica, entendemos que, mesmo não tendo acesso a nenhuma fonte que esclareça de fato suas origens, tais informações podem enunciar algo a respeito do nome escolhido. Embora não tenhamos resolvido essa questão, os elementos apresentados podem fornecer caminhos de pesquisa para a elucidação desse problema.

Outro indivíduo que produziu memória a respeito de Agostinho Fróes da Motta foi o advogado Eurico Alves Boaventura. Tratando agora do já consolidado homem de negócios, fazendeiro, político, ele relembra o Coronel Fróes da Motta em um trecho do seu livro, quando reconhece o descaso com os artefatos e lugares de memória em Feira de Santana. O autor recupera o passado humilde e parte da trajetória de sucesso do Cel. Agostinho.

Onde está a velha mobília de jacarandá, confeccionada por um modesto tabaréu, marceneiro anônimo que, depois, chegou a coronel, chefe político de real expressão, intendente, e que quando exigiu do Estado um grupo escolar para sua terra, por não ter recursos o estado, fez ele do seu bolso o grande palácio da Rua Direita, esperando que lhe pagasse a despesa o governador posteriormente? Este operário passou a enfardador de fumo poderoso. E isto não é história? História da economia da região? (BOAVENTURA, 2006, p. 109).

Ao remontar o passado do Coronel Agostinho ele tenta produzir sentidos para a trajetória desse sujeito. Ao qualificá-lo como “modesto tabaréu, marceneiro anônimo”, ele aponta para a superação desse indivíduo, que ao assumir o poder pensava também naqueles que não tinham oportunidades e que deveriam tê-las. Ao se tornar “enfardador de fumo poderoso” ele se tronava um “Fróes”, um homem que se inseria nas memórias através das suas conquistas.

O estudo de sujeitos como o Coronel Fróes da Motta: ascendência negra, rico e influente no período conhecido como pós-abolição, é objeto de pesquisa recorrente na historiografia brasileira já faz um tempo. Enfocando esses estudos na Bahia mais precisamente, podemos destacar o trabalho de Sampaio (2009) acerca da vida política do Coronel Francisco Dias Coelho, negro, que atuou como intendente na cidade de Morro de Chapéu de 1912 a 1919, alcançando respeito e prestígio político na cidade. No caso do Coronel Dias Coelho foi possível pontuar as origens de sua família escrava e seu processo de ascensão econômica por conta da valorização do carbonado no exterior¹⁶.

¹⁶ Segundo Sampaio (2009), o carbonado é uma pedra que foi encontrada no fundo dos rios durante a escassez de diamantes na região da Chapada. A pedra era largamente utilizada no polimento de peças metálicas na indústria metalúrgica e mecânica em países europeus entre fins do século XIX e início do XX.

Assim como no caso das origens, também as análises das fontes encontradas não nos permite precisar como se inicia o processo de acúmulo de capital por parte do Coronel Fróes da Motta, mas, permite-nos uma análise do seu papel social a partir dos primeiros anos do século XX em Feira de Santana, quando ocupou diversas funções de destaque na política e em diferentes instituições locais.

2.2 Coronel de sucesso: benfeitor e abastado capitalista¹⁷

Comemora amanhã a passagem de mais um anno [sic] de sua util [sic] e preciosa existência o nosso presado [sic] e particular amigo cel. Agostinho Fróes da Motta, abastado capitalista, digno presidente do concelho [sic] municipal e benéfica influencia política. [...] Pelo auspicioso acontecimento que enche seu venturoso lar de jubilo receberá o testemunho do alto apreço e estima que gosa [sic] entre numerosos amigos. (FOLHA DO NORTE, 1914, p. 1).

Segunda-feira, 4 de maio de 1914, completava 58 anos o Coronel Agostinho Fróes da Motta. A leitura do trecho acima, retirado da seção de Leticiários do jornal *Folha do Norte*, nos permite inferir sobre a importância que a sua figura imprimia no cenário social feirense da época, bem como seu prestígio no meio político da cidade. Não à toa, o colunista refere-se ao mesmo com o adjetivo “digno” e “útil” e ressalta que sua presença no cenário é benéfica e influente.

A partir de sua chegada em Feira de Santana e de sua ascensão social, além de conselheiro e intendente, o Coronel Fróes da Motta atuou ainda como provedor da Santa Casa de Misericórdia, presidente da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, da Liga da Defesa Nacional, da Junta de Alistamento Militar, Presidente Honorário do Tiro Brasileiro 310 e representante da primeira agência de crédito do Banco do Brasil instalada na cidade (FOLHA DO NORTE, 2008).

Tais funções cumpridas pelo Coronel reforçam o argumento de seu prestígio perante a sociedade feirense. Atentamos para a diversidade de postos cujos papéis de destaque Agostinho ocupou. Desde espaços, a princípio, de cunho filantrópico e de assistência social, como a sociedade Montepio dos Artistas e a Santa Casa de

¹⁷ Adjetivos comumente delegados ao Coronel Agostinho nos jornais e discursos em sua memória.

Misericórdia, até instituições de caráter econômico, como a primeira agência de crédito do Banco do Brasil. Por outro lado, os espaços de cunho militar também nos chamam atenção, visto que, tais ocupações poderiam denotar, à sua figura, valores morais sólidos, além de que, substanciava seu título e suas funções como Coronel. Sobre tal insígnia militar, seu poder e papel social, Faoro identificou (2001, p. 737):

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o coronel tradicional, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política. Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas — foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente o indivíduo que paga as despesas.

Tal passagem, num primeiro plano, nos coloca diante de dois tipos de coronéis. Um primeiro, cujo valor legal recai sobre sua pessoa e sobre seu título, concedido pela instituição nacional, e um segundo, culturalmente conquistado através do papel social dos indivíduos em suas localidades. Agostinho era um exemplo do segundo caso, indivíduo sobre o qual, suas posturas, sua influência política e econômica, denotavam poder de coronel.

Num segundo momento, Faoro chama a atenção para a posição desses sujeitos específicos na organização de um modo de vida urbano que estava sendo arranjado no início da República – os coronéis tinham, nesse sentido, funções bem definidas nos planos político e burocrático. Segundo o pesquisador, o principal papel político da instituição do Coronel no novo cenário que se estabelecia nos primeiros anos da República era o de preparar as eleições, sendo ele o primeiro degrau de uma longa estrutura envolvendo diversos setores e sujeitos políticos responsáveis por sustentar a alternância presidencial (FAORO, 2001).

Estava assim o Coronel intimamente ligado ao governo estadual, utilizando-se de práticas mandonistas e usufruindo da influência econômica e social resguardada nos compadrios e, sobretudo no poderio militar ao seu dispor. Enquanto chefe político local,

promovia e sustentava a troca de favores entre os seus agregados, e servia como elo de ligação entre o governo do estado e a população sertaneja.

A chegada avassaladora dos ares modernos e sobretudo o incentivo a urbanização, obrigou os novos coronéis, que assumiram seus postos após a decadência dos senhores do açúcar, a adaptar-se a um novo cenário, onde seu prestígio e influência passaram a ser questionados em detrimento de novas práticas sociais, restando aos mesmos adequar-se, de modo a tentar se inserir nesse mundo em transformação sem perder o prestígio e o poderio de outrora.

Ao discutir práticas coronelistas no interior do Nordeste em meados do século XX, os autores Vilaça e Albuquerque (2003) afirmam que o avanço da modernidade nos espaços de domínio desses sujeitos contribuiu para a desagregação e enfraquecimento do poder dos mesmos no cenário social.

Sua atitude é predominantemente conservadora; as vezes de reação agressiva ao novo. No entanto, é o coronel, consciente ou inconscientemente, um veículo de mudanças. Vê-se levado a promovê-las para não perder a iniciativa social. E para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 43).

Com o avanço da urbanização nas cidades interioranas, o papel exercido pelo coronel de fazer a conexão entre o povo e o governo tende a ficar cada vez mais obsoleta ao passo em que se estabelece uma nova ordem burocrática e institucionalizada que suprime o poder pessoal exercido pelo Coronel. Alia-se a isso o surgimento de uma nova classe social que rege suas práticas apoiadas em diferentes bases políticas: o proletariado (FAORO, 2001).

Em meio a essas mudanças sociais prosperava economicamente e socialmente o Coronel. Agostinho Fróes da Motta obteve prestígio político em Feira de Santana, atuando como intendente entre 1916 e 1920 e antes disso como conselheiro municipal entre 1912 e 1916¹⁸. Atrelado a sua influência política, estava também a fortuna que

¹⁸ Em 1915 Agostinho foi indicado para ser conselheiro municipal por J. J. Seabra, demonstrando sua importância no cenário estadual da política.

chegou a ultrapassar o montante dos mil contos de réis¹⁹. Outra característica que merece atenção.

No livro de reminiscências, escrito por Antônio do Lajedinho, os Fróes da Motta são memorados justamente por terem sido grandes fazendeiros e prósperos comerciantes, ele aponta, inclusive, o Coronel Agostinho como o principal destaque em suas lembranças:

Na minha juventude, os fazendeiros eram os homens mais ricos da região. Os exportadores de fumo, também abastados, vinham em segundo plano e terceiro os comerciantes. [...] O maior fazendeiro era o Dr. Eduardo Fróes da Motta que herdara do seu pai, Cel. Agostinho, a maioria das fazendas. (FERREIRA, 2006, p. 58).

E completa sua lista dos ricos fazendeiros feirenses apontando outros sujeitos, que assim como o Fróes da Motta detinham latifúndios em Feira de Santana: “Outros grandes fazendeiros foram Arthur Fróes da Motta, João Mendes da Costa, Servilho Carneiro [...]” (FERREIRA, 2006, p. 59).

Como apontou Lajedinho, boa parte da riqueza do Cel. Agostinho e seus herdeiros advinham do próspero comércio de fumo iniciado ainda em 1878 quando, ainda jovem, abriu sua primeira firma com apenas 22 anos de idade (RODRIGUES, 2012). Todavia, a manutenção de fazendas bem como o aluguel de imóveis pela cidade também compunham o cenário econômico da família. Sobre a sua importância política, Cunha (2013) destaca a trajetória desse coronel. Vejamos:

Sua relação com os habitantes da cidade era muito intensa, em especial, com sujeitos políticos. Exemplo disso é que por meio do seu pedido, o coronel Agostinho teve sua patente de coronel concedida em 1903, antes dessa era tenente coronel. Participou por várias vezes da comissão da festa de Santana, era membro da Filarmônica sociedade 25 de março e da sociedade agrícola protetora de pequenos lavradores. Durante a década de 10 foi a principal liderança política na cidade. Em 1903 assumiu a liderança do diretório do PRB, após a morte de José Freire Lima (primeiro intendente após a Proclamação República na cidade) e do grupo a que pertencia, os fazendeiros e comerciantes de gado. Era o que dava a palavra final na escolha para os candidatos a serem lançados para os cargos de Intendente e Conselheiro Municipal na cidade. Estabeleceu uma rede de contatos não apenas

¹⁹ Foram analisados, para apresentação desses dados, os inventários do Coronel Agostinho Fróes da Motta e D. Maximiana de Almeida Motta, sua primeira conjuge. Esses inventários contêm os valores dos direitos de meação deixados aos inventariantes, dívidas a receber e propriedades entre as quais dezenas de imóveis e terrenos, animais, máquinas e outros.

com os feirenses, mas também com diversos políticos baianos como Ubaldino de Assis (político da cidade de Cachoeira), o próprio Severino Vieira e José Marcelino. (CUNHA, 2013, p. 34).

Sua trajetória política inicia-se no início do século XX nos idos da jovem República Brasileira em que o campo da política era excludente e restrita. A participação ativa do Cel. Fróes na vida comercial da cidade foi também alvo de elogios e prestigiosas lembranças na edição especial do jornal *Folha do Norte* impressa em 2008:

Dotado de grande determinação conseguiu se sobressair o campo comercial, chegando à condição de líder na exportação de fumo em folhas, comerciando com vários países da Europa, os quais visitou à serviço do seu prospero negócio. (FOLHA DO NORTE, 2008, p. 2).

Na publicação o periódico produzia sentidos para a história da cidade. Agora sobre o protagonismo do comércio fumageiro na construção da riqueza de Fróes da Motta e do fato de através dessa atividade, um “ex-marceneiro” se tornar um comerciante internacional.

Tais informações nos possibilita inferir, por sua vez, o ímpeto pela riqueza e a capacidade de investimentos variados da família que se adaptavam as possibilidades de negócios e as transformações econômicas. No entanto, o comércio de fumo configurou-se enquanto atividade principal do Coronel Fróes da Motta, economia que conseguia atrelar a capacidade rural das plantações de fumo, com uma atividade comercial, feita em grande medida nas urbanidades e de caráter exportador.

Reis (2012), em sua pesquisa, aponta a participação e o protagonismo de Agostinho Fróes da Motta nas iniciativas comerciais na cidade, bem como sua influência em diversas atividades.

E ainda sobre esta atividade fumageira, é necessário informar que Agostinho montou e instalou outros estabelecimentos comerciais ao longo de sua trajetória como comerciante, acumulando experiência suficiente, inspirando Gastão Sampaio afirmar que “Agostinho deixou, no comércio local, uma escola de negócios de fumo seguida, até hoje, pelos seus sucessores”. (REIS, 2012, p. 98).

Esse papel desempenhado pelo Coronel Agostinho, atuando tanto como comerciante quanto fazendeiro, decerto se aproxima da noção desenvolvida por Vilaça e Albuquerque (2003) quando analisam a conjuntura social em que as mudanças promovidas pela modernidade alteraram a postura social do coronel sertanejo.

Ainda que cronologicamente os autores façam uma análise de casos posteriores ao do Coronel Fróes, podemos observar, na sua trajetória, o fenômeno da inserção do antigo modelo coronelista nos novos moldes políticos e econômicos do Brasil propostos pela República burguesa.

Para manter o prestígio junto às cidades onde ainda impera, promove urbanização em detrimento de suas bases rurais; patrocina a abertura de estradas para as capitais [...] Para sobreviver como poder econômico em estrutura produtiva que se diversifica, de senhor de terras passa a comerciante e até mesmo a empreendedor industrial um tanto schumpeteriano em seu arrojo, falseando o seu status econômico original e sua linhagem. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 43).

Chamamos atenção para a citação acima, na medida em que a mesma permite uma análise sobre o fato de que muitos dos coronéis, ainda que utilizassem manobras violentas ou persuasivas para a manutenção do poder, tiveram naquele momento que se adaptar e ressignificar as formas de dominação.

Um bom exemplo dessa nova configuração republicana nas formas de atuação dos coronéis pôde ser vista na construção da nova escola do município durante o governo do Coronel Fróes da Motta. Citada por Boaventura como o “grande palácio da Rua Direita”, construída com “recursos dos próprios bolsos” do intendente, a edificação também pode ser vista como essa adequação da cidade aos ideais republicanos e seus projetos, já que “obrigado pelo Estado” (BOAVENTURA, 2006, p. 109). Tal construção, assim, fez parte do projeto modernizador empreendido pelo então intendente na cidade de Feira de Santana. Reis (2012) discute a importância dessa obra na inserção social dos moradores da sertaneja Feira de Santana:

Em comunicado encaminhado ao Conselho Municipal no ano de 1916, Agostinho procura convencer os membros do legislativo local sobre suas intenções em relação à instrução escolar. É intento da minha administração, atender, quanto possível, a locação do ensino Municipal em edifícios apropriados, esparsos, em pontos convenientes, onde a população escolar, principalmente a menos abastada, possa, sem necessidade de fazer grande percurso, atingir a escola. A

leitura desse comunicado pode iluminar um pouco a opção pela escolarização que Agostinho certamente teve, pois ao analisar estritamente suas palavras se pode perceber uma preocupação quanto ao acesso da população menos favorecida à instrução pública. Por isso a sua intenção de construir uma escola no espaço urbano da cidade, sugerindo e justificando inclusive a indicação do local exato para a edificação da referida escola. (REIS, 2012, p. 42).

A vida política do Coronel Fróes ficou marcada pelos projetos ligados a escolarização dos feirenses e ao processo de urbanização bem como a construção de praças e pavimentação de ruas e logradouros da região central da cidade.

Dentre os melhoramentos feitos na cidade, vale citar os calçamentos da rua dos remédios (atual Mons. Tertuliano Carneiro) e da Rua Conselheiro Franco. Promoveu também o embelezamento da Praça da Matriz, construindo um coreto (que lá ainda está) e os jardins em torno. Foi o setor da educação, no entanto, que mereceu do seu governo a maior atenção. Você conhece bem aquele bonito prédio onde hoje funciona a Faculdade de Educação?

[...]

Como já disse anteriormente, aquela bela construção abrigava a princípio, uma escola primária. Chamava-se escola J.J Seabra. O Coronel Agostinho foi o responsável por tão imponente obra. Conta-se que dificuldades financeiras estavam ameaçando a conclusão do edifício. Então, o Intendente lançou mão de recursos do próprio bolso para que a construção não parasse, só tendo recebido a devolução da importância anos depois.

– Que homem formidável! (PINTO, 2011, p. 100).

Ainda que os memorialistas relembrem como momentos gloriosos essas construções e transformações empreendidas pelo Coronel, indícios apontam que, para a população empobrecida, essas novidades chegaram de maneira abrupta causando diversos transtornos e prejuízos, reafirmando a máxima de Chalhoub (2001), que, ao estudar a cidade do Rio de Janeiro, afirmou:

Tratava-se por tanto de um projeto social “totalizante” – no sentido que visava impor não só mudanças de materiais, mas todo um modo de vida- e profundamente autoritário – no sentido de que visava a realizar essas mudanças à força e sem nenhuma consideração maior para com aqueles que setores sociais que sofreriam as consequências diretas de tais transformações. (CHALHOUB, 2001, p. 69).

Foi durante um surto de cólera no fim do século XIX que a elite política e comercial construiu um discurso positivo em torno da imagem feirense e tentou moldar,

nos primeiros anos do século XX, uma identidade social baseada na sanidade do município, assegurada principalmente na necessidade de um comércio estabilizado. Sobre esse fato analisa Silva (2000, p. 76):

Em outras palavras, o desenvolvimento do processo de construção do ideal de cidade sã, em Feira de Santana, é um fenômeno que está inserido no contexto mais amplo dos interesses locais, ou, se quisermos ser mais precisos, dos grupos ligados à condução da política e, sobretudo, da sua mais importante atividade econômica, o comércio.

Continuando o autor a destacar a relação das representações da cidade sã com a vida econômica próspera, organizada e propícia para as atividades mercantis, aponta que:

[...] o desenvolvimento do ideal da cidade sã está em íntima associação com o processo de expansão do setor comercial do Município, que em última instância sempre foi o maior auferidor dos benefícios decorrentes da existência de uma cidade segura, sanadora, confiável. (SILVA, 2000, p. 76).

Decretos, construções públicas como logradouros mais espaçosos, cemitérios, saneamento nas áreas centrais, melhoria nos hospitais, códigos de postura, todas essas medidas foram instituídas em Feira de Santana e, como analisa Silva (2000), não como meio de agradar ou proteger a população e sim resguardar a prosperidade do comércio, visto que um lugar difundido enquanto insalubre não atrairia novos negócios e nem clientes para os já existentes.

Quando assumiu a intendência em 1916, o Cel. Agostinho Fróes da Motta se mostrou preocupado com o embelezamento e salubridade da cidade, alinhando-se com os ideais modernizantes que circundavam todo o país. A construção do novo prédio escolar esteve intimamente ligada à destruição de alguns casebres em estado precário, por exemplo (SANTIAGO, 2010).

A alegação de que as construções estavam em um estado avançado de decomposição e que o lugar seria perfeito para a instalação do prédio, apontavam o interesse do Cel. Agostinho em manter a cidade esteticamente aceitável para os moldes republicanos.

A defesa do Coronel em desapropriar e demolir esses casebres faz parte da campanha de desapropriação empreendida pelos intendentes de Feira de Santana no

início do século XX e pode ser explicada segundo as análises de Santiago (2010), que afirma que o interesse em destruir esses casebres ultrapassava os objetivos do embelezamento, já que parte dessas ruínas encontrava-se próxima às locações comerciais dos mesmos,

O coronel [Agostinho] era proprietário de quatro imóveis no Campo General Argollo, sendo dois desses armazéns e um palacete, sete na Rua dos Remédios, sete na Rua General Osório e três na Rua Conselheiro Franco. O que queremos chamar a atenção é que os agentes responsáveis pela “campanha” de desapropriação estavam diretamente ligados às áreas em que este processo ocorreu. Muitos exerciam ou exerceram cargos na administração municipal e eram representantes de uma classe comercial que advoga em benefício próprio. (SANTIAGO, 2010, p. 76).

Embora os discursos do Coronel Agostinho parecessem preocupados com a população menos abastada, as pesquisas indicam que a real prática dessas iniciativas representava um programa civilizatório para cidade, cujo projeto seria priorizar os estabelecimentos dos grandes comerciantes de Feira, e excludente no que diz respeito aos subalternos.

Quase três anos após o fim de sua administração como intendente local, o Coronel Agostinho Fróes da Motta morreu na tarde dia 22 de março de 1922, vítima de uma doença que o fez passar os últimos dias de vida preso a uma cama, mas, sempre rodeado de amigos e familiares que mantinham a sua residência sempre movimentada. Em 2008, uma edição especial do jornal *Folha do Norte* relembrou esse momento:

Acometido de uma grave doença em dezembro de 1921, o Coronel Agostinho Fróes da Motta ficou no leito durante vários dias, nos quais foram improfícuos a ação da ciência e os carinhos de parentes e amigos. Faleceu aos 65 anos de idade, em sua residência, onde o corpo foi velado, às 14:10 min de uma quarta-feira, dia 22 de março de 1922. Às 15 horas do dia seguinte, o corpo foi acompanhado pelas Filarmônicas 25 de março, Vitoria e Euterpe Feirense ao lado da comunidade, autoridades civis, militares e eclesiásticas, além de convidados vindos de outras regiões. O sepultamento ocorreu no cemitério Piedade. (FOLHA DO NORTE, 2008, p. 2).

Decorrido quase um mês de sua morte, o *Folha do Norte* noticiou que o Conselho Municipal estaria em vistas de receber o projeto de lei com uma proposta de mudança do nome da praça General Argolo para Praça Fróes da Motta.

Praça Fróes da Motta

Sabemos que vai ser apresentado ao Concelho [sic] Municipal, por estes dias, um projeto denominado praça Fróes da Motta a actual [sic] Praça General Argollo.

É uma justa homenagem ao inesquecível cidadão e benemérito administrador que aformoseou aquelle [sic] aprazível [sic] local. (FOLHA DO NORTE, 1922b).

Tal praça era localizada em frente ao luxuoso palácio dos Fróes da Motta. A leitura atenta do trecho acima nos permite uma idealização da mesma, quando adjetivos como “aformoseou” e “aprazível” a ilustram na matéria do jornal. Estes termos eram também utilizados para nomear a cidade, civilizada, próspera, apresentada por Silva (2000) em sua pesquisa.

Lateralmente à praça estava o palácio dos Fróes da Motta, que compunha um complexo que representava o que havia de mais moderno e faustoso na cidade. A imponência do prédio, sua arquitetura, transpassava à toda cidade o poder que o coronel Fróes da Motta queria instituir a si num primeiro momento e depois à sua família.



Figura 3 – Casarão da Família Fróes da Motta na antiga praça General Argôlo

Fonte: Disponível em: <<http://porsimas.blogspot.com.br/2015/08/casaro-es-Frões-da-motta.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

As demonstrações de poder, assim como a participação ativa na política e em outros espaços da sociedade feirense, ajudaram a produzir uma memória do Cel. Agostinho Fróes da Motta e sua família, principalmente, Agostinho e Eduardo, que perdura, como exemplos de gestores, de sujeitos que se preocuparam e contribuíram para o progresso de Feira de Santana. Em tempos atuais são lembrados pelas ruas, avenidas, escolas e praças que carregam seus nomes.

2.3 Família Fróes da Motta: prestígio e poder

Coronel Agostinho Fróes da Motta foi o patriarca de uma extensa família. Ao todo foram sete filhos legítimos, dois casamentos e um filho bastardo, além da vasta rede de compadrios, agregados e parceiros políticos que não raramente frequentavam sua residência unindo-se ao núcleo familiar. Apresentaremos aqui, brevemente, alguns desses membros, bem como seus papéis na manutenção do *status quo* da família Fróes da Motta.

Outra forma de se instituir como uma família forte e construir assim, uma tradição em torno de si era a exibição da riqueza por meio da ostentação e do luxo. Além da casa e suas estruturas, discutida acima, encontramos dois eventos que apresentaram essas características.

Quando em meados do século XIX Feira de Santana conquistou a sua emancipação política uma das muitas que seriam suas características já se fazia perceber: a de cidade comercial (SILVA, 2000). Foi nesse contexto que em dezembro de 1878 Agostinho Fróes da Motta abriu a sua primeira firma na cidade e estabelecendo-se daí em diante como um dos mais ricos e notórios comerciantes feirenses (REIS, 2008). Seu prestígio e a sua família ficariam no imaginário feirense, a leitura de textos memorialísticos recordam essa família e seus feitos na cidade:

Certo ano, Seu Agostinho na sua noite mandou erigir duas filas de enormes fogueiras, na pracinha, até num trecho da Rua Direita. Ficou um aceiro de luz
Tempos bons... (BOAVENTURA, 2006, p. 36).

O trecho acima é parte do relato saudosista de Eurico Alves Boaventura sobre as antigas trezenas que festejavam Santo Antônio na cidade, nos primeiros vinte anos do

século XX. Durante treze noites do mês de junho, as famílias que geralmente eram as mais ricas e mais tradicionais da cidade se revezavam na organização de missas e festejos em nome do santo católico. Era oferecida aos convidados boa comida e boa bebida, entoavam-se rezas festivas, queima de fogos acompanhada por palmas e gritos, e a iluminação da Praça dos Remédios, ficava por conta das fogueiras acendidas pela família responsável por organizar a noite de trezena ao santo.

Lembrar-se do Cel. Agostinho num momento em que a sociedade feirense se reunia numa comemoração religiosa, aponta quão importantes e influentes eram os Fróes da Motta já que, ainda criança quando do acontecimento das trezenas, Boaventura lembrou-se das fileiras de fogueiras feitas a mando do Coronel que reunia homens, mulheres, crianças e idosos na contemplação de tal espetáculo. Como a cidade nesse período ainda não dispunha de energia elétrica, acender fogueiras em torno da *igrejinha* na Praça dos Remédios era a única maneira de iluminar o caminho e acolher as pessoas que assistiam os festejos do *mordomo* da noite²⁰, de modo que acender duas fileiras de fogueiras cortando as duas principais vias do centro da cidade era uma inegável demonstração de poder e influência da família Fróes.

As demonstrações públicas do poder econômico do Cel. Agostinho não eram raras, segundo as memórias de Boaventura:

Dos Poucos tempos depois, o possante e tonitruante Mercedes do Cel. Agostinho apagaria totalmente o rumor macio das sedas da cadeirinha de arruar. Duas civilizações e dois símbolos: a discrição da cadeirinha de arruar e a zoadá espalhafatosa do Mercedes. Nova época, depois dos uivos adoidados da guerra de quatorze. Uma a finesse do silêncio. Outra o estrépito do novo rico. Isto mesmo. (BOAVENTURA, 2006, p. 69).

A presença de um automóvel Mercedes numa cidade ainda de ares provincianos certamente provocou espanto até mesmo naqueles que compartilhavam com o Cel. Agostinho os luxos da alta sociedade, prova disso a lembrança de Eurico Alves sobre o fato, para o autor, o Mercedes funcionava como o símbolo do emergente, “o estrépito do novo rico”, o Cel. Agostinho que na época se estabelecia enquanto líder no comércio fumageiro, parecia saber bem disso.

Inserir-se nessa sociedade era importante para o Coronel Fróes da Motta, já que a provável origem humilde não condizia com a sua atual realidade, de homem rico e

²⁰ Aquele que era responsável pela noite na trezena, segundo Boaventura (2006).

poderoso, era preciso então esquecê-la, obscurecê-la. Dessa forma, dirigir um possante e caro automóvel pelas ainda estreitas e silenciosas ruas da Feira de Santana do início do século XX provavelmente, foi para o Coronel não só uma maneira de mostrar a sociedade que os tempos agora eram outros, onde cabiam novos sujeitos e novas histórias de riqueza, mas também foi uma maneira de se inserir nessa nova realidade.

2.4 Dr. Eduardo Fróes da Motta: o filho querido

Dentre as dezenas de processos cíveis e crimes que envolvem Agostinho Fróes da Motta e a primeira geração de sua família, os quais se encontram catalogados no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), os criminais datam até 1964, ano em que Hugo Navarro abriu, contra Eduardo Fróes da Motta (quinto filho de Agostinho), um processo de acusação por difamação.

Nascido em 1891, Eduardo Fróes da Motta foi eleito conselheiro municipal no ano de 1928, consolidando sua presença na vida política de Feira de Santana após a década de 30 (CUNHA, 2013). Em entrevista à Revista Panorama concedida em 1983, relembrou como foi “convidado” por seu pai a entrar na política:

Meu pai foi político e eu herdei dele, comecei a ser político em 1922. Até então eu era um médico, clinicando em São Paulo, onde morei grande tempo, e lá me casei. (Minha mulher é mineira). Meu pai já velho foi me visitar uma vez e me perguntou: “você como está aqui?” Eu estou muito bem. No dia seguinte vendo meu trabalho, minha situação, me disse: “estou vendo que você está muito bem aqui, mas preciso de você lá em Feira de Santana, estou velho sei que não vou viver muitos anos.” Eu disse: irei para onde você quiser meu pai. “Mas vai satisfeito?” Vou, agora com uma condição, eu lá não quero clínica médica. “Não você vai lá para ser meu sócio, meu companheiro. (PANORAMA, 1983, p. 31).

Sendo eleito por voto indireto em 1944, Eduardo atuou ainda como prefeito de Feira de Santana até 1945. A certeza de que a indicação para prefeito, feita pelo interventor federal Onofre Pinto Aleixo surgia não só da notável participação de Eduardo Fróes da Motta no cenário político da cidade quando atuou como conselheiro e vereador municipal (CONCEIÇÃO, 2009), mas também a partir da influente lembrança

de seu pai, pode ser claramente percebida na leitura das notas sobre a indicação do novo prefeito no jornal *Folha do Norte*:

[...] houve por bem o Sr. General Renato Onofre Pinto Aleixo, honrado interventor federal, nomear para o alto cargo o nosso ilustre e prestigioso conterrâneo Sr. Eduardo Fróis da Mota, abastado criador e figura de brilhantíssimo relevo na sociedade feirense.

Filho de um dos maiores administradores que a Feira Já teve até hoje- o saudoso e benemérito Agostinho Fróis da Mota. (FOLHA DO NORTE, 1944a, p. 1).

Nos telegramas recebidos parabenizando-o pela posse, a figura do Coronel Fróes da Motta foi lembrada como relevante e benfeitor para a cidade feirense:

Feira – Dr. Eduardo Motta – Venho dar parabéns a nossa Feira felicidade ter sido nomeado seu governador para continuar grande obra do jamais esquecido querido benfeitor Agostinho Mota, gloria da Bahia. – Manoel Matias.

[...] certo que o ilustre feirense irá pôr em evidencia tantos outros programas em nosso fluorescente município, imitando outros ilustres conterrâneos e continuando atos dignificantes do seu abnegado progenitor, o saudoso feirense cel. Agostinho Fróis da Mota. Cordialmente – Claudemiro Suzarte Carneiro. (FOLHA DO NORTE, 1944b, p. 1).

Eduardo assumiu ainda a chefia do PSD (Partido Social Democrata) que sob sua tutela conseguiu eleger três prefeitos na cidade, manteve-se enquanto líder do partido até o ano de 1964 quando do golpe civil-militar (CUNHA, 2013).

Eduardo Fróes da Motta formou-se em medicina em 1912. Cartas trocadas entre ele e seu pai, Coronel Agostinho, demonstram a preocupação do último em manter o filho dentro dos moldes que regiam a moral e os bons costumes da época. Formar um filho que pudesse ser chamado de “doutor” era decerto uma preocupação do Coronel, no sentido de inserir-se na aristocracia feirense.

Essa característica foi observada e analisada por Vilaça e Albuquerque (2003) ao afirmarem que o letramento e a consequente formação superior dos herdeiros funcionavam principalmente como um prolongamento do poder do Coronel.

Essa tentativa de sucessão é uma forma de compromisso com os novos tempos não raro malsucedida, mormente quando a própria sombra do senhor absoluto de outrora, [...] perturba, obscurece, atropela os passos do desejado herdeiro político. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 45).

Nas cartas dirigidas a Eduardo, a preocupação com a postura do filho por parte do Coronel é sempre notável.

Quanto aos exames espero que possa prestar as matérias relativas ao 1º Anno pois é d'esta forma que o estudante caprixado inicia sua carreira, não só justifica o interesse que tem. Como ainda prova, que tem competência, por tanto se compreendendo o que é e o que [ilegível] chegue a fim. 30 de setembro de 1907.

Veja que nota deixou ahi pendente de seu deveres a cumprir perante a sociedade, portanto queira não seguir os desvarios de outros e não leve ninguém para Caza do Snr. Isac, quando tiver de receber fineza d'elle em sua Casa vá sozinho e quando sahir d'ahi e chegar na Bahia venha logo para aqui. 20 de janeiro de 1906.

Também reanimando lhe não aceite almoços nem jantares de pessoas conhecidas nem pagar para ninguém, trate de seus estudos e deixe a companhia de quantos aparecem ahi idos d'aqui. Escreva-me firmando a quantia para suas despesas porque quero evitar que todo o dia que o Snr. Epiphany ahi chegue que precise de dinheiro. 05 de maio de 1908²¹

Alguns aspectos das cartas merecem nossa atenção. Essas correspondências foram produzidas durante o período em que Eduardo Fróes da Motta foi estudar na capital, Salvador.

Numa primeira observação importante, destacamos o papel do pai na vida do filho. É possível perceber como cada “conselho” do Coronel Agostinho representava uma forma de controlá-lo. Além disso, o discurso do Coronel nas cartas produzia uma espécie de manual de como o filho deveria se portar em relação às outras pessoas enfocando o respeito, a honra, responsabilidade nos compromissos. Nota-se que um modelo de civilidade estava sendo proposto através das ações do próprio Eduardo.

Outra observação no tocante às economias do Coronel também fica evidente. A preocupação com gastos exagerados aparecia na carta. Isso demonstra o controle do Coronel Agostinho para com a administração de suas finanças. Tal premissa nos ajuda a entender, portanto, que gastos com a residência da família e seu esplendor, bem como com o automóvel de última geração serviam não como gastos simplesmente supérfluos, já que aparentemente o Coronel não era adepto de tais práticas, mas para produzir sentidos acerca do poder de sua família e ilustrar o protagonismo da mesma na Feira de Santana

²¹ Trechos de cartas enviadas pelo Coronel Agostinho a seu filho Eduardo que residia em Salvador onde cursava a faculdade de Medicina. As cartas trocadas entre Agostinho Fróes da Motta e Eduardo Fróes da Motta encontram-se digitalizadas e resguardadas em arquivo pessoal.

Ademais, atentamos ainda para a preocupação do pai com as responsabilidades, os estudos e projetos referentes ao filho. O título de doutor figura como mais um mecanismo de manutenção do legado iniciado pelo Coronel Agostinho.

Tais posturas corroboram com a imagem da fotografia exposta abaixo. Assim como o pai, no retrato, Eduardo Fróes da Motta apresenta um ar de altivez, as características físicas da cor negra convivem com o porte de quem já nasceu na riqueza e conquistou poder através de seu pai. O corte discreto dos cabelos do médico Eduardo Fróes da Motta unia-se a roupa bem alinhada, de fino corte.



Figura 4 – Eduardo Fróes da Motta

Fonte: Disponível em: <<http://porsimas.blogspot.com.br/2013/08/salao-nobre-por-onde-anda-galeria.html>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

O prestígio e a enaltecida imagem do Cel. Agostinho perduraram por décadas no imaginário da cidade, mesmo após a sua morte, tendo sido ela usada como um capital simbólico (BOURDIEU, 2007) na vida política de seu filho Eduardo Fróes da Motta e na vida social de seus filhos mais de vinte anos após seu falecimento.

2.5 Alberto de Almeida Motta: o filho ilegítimo

Após a morte de sua primeira esposa, D. Maximiana em 1918, o Coronel Agostinho Fróes da Motta casou-se com D. Guilhermina de Almeida com quem tivera um filho 24 anos antes (LAJEDINHO, 2004). Alberto de Almeida Motta, apesar de ser fruto de uma relação extraconjugal teve amparo por parte do pai durante o período em que o Coronel manteve-se casado com D. Maximiana, e certamente sua existência era conhecida por parte de sua família. Prova disso, é a carta endereçada a Alberto por seu pai no ano de 1916:

Alberto

Recebi suas cartas pelas quais vejo achar-se melhorado devendo [inteligível] se está realmente curado.

Precizo [sic] de uma caza[sic] ahi para Albertina e Amália passar uns tempos [inteligível] de tratamento medico, pelo que veja se encontra alguma no Largo[inteligível] ou nas proximidades mais [sic], que contenha água e luz e que seja boa nunca [inteligível] a que tivemos alugada. Durante [sic] o tempo em que ellas[sic] estiverem ahi você ficará com ellas [sic]...²²

Albertina e Amália, citadas na carta, eram filhas do Coronel Agostinho e D. Maximiana. Ainda que Alberto não convivesse com os demais irmãos na mansão do Coronel, a preocupação em mantê-lo sob vigilância e oferecer-lhe os mesmos requintes de educação e inserção social era notável nas intenções do Coronel Agostinho. As análises das cartas dirigidas do Coronel ao filho demonstram que apesar de morar longe Alberto mantinha contato constante e estava submetido a vigilância paterna.

Por seu telegramma [sic] vejo que a febre ainda não deixou-lhe [ilegível] peço ao Dr. Julio Adolpho para continuar [ilegível] e vá telegrammando diariamente seu estado para que não [ilegível] melhora radical terá que vir para aqui...ficar sob minhas ordens...

29 de maio de 1922.²³

Ainda que aparentemente tenha assumido publicamente a paternidade de Alberto e ter oferecido todas as condições materiais para que o mesmo estudasse na capital e até formar-se engenheiro, o Coronel resolveu deixá-lo de fora na partilha de sua herança o

²² Trecho de carta enviada ao filho Alberto no ano de 1916. Digitalizada em acervo pessoal.

²³ Carta dirigida a Alberto pelo Coronel Agostinho Fróes da Motta. Resguardada digitalmente em arquivo pessoal.

que gerou um longo processo e inúmeras atribuições com seu irmão e único testamenteiro do inventário do Coronel Eduardo Fróes.

[...] após o falecimento de Agostinho Fróes da Motta, e durante o processo de abertura do testamento e produção do inventário deste, o seu filho Eduardo Fróes da Motta foi alvo de várias ações movidas por seus irmãos e irmãs, além das ações que o próprio Eduardo moveu contra os irmãos. Uma dessas ações movidas por Eduardo se dirigiu ao seu irmão Alberto de Almeida Motta, filho adulterino de Agostinho Fróes da Motta com Dona Guilhermina de Almeida, com quem contraiu segundas núpcias em 1920, após a morte da primeira esposa. Nesta ação o advogado de Alberto alega que Eduardo quis “fazer crer que o Alberto não usou, nem usa, o nome patronímico do Cel. Agostinho Fróes da Motta, porque esse nome não é – Mota –, mas, Fróes da Motta”. (REIS, 2012, p. 47).

Alberto de Almeida Motta tentou provar que, ao contrário do que afirmava seu irmão Eduardo, apesar de ilegítimo ele era reconhecidamente filho do Coronel Agostinho.

Se era público e notório a relação extra conjugal de Agostinho e Guilhermina, da mesma forma também era a existência do filho dessa relação. E por mais que o seu irmão Eduardo tentasse provar o contrário, o jovem Alberto procurou demonstrar com vários documentos, juntados nos autos da ação ordinária movida por ele, quede fato era filho de Agostinho. Além das provas utilizadas para confirmar a relação dos pais, Alberto se serviu de outros documentos para atestar sua filiação paterna. (REIS, 2012, p. 72).

A tentativa de Eduardo em excluir o irmão da divisão dos bens, ultrapassa a questão econômica na medida em que é notável a preocupação do mesmo com a possibilidade em inserir mais um sujeito, dentro do núcleo familiar dos Fróes da Motta, tão bem estruturado e moldado pelo seu pai. Pertencer aos Fróes da Motta nesse sentido, era mais do que possuir bens materiais, significaria pertencer e carregar consigo responsabilidade e a insígnia de uma boa família dotada de honra e respeito. Eduardo defendia a importância disso e produzia sentidos sobre o que era ser um Fróes da Motta, quando questionava a legalidade do direito de Alberto.

A batalha judicial estendeu-se até o ano de 1927, quando finalmente Alberto conseguiu assegurar-se de sua quantia referente à herança do pai.

Alberto Motta faleceu em 1932 aos 37 anos de idade. Segundo Antonio do Lajedinho (2004), “Dona Lolô”, como era conhecida sua mãe D. Guilhermina, gozava de alto prestígio na sociedade feirense da época e assim permaneceu até o dia da sua morte. Ainda que fosse publicamente amante do Coronel Fróes durante duas décadas, manter um relacionamento com um homem tão poderoso decerto fez obscurecer quaisquer comentários maldosos que pudessem ser atribuídos à sua conduta, já que “toda cidade gostava daquela senhora que desfrutava do mais alto conceito em Feira de Santana. Todos conheciam sua vida” (LAJEDINHO, 2004, p. 87). Tais experiências denotam a relevância social do Coronel Fróes da Motta na comunidade feirense do início do século XX, bem como a sua influência nas relações estabelecidas pela família.

2.6 Capitão Augusto Fróes da Motta e Amália Fróes da Motta: exceções à regra?

A intermediação na resolução de conflitos envolvendo seus familiares também denota a extensão do poderio do Coronel Fróes. Sempre que um de seus herdeiros colocava em cheque a moral da família, a presença imponente do Coronel tratava de amenizar as possíveis consequências.

Foi assim quando Amália de Almeida Motta, quarta filha do Cel. Fróes fugiu de casa para casar-se com Adelardo Galdino de Carvalho. A solução encontrada pelo Coronel foi drástica: no ano de 1906 entrou com uma Ação de Deserção na Promotoria Pública contra a própria filha (PROCESSO CÍVEL, 1906).

O casamento sem o consentimento paterno de certo colocou em juízo a moral da família Fróes da Motta, o que exigiu do patriarca uma solução à altura da sua indignação e do constrangimento perante a sociedade. Manter as mulheres da família de acordo com as normas estabelecidas para o sexo feminino, na época, era também uma maneira dos Fróes da Motta demonstrar suas posturas ilibadas e honrosas. Observa-se o texto de Ramos (2007, p. 37):

Nesse sentido, a virtude e a aparência assumem a representação da importância do capital da virgindade da mulher, onde o valor simbólico da sua pureza transcende apenas o modelo feminino da perfeição virginal da moça, onde virtude individual é parâmetro para a honra de toda a família.

Adelardo era filho de um desafeto do Coronel Fróes da Motta, o que explicaria em suma o motivo da desaprovação do relacionamento. Um Processo Cível (1907) envolvendo as duas famílias justifica o ressentimento, haja vista o fato do Coronel, após o fim do processo, ter ganhado na justiça o direito ao pagamento de uma dívida que detinha com os pais de Adelardo, fato que decerto causou rugas na relação entre as famílias.

Apesar de ter conseguido sua parte na herança da mãe, Amália Motta permaneceu deserdada da fortuna de seu pai, o que a fez, depois da morte do Coronel Fróes da Motta, entrar na justiça contra seu irmão Eduardo a fim de reaver sua parte no montante (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA, 1922).

Sobre um dos filhos mais velhos do Coronel, Capitão Augusto Fróes da Motta, pesa o fato de que se envolveu em uma contenda familiar que resultou numa tentativa de homicídio contra a própria esposa, (caso brevemente exposto anteriormente) a situação acabou envolvendo o nome da família em um processo crime.

Tais acontecimentos demonstram que, embora com todo cuidado e controle do Coronel Agostinho Fróes da Motta em forjar ao longo dos anos, um modelo de conduta para a sua linhagem, de modo a apresentá-la como uma expressão da moral e da virtude, percalços aconteceram nessa trajetória, como casos de violência, contendas pessoais e processos judiciais. Fatos que destoam do modelo civilizador defendido pelo sistema republicano e pelo próprio Coronel.

3º CAPÍTULO

A TRAGÉDIA DA FEIRA DE SANT'ANNA²⁴

Madrugada do dia 22 de março de 1922, Feira de Santana, interior da Bahia. O soldado da guarda noturna Jeronimo José de Queiroz, após ouvir disparos efetuados por arma de fogo, dirige-se à Rua Senhor dos Passos e chegando lá se depara com uma mulher banhada em sangue caída no chão; mais adiante, avista um sujeito que corria em direção à Rua Barão de Cotegipe. Após perseguir o mesmo e efetuar a prisão, tal foi a sua surpresa ao perceber que se tratava do Capitão Augusto Fróes da Motta.²⁵

Augusto foi levado à delegacia da cidade e logo após ser ouvido, apesar do flagrante, foi liberado (PROCESSO-CRIME, 1922).

Nos meses que sucederam esse acontecimento, Capitão Augusto, filho do Coronel Fróes da Motta, se viu às voltas para justificar perante a lei os motivos que o levou a disparar um tiro contra a sua esposa.

Todas as testemunhas ouvidas, cinco ao todo, eram homens, em sua maioria amigos próximos a família e prestaram os seus depoimentos circundando a acusação de que havia uma relação extraconjugal entre D. Almerinda de Almeida Motta, a esposa de Augusto e alvejada com um tiro deflagrado pelo próprio marido naquela noite, e o médico Auto Esmeraldo dos Reis, que na época cuidava do Coronel Agostinho que se encontrava doente.

²⁴ Título de texto publicado no jornal *Folha do Norte* no dia 1º de abril de 1922.

²⁵ Processo-Crime. Est. 5, cx. 121, doc. 2431. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1922.

O suposto adultério²⁶ foi também relatado por Augusto Fróes da Motta em seus depoimentos no decorrer do processo e eles juntamente com os relatos apresentados pelas outras testemunhas, fizeram com que o delegado e depois o próprio juiz responsável pelo caso chegasse à conclusão de que foi a defesa da honra que levou Capitão Augusto a praticar tal delito. Apresentaremos a seguir esses depoimentos de modo a analisar a tentativa das testemunhas e do acusado de provar o adultério de D. Almerinda ao tempo em que justifica o crime cometido pelo membro da família Fróes da Motta.

3.1 As testemunhas

Os dias que antecederam a madrugada de 22 de março de 1922 foram de grande movimentação dentro do casarão Fróes da Motta, isso porque o patriarca da família, que há alguns meses vinha sofrendo de uma grave moléstia, passava os dias sendo velado pelos parentes e amigos mais próximos que se revezavam na tarefa de cuidar do doente.

Além dos amigos íntimos, Dr. Auto Reis, médico e amigo da família há alguns anos, exercia a sua função de cuidar e remediar o enfermo passando boa parte do dia e da noite dentro do casarão na companhia dos demais.

Na noite do crime o negociante Valentim José de Souza Júnior estava na dita casa e contou ao delegado Dr. Heráclito Dias de Carvalho como presenciou o fato. Segundo ele após ter passado as obrigações e recomendações para os próximos responsáveis a cuidar do enfermo se dirigiu ao quarto que lhe foi destinado pernoitar e:

[...] tirou o paletó , o colete, e as botinas e deitou-se então para descansar após alguns minutos que havia se deitado ouviu um barulho, pensando ter sido o doente que se havia levantado e que os dois companheiros que estavam de vigília lutavam com dificuldades para deitá-lo saiu em manga de camisa e pés descalços, quando chegou ao corredor viu o denunciado ali presente esbofeteando o Dr Auto, chamando-o de bandido, voltando para o quarto deu um empurrão na mulher e disse: Não te disse que te pegava, miserável! Isto parte o denunciado, colocou a botinas, vestiu o paletó e saiu, saindo logo

²⁶ Trataremos aqui o adultério enquanto possibilidade e não como certeza, tendo em vista que não há uma confissão da vítima e ainda porque outras fontes que trabalharemos desmentem a tal acusação.

depois sua esposa e sua sogra. Neste momento chegaram diversas pessoas, dentre as quais o Dr. Eduardo, [?] Epiphanyo Souza e Arthur Motta. Dizendo Dr. Eduardo que seu irmão estava maluco, do que ele testemunha replicara: Maluco não, ele fez isso foi porque com certeza encontrou Doutor Auto com sua mulher e ele testemunha [?] porque já vinha de muito vendo as manobras de Dr. Auto e D. Almerinda (PROCESSO-CRIME, 1922).

Na fala do negociante, o adultério surge como motivador do disparo que alvejara D. Amerinda e uma justificativa para tal ação, inclusive indicando que a possível relação acontecia a algum tempo e já havia chamado atenção das pessoas. Entretanto, isso não parecia convencer a todos e Eduardo Fróes da Motta, também vivente do cotidiano da casa e irmão do acusado, no calor do momento, chegou a questionar a sanidade mental do Capitão Augusto, “maluco”.

Percebemos que a existência do adultério, em meio ao transcorrer do evento, já era fruto de discussão. Ainda que a comprovação ou não instigue a curiosidade, não a buscamos, mas a partir disso, abre-se uma janela para analisarmos o comportamento da família diante do evento que colocou um dos seus membros no banco dos réus e acompanharmos as contradições entre as normas pretendidas e as práticas seguidas. O suposto adultério surge para nós como uma ideia que moveu a ação das pessoas, sustentou depoimentos e foi alvo de debates, torna-se, portanto, relevante, independentemente de sua confirmação.

Voltemos ao depoimento de Souza Junior, preocupou-se a testemunha em relatar os eventos presenciados por ele que o fizeram perceber haver algo entre o médico e a esposa de Augusto. Algo feito também pelos demais depoentes ouvidos no processo, que chegaram a afirmar inclusive que o próprio Coronel Fróes da Motta já havia percebido uma aproximação entre o médico e sua nora.

A exemplo disso temos o depoimento de Manuel Alves de Brito, chofer da família, que disse ter presenciado, numa certa ocasião, em que levava os dois no carro que o “Dr. Auto conversava intimamente com D. Almerinda, segurando-lhe uma das mãos e acariciando-lhe as coxas”.²⁷

Outra testemunha, Joaquim Anacleto de Oliveira, com 66 anos, viúvo, negociante natural de São Gonçalo dos Campos e residente em Feira de Santana, ainda relatou que:

²⁷ Processo-Crime. Est. 5, cx. 121, doc. 2431. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1922.

[...] ele testemunha chegando aos arredores da sala viu o denunciado presente esbofetando e espancando o Doutor Auto, nesta ocasião este saiu no [...] e notou que os que vinham chegando agarraram o denunciado e separaram nesse momento aparece o Dr. Eduardo Motta dizendo que o denunciado que era seu irmão estava maluco com certeza uma vez que tinha aquele [...], e nisto [...] lhe [...] Valentim Jose de Souza, dizendo que o denunciado não estava doido e sim coberto de razão para assim proceder. [...] Doutor Auto saiu dizendo-se atrasado perguntando onde se achava, perguntando o que se havia dado. E declarava ainda o Doutor Auto que se achava tonto de sono e que por isso entrara no quarto esse em que se encontrava o denunciado e sua esposa e que isto não bastava para que o denunciado tivesse [ilegível]. Soube depois que o coronel Agostinho Fróes havia dito ao seu filho Dr. Eduardo e também ouvi ele dizer ao Dr. Eduardo que não era nada bom ter Dr. Auto naquela casa dia e noite e que isso ainda acabaria em desgosto [...] como o mesmo seu filho ou com outra pessoa. Declarou mais que ouviu o senhor Arthur Alves testemunha indicado nesse processo dizer: aqui vive um bicho.(PROCESSO-CRIME, 1922)

A primeira testemunha, chofer da família, informou um evento que colocava Dr. Auto e D. Almerinda em uma situação suspeita, talvez tentando justificar o ato cometido por Augusto Fróes da Motta na noite em que sucedeu o crime. O segundo depoimento, ainda que com partes ilegíveis, apresenta um cenário muito mais complexo. Destacamos que o Dr. Auto procurou justificar a sua entrada no quarto da esposa do Capitão Augusto, dizendo que não estaria à procura de D. Almerinda, mas que por fruto do sono, teria confundido as portas. Percebemos, também, mais uma vez a recusa de Eduardo Fróes da Motta em acreditar na infidelidade da esposa de seu irmão.

Segundo Oliveira (2000), ainda que a sociedade de moldes modernos do início do século XX prezasse pelos bons modos e visse na violência um atraso e algo a ser combatida, a defesa da honra masculina e/ou da mulher frágil e inocente justificava e legitimava atos violentos, o delito cometido por Augusto corrobora com essa afirmação por que o acusado usa a defesa da honra como justificativa para ferir a submissa e oprimida figura feminina.

Toda a discussão, relato e conclusões apresentadas pelo delegado, pelo juiz, promotor, acusado e testemunhas não circundam os danos morais e físicos causados a vítima. Por sua vez manifestam a tentativa de provar que o grande culpado pelo caso foi o Dr. Auto que seduziu e ultrajou D. Almerinda fazendo-a tornar-se alvo da raiva do marido em razão da suposta traição.

A vítima, D. Almerinda de Almeida Motta, foi ouvida apenas uma vez durante o inquérito policial feito pelo delegado, e apresentou da seguinte forma a descrição dos fatos:

Respondeu que estava deitada mais seu marido Augusto Fróes da Motta, que [?] dormia, ouviu ele gritando me respeite Dr. Auto em que dava muitos socos, ao que pedia Dr. Auto desculpas, dizendo que devido a muitas noites perdidas, se havia enganado com a porta do quarto, pois tencionava entrar no quarto em que achava-se doente o Coronel Agostinho Fróes da Motta, de quem eram médico assistente. Pergunta em que lugar recebeu os ferimentos que apresenta? Respondeu que tendo seu marido lhe ordenado que viesse para residência de ambos, á Rua Sr. Dos Passos, ao que atendeu, o que fez em companhia de sua mãe e ao chegar em frente da casa, antiga [?], ali encontrou seu marido, que lhe perguntou: ‘quem vai aí?’ Tendo sua mãe respondido: ‘Sou eu e minha filha Almerinda’, [?] ele seu marido sacou de uma pistola, a qual disparara contra ela, produzindo-lhe o ferimento que nesta ocasião apresenta.(PROCESSO-CRIME,1922)

Em seu depoimento, D. Almerinda não evidenciou nenhum envolvimento com o médico e repetiu a história da confusão com as portas gerada pelas noites perdidas de sono de Dr. Auto. É possível também que, ao narrar a ida a sua residência, após ordem do marido, ela tenha procurado indicar que cumpria o papel que era esperado a uma mulher naquela época, obediência ao seu marido. Sabia também que a situação era tensa, a presença da sua mãe lhe acompanhando pode ser um indicativo de que procurava se proteger, talvez com ela a seu lado dissuadisse alguma represaria do marido. Entretanto, isso não ocorreu, ela foi atingida no braço, na altura do ombro, bem próximo a cabeça, segundo consta no exame de lesões corporais.

Capitão Augusto Fróes da Motta em seus depoimentos prestados mostrou-se engajado em provar que cometeu o delito num momento em que se encontrava tomado pela raiva por ter tido a honra traída pelo médico em questão.

Ferira sua esposa em defesa da sua honra ultrajada por Dr. Auto Esmeraldo dos Reis e mais tarde como digo quando se dirigia para a casa de seu pai foi a Praça Geral Câmara preso pelos dois Guardas Noturnos. ...o acusado declarou que não assinava não só pelo seu estado nervoso como ainda não fora preso em flagrante, nem foge a ação da justiça pois fez questão de [?] em se defender.(PROCESSO-CRIME,1922)

Os depoimentos e relatos apresentados pelas testemunhas e pelo acusado surtiram o efeito desejado, pois, o delegado que assumiu o caso após o fim da investigação,

lavrou o seguinte relatório a ser entregue ao Promotor Público da Comarca de Feira de Santana, no dia 4 de abril de 1922:

Consta destes autos que na madrugada do dia 22 de março findo, acusado Capitão Augusto Fróes da Motta estando dormindo com sua espoza, D. Almerinda de Almeida Motta em casa de residência de seu pai Coronel Agostinho Fróes da Motta, que guardava leito, foi surpreendido com o [?] Dr. Auto Esmeraldo dos Reis, no seu quarto, junto a sua cama a procura de sua espoza, não o julgando encontrá-lo ali, e conhecendo o mesmo que estava sendo trahido na honra de espoza, pelo médico assistente de seu pai, [?] a repelir o dito médico que fôra tomado de suas mãos, por pessoas que fazia companhia ao enfermo. Retirando o capitão Augusto, para a casa de sua residência, armou-se e de volta encontrou com sua espoza, na rua Senhor dos Passos, disparou um tiro nesta que produziu os ferimentos constantes do exame do corpo de delicto de flº que foi julgado procedente e capitulado no Art. 303 do Código Penal em vigor. O referido Capitão Augusto Fróes da Motta fora preso em flagrante e devido as falhas do auto, pelo meu antecessor neste feito, foi o mesmo posto em liberdade por habeas-corpos do Exmo. Dr. Juiz de Direito da Comarca. Da prova [?] [?], ficou provado, que o Dr. Auto Esmeraldo dos Reis, mantinha com a espoza acima referida, relações ilícitas, levando o seu espozo a praticar o crime previsto no Art. 303 do mesmo Código. (PROCESSO-CRIME,1922)

O relatório final concluía a averiguação das falas da testemunha e chegava a um documento síntese do que teria acontecido. Nos termos do delegado o Capitão Augusto havia sido “trahido na honra de espoza” e em resposta a esse ato havia tomado as atitudes de violência contra aqueles que atentaram contra sua honra de marido.

O artigo 303 do Código penal de 1890 prevê prisão de três meses a um ano para quem “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”²⁸.

Seguindo os procedimentos de costume, o caso foi remetido para a promotoria pública, as testemunhas foram ouvidas mais uma vez, sendo inquiridas pelo juiz Jacintho Ferreira da Silva e o promotor público Elpídio Raimundo Nova na presença do acusado, que contratou o advogado José Maria Neves para auxiliá-lo e defende-lo nos meandros do processo.

3.2 Os desonradores da família Fróes da Motta

²⁸ Código Brasileiro de 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Diante do juiz e do promotor as testemunhas relataram os mesmos argumentos apresentados ao delegado, dessa vez com uma riqueza maior de detalhes a fim de reafirmar o quão a conduta de D. Almerinda e o médico Auto Reis era intolerável dentro de uma família tão prestigiosa como era a Fróes da Motta. No depoimento de Joaquim Anacleto de Oliveira, foi possível perceber como o comportamento dos dois era visto por aqueles que desconfiavam da conduta de D. Almerinda, dentre outros valores relevantes para sociedade naquela época.

Joaquim Anacleto de Oliveira, com 66 anos de idade, viúvo negociante natural de São Gonçalo dos Campos e residente nesta cidade. Testemunha jurada a forma da lei. Prometeu dizer a verdade [?] que fosse perguntado. Quando inquerido sobre a denúncia [?] Respondeu que na noite do dia que trata a denúncia este testemunha se achava em casa do Coronel Agostinho Fróes da Motta a quem ajudava outros a velar devido a seu [?] estado de saúde e como era natural devido também a já haver muito tempo prestando estes serviços achava-se cansado e por isso havia se deitado com uma cadeira que havia na sala de jantar quando ouviu as passadas de duas pernas, respondendo [?] e chegando os viandantes a [?] perguntou-lhe o Dr. Auto: quem está aí? Ele testemunha disse: sou eu Anacleto e então Doutor Auto pediu-lhe fósforos para acender uma luzem o que demorou uns 5 minutos, ele testemunha que é um homem de educação antiga dos tais que são chamados hoje atrasados estranhando os atos da civilização moderna [?] quando a senhora que acompanhava o Doutor Auto era a mulher do denunciado e não lhe [?] depois o fato de que [?] a denúncia ele testemunha chegando aos arredores da sala viu o denunciado presente esbofeteando e espancando o Doutor Auto, nesta ocasião este saiu no [?] e [?] que vinham chegando agarraram o denunciado e separaram nesse [?] aparece o Dr. Eduardo Motta dizendo que o denunciado que era seu irmão estava maluco com certeza uma vez que tinha aquele [?], e nisto [?] Valentim Jose de Souza, dizendo que o denunciado não estava doido e sim coberto de razão para assim proceder, disse mais a testemunha que [?] apanhasse o Doutor Auto [?] em uma cama, aplicando-lhe com poucos instantes o Dr. Eduardo Motta um calmante [?] Doutor Auto acordou dizendo-se atrasado perguntando onde se achava, perguntado o que se havia dado. E declarava ainda que o Doutor Auto [?] que se achava tonto de sono e que por isso entrara no quarto esse em que se encontrava o denunciado e sua esposa e que isto não bastava para que o denunciado tivesse [?] com [?]. Soube depois que o Coronel Agostinho Fróes havia dito ao seu filho Dr. Eduardo e também ouvi dizer ao Dr. Eduardo que não era nada [?] de Dr. Auto naquela casa dia e noite e que [?] ainda acabaria em desgosto [?] como o mesmo seu filho ou com outra pessoa. Declarou mais que ouviu o senhor Arthur Alves testemunha indicado nesse processo dizer por [?]: aqui vive um bicho, [?].(PROCESSO-CRIME,1922)

Joaquim Anacleto frisa em seu depoimento que ele era um “homem de educação antiga dos tais que são chamados hoje atrasados”, e que por isso achava estranho os “atos da civilização moderna” que permitia uma mulher casada a sós no escuro com um homem que não fosse seu marido. Essa afirmação sugere que os valores morais da sociedade estavam sendo mudados naquele momento, e que, pessoas como ele não haviam se adaptado ou aceitado essa mudanças. Tal posicionamento sugere, que o depoente havia apresentado seu testemunho do fato arraigado a valores que eram atribuídos aqueles sujeitos, principalmente ao que diz respeito ao papel da mulher e seus comportamentos.

Ainda que as demais testemunhas não tenham usado o mesmo argumento de Joaquim Anacleto para explicar sua indignação com a suposta traição, todas elas levam em consideração que a inadequação do comportamento de D. Almerinda era inaceitável para qualquer sociedade que se dissesse minimamente digna. Sobre essa questão analisa Cristiana Ramos:

É patente que o “ideal de mulher” feirense proibia, ao menos para o público, a reação a violência de seus parceiros ou de quem quer que fosse. A mulher do povo era aquela que ia ao samba, à delegacia e aos jornais prestar queixas, se expondo à opinião pública. Ao contrário da mulher de elite e dos setores medianos da sociedade, que era apresentada sempre (ou quase sempre) de maneira honesta e recatada. (RAMOS, 2007, p. 61).

Desse modo, não só o comportamento de D. Almerinda, supostamente, teria fugido ao padrão esperado, “honesto e recatado”, mas o desfecho trágico daquela noite tinha ganhado uma exposição pública, fugindo de uma resolução familiar/privada, o que de certo incomodou aos Fróes da Motta.

Em um longo e detalhado segundo depoimento, Valentim José de Sousa voltou a acusar D. Almerinda e Dr. Auto Reis de manterem relações ilícitas e dessa vez com novos e conclusivos relatos que devem ter colaborado, em parte, para a sentença final do Juiz, entre eles esse:

[...] e referiu os dois casos que ele testemunha havia presenciado: uma vez ele testemunha foi dormir numa sala junto ao gabinete encontrando foi Arthur Assis que dormia virado para a parede, deitou-se e pouco tempo depois viu D. Almerinda atravessar a saleta com um castiçal e uma vela acesa na mão, olhou para ele testemunha que fingiu estar dormindo e entrou no gabinete onde estava o Dr. Auto deitado em uma cama de lona, logo depois saíram ambos,

desconfiados talvez de que ele depoente estivesse acordado e fingiram que estavam procurando uma coisa qualquer em cima de uma estante que fica na saleta. Persuadidos de que ele depoente dormia voltaram para o gabinete e lá se demoraram mais de meia hora.

Ele testemunha pensou em se levantar, tomar a porta do gabinete e chamar pessoas da família para testemunhar refletindo porem, resolveu não fazê-lo para evitar escândalo.(PROCESSO-CRIME,1922)

Nesse depoimento, além do que já sinalizamos acima, apreende-se a vigilância que estava submetida a mulher, ela era alvo de observação, suspeita, acompanhamento. O incomodo com o ocorrido era claro, fez pensar o depoente em comunicar a família, indicando, portanto, a quem caberia avaliar aquele comportamento. A perspectiva de não fazer escândalo o dissuadiu, talvez temesse alguma exposição desnecessária fugindo do controle familiar.

Ao final de todos os depoimentos, a palavra era passada para o advogado de defesa a fim de que ele perguntasse algo de seu interesse para os depoentes, ao que ele sempre questionava sobre a conduta do marido em relação a sua esposa. As respostas foram unânimes em afirmar que Augusto Fróes da Motta era um bom marido que a tratava bem e nunca havia deixado faltar nada a sua esposa, cunhadas e sogra. Fatores que só tornavam o caso ainda mais favorável ao Capitão Augusto, já que buscava-se evidenciar que ele cumpria o papel esperado do bom marido, provedor do lar e protetor da família.

O depoimento de Augusto foi feito de maneira coerente e apelativa. Provavelmente instruído pelo seu advogado, ele relatou da seguinte maneira o comportamento da sua mulher e do médico, bem como sua compreensiva e paciente conduta diante os fatos que se sucediam no casarão dos Fróes da Motta:

Perguntado se quer fazer alguma declaração ou apresentar defesa [?]

Respondeu que quer fazer a sua defesa [?] e é a seguinte: no dia 22 de março de 1922 às três horas da manhã passando ele pelo quarto de seu pai, estava a mulher dele Almerinda encostada na porta do quarto de seu pai e dentro do dito quarto estava o Dr. Auto Reis ele deu sinal a mulher para ir se deitar pois ele interrogado tinha que ir também se deitar no chalet e seguiu para o mesmo chalet, mas, como já tinha desconfiança da fidelidade de sua mulher, embora não acreditasse desconfiança nutrida [?] pelo modo de trajar [?] enfeitada e [?] de pó de arroz, modo este de vestir não cabido a uma pessoa que presta os seus cuidados a um moribundo; o seu próprio pai reparando o modo [?] com que ela se apresentava, fez-lhe [?] e mandou comprar um vestido, e

ofereceu a ela para que o trajasse quando lhe fosse cercar de seus cuidados e [?] e nasceu a desconfiança que apoderou-se do espírito dele e mais ainda pelos maus procedentes do Doutor Auto cuja fama de conquistador de senhoras casadas já era conhecida. Voltando do chalet minutos depois a mulher dele já estava deitada e ele entrando para o quarto para dormir viu que uma banda da porta do mesmo quarto achava-se aberta e então ele fechou; sua mulher levantou-se [?] a abrir e ele de novo fechou e ela mais uma vez a abrindo, ele lhe disse: mulher, deixe o diabo desta porta fechada, então deitou-se de lado no canto e pôs-se a fingir que estava dormindo, ela que tinha ficado do lado de fora da cama, digo, fora na cama mudou a cabeceira para os pés que ficava junto a porta, que aberta com se achava [?] de ouvir para ele Dr. Auto não entrar e fechada era ao contrario e mudou a cabeceira para poder da aviso ao Dr. Auto logo que ele chegasse a porta. E ele vendo a porta fechada [?] descalços de ponta de pés e ela foi logo lhe avisando por vezes ...de forma que ele não despertasse; dizendo: Augusto está aqui, mas ele não ouvindo ou não atendendo e foi a agarrando e ele então saltou da cama e foi lhe dizendo: Me respeite seu Dr. e travou com este uma certa luta dentro do quarto e saiu com ele para o corredor o esbofeteando e ele então Dr. Auto, fingiu-se maluco e também deu um empurrão nela dizendo: Eu não te disse que havia de te pegar? Após isso ele retirou-se para sua residência onde foi se armar para tirar uma [?] com Dr. Auto e em caminho encontrou-se com a sua mulher que ia com a sua sogra para a casa de seu irmão, atirou incidentemente pois, sua intenção não era feri-la nem matá-la e sim atira-la ao desprezo público para assim ela pegar [?] e além de tudo desrespeitando o lar de seu pai na sua honra extrema ; e seguindo para a casa de seu pai um pouco mais tarde foi preso pela guarda noturna. E que absolutamente jamais deixou de tratá-la com carinho e com decência e também as duas irmãs dela e a sua sogra que viviam com eles. (PROCESSO-CRIME,1922)

Para assegurar a infidelidade da esposa, Capitão Augusto destrincha todo um suposto estratagema usado por Dr. Auto Reis e sua consorte para garantir descrição em seus encontros. Augusto afirmou que já havia uma desconfiança por parte das pessoas e dele próprio acerca do envolvimento entre sua esposa e o referido médico, a defesa de que o tiro foi disparado incidentalmente não corresponde ao próprio relato do Capitão Augusto, que disse não ter intenção de matá-la, mas mesmo assim disparou-lhe um tiro próximo a cabeça, sem que a vítima pudesse se defender. Destaca-se também que o encontro entre Capitão Augusto e D. Almerinda foi acidental, talvez a intenção do acusado distanciar-se de alguma premeditação, evidencia de que a instabilidade do momento, a defesa da honra, poderia ter dado lugar ao pensamento racionalizado de praticar um represália.

A julgar pelos depoimentos prestados pelas testemunhas e pelo próprio Capitão Augusto, em que pese a ocorrência ou não do adultério, pode-se inferir que a conduta de D. Almerinda não atingia os preceitos adequados para uma mulher do período, e por isso havia toda uma tentativa de domá-la e fazê-la estar em seu devido lugar de mulher submissa, honrosa e recatada.

Um exemplo disso foi o vestido que o Coronel “mandou comprar e ofereceu a ela para que o trajasse quando lhe fosse cercar de seus cuidados” ato que colaborou segundo Augusto, para que iniciasse a sua desconfiança a respeito da fidelidade da esposa. Isso porque toda a formação da mulher nesse período corroborava com os ideais de virtuosidade e pureza que podiam ser percebidos principalmente pelos comportamentos, trajes e personalidade do sujeito feminino. Sobre essa afirmação, apresenta Cristiana Ramos:

Essa formação conjugava o ideal de mulher virtuosa, pura de corpo – virgindade e castidade –, e de alma, reforçando a disciplina dos instintos e desejos mais secretos, bem como no modo de falar, vestir, andar, enfim ser extremamente recatada. (RAMOS, 2007, p. 30).

Percebemos, portanto, que houve em todos depoimentos uma defesa dos modelos normativos no tocante ao comportamento tanto para o homem quanto para a mulher. O crime cometido por Capitão Augusto foi justificado pela suposta manobra desviante de D. Almerinda, sua esposa. Ao primeiro o direito de defender sua honra e à segunda uma correção moral compatível com sua postura ultrajante.

3.3 O papel da justiça: juízes e promotores entre a moral provinciana e a civilidade republicana

Ainda que Capitão Augusto pertencesse a uma família influente no cenário feirense, isso não o livrou da acusação, da qualificação e da própria condenação por parte do juiz, como veremos a seguir. Mas o abrandamento dessa condenação, somado aos esforços das testemunhas e da habilidade do advogado em provar que Augusto, na verdade, era a grande vítima no caso, foram substanciais para os autos conclusos do promotor público e, posteriormente, para a sentença do juiz.

Do apurado no [?] conclui-se pela responsabilidade do denunciado no crime de que se trata nestes autos.

E se por acaso se encontram falhas na prova colhida, o próprio denunciado veio suprimi-las com a regra do interrogatório.

Nem se pode argumentar como legítima defesa da honra do acusado, porque o delito foi cometido já em lugar diverso. Requer, pois, esta promotória a Pronúncia do denunciado de acordo com o que foi requerido na denúncia.

15 de maio, Elpidio Raimundo Nova.(PROCESSO-CRIME,1922)

Mesmo tendo ficado comprovado que o tiro que atingiu D. Almerinda foi de fato efetuado somente contra ela, de forma premeditada e consciente dos efeitos que o disparo poderia causar, Capitão Augusto foi enquadrado pelo juiz no Art. 303 do Código Penal, mas teve sua pena abrandada, já que o juiz percebeu o crime como afiançável na forma da lei.

Após ser estabelecido o valor da fiança, 600 réis, Capitão Augusto se apresentou disposto a pagá-la e apresentou os seus fiadores

A leitura da sentença do juiz e das considerações do promotor mostra como a sagacidade do delegado, atrelado a uma conformação por parte da justiça, facilitou o abrandamento da pena do Capitão Augusto, perante o pequeno júri.

Por líbello crime [?] a justiça publica como autora, sentença o réu Augusto Fróes da Motta afiançado, que esta [?] melhor forma de direito.

1º provará que o réu Augusto Froes da Motta na madrugada de 22 de março do [?], fez, com um tiro de pistola, em sua mulher Almerinda Motta o ferimento constantes do auto do corpo de delicto.

2º provará que o réu cometeu o crime com superioridade em arma de modo que a ofendida não se pode defender com possibilidade de repelir a ofensa.

3º provará que o réu era casado com a vítima.

Nestes termos pede-se a condenação do réu no máximo em pena do artigo 303 do código penal visto concorrerem os agravantes 5º e 9º do art. 39 do mesmo código.(PROCESSO-CRIME,1922)

No Código Penal, os parágrafos que compreendem atos agravante num crime são: “§ 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repeller a ofensa”; e “§ 9º Ter sido o crime cometido contra ascendente, descendente, conjuge, irmão, mestre, discipulo, tutor, tutelado, amo, domestico, ou de qualquer maneira legitimo superior ou inferior do agente”. No entanto, eles parecem não ter sido o bastante para a condenação máxima do réu no Artigo 303, que prevê prisão de até três anos para casos como esses. Ainda abre-se uma questão: a superioridade entendida pelos julgadores poderia ser a

arma que Capitão Augusto portava, mas não seria um absurdo imaginar que concorresse também o fato dele ser homem, portanto, superior e assim, ainda condenando o Capitão Augusto, o juiz assegurava uma dada forma de conceber os papéis dos homens e mulheres na sociedade.

A defesa do advogado diante o pequeno júri apresentou-se de forma a justificar o delito como defesa da honra de um homem que encontrava-se fora de seu juízo normal.

Contrariando o líbello de fl., [?] O Capitão Augusto Fróes da Motta, réu afiançado por seu advogado, o seguinte.

1º p. de que fato praticara em sua esposa o ferimento descrito no auto do corpo de delicto de fl;

2º p. que agira em um estado de animo tal que lhe turbara completamente os sentidos e a inteligência; porquanto.

3º p. que sua esposa estava traindo a fé conjugal, e antes de praticar o ferimento citado topava o R. no quarto onde com ela repousava aquele que lhe causou a desgraça no lar, (v, depoimento das testemunhas);

4º p. que não é criminoso nos termos do art. 27, parágrafo 4º do Código Penal.

p. portanto, que recebida esta contrariedade, e confirmado o quesito relativo á (pede pro réu ser absolvido do art. 27 §4º por ser de direito e justiça) Feira, 14 de junho, Jose Maria Neves, Advogado.(PROCESSO-CRIME,1922)

O Artigo 27, § 4º do Código Penal isenta de qualquer ato criminoso “os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime”. Apoiado nos depoimentos das testemunhas, o advogado reduziu o crime do Capitão Augusto a um simples impulso ocasionado pela raiva.

O tribunal que atuou na sala de audiência no dia 30 de junho de 1922 foi altamente complacente com o réu ainda que reconhecesse o crime cometido com todos os agravantes acima mencionados. O juiz finalizou o processo absolvendo o Capitão Augusto da acusação que lhe foi apresentada.

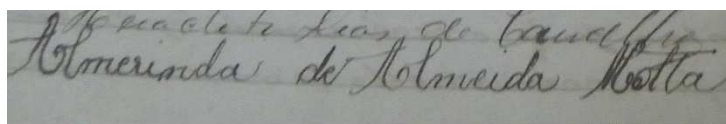
Em que pese o resultado final, ao demonstrarmos os caminhos percorridos pelo processo e os depoimentos que demonstram os valores patriarcais nos quais a mulher tinha papéis bem definidos junto á sociedade e á família, observamos que qualquer manifestação fora desse modelo seria avaliado como desvio de conduta. Por sua vez a Justiça, com suas regras e procedimentos, cumpriu seu ritual de averiguação, análises em instâncias variadas, atuação do júri, no entanto a República apresentava suas formas de efetivação da lei, mesmo que o resultado final não apresentasse uma transformação dos valores tradicionais.

3.4 O desprezo público: repercussões do caso do Capitão Augusto Fróes da Motta

As fontes analisadas para esta pesquisa não ofereceram conclusões exatas acerca do destino de D. Almerinda e o médico, Dr. Auto Reis, após o fim do processo. No entanto, elas oferecem algumas possibilidades de interpretação as quais tentaremos analisar em seguida.

Uma carta precatória para consignação de pagamento do aluguel de uma casa (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA, 1957)²⁹, datada do ano de 1957, envolve o inquilino Frederico Ferreira e a locadora D. Almerinda Almeida. Nos comprovantes que compõem o processo, D. Almerinda não assina como Motta e nem o próprio escrivão do processo a trata com esse nome.

Apesar de não ter sido encontrado no CEDOC nenhuma ordem de desquite ou ação de divórcio, provavelmente a Almerinda Almeida que se envolveu no processo de 1957 é de fato D. Almerinda de Almeida Motta, conclusão obtida principalmente pela comparação das assinaturas do processo em que ela é vítima em 1922 e do que ela é ré na década de 1950. Dessa forma, conclui-se que D. Almerinda separou-se ou foi abandonada pelo marido após o acontecido, o que se pode deduzir inclusive pela afirmação do próprio Augusto Fróes da Motta ao dizer no seu depoimento “que sua intenção não era feri-la nem matá-la e sim atira-la ao desprezo público” (PROCESSO-CRIME, 1922).



Assinatura de Almerinda no processo crime de 1922



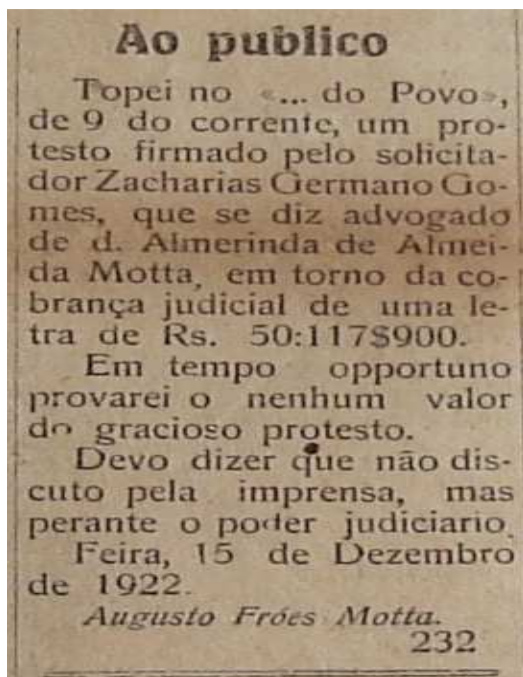
Assinatura de Almerinda no processo civil de 1957

²⁹ Documento Nº 6809 E- 11. CX- 302. CEDOC-UEFS.

Outro documento que aponta o abandono de D. Almerinda de Almeida pelo marido Augusto Fróes da Motta após o acontecido, foi um processo cível movido pelo seu cunhado, Arthur Fróes da Motta, em agosto de 1922, contra o mencionado casal por conta do não pagamento de uma dívida, contraída por Capitão Augusto, meses antes. Para pagar a mencionada dívida o Capitão penhorou todos os bens do casal, o que acabou prejudicando D. Almerinda, que na época, segundo ela mesma comprovou, apesar de continuar casada civilmente, estava separada do marido com quem era casada em comunhão de bens.

Eu, Almerinda de Almeida Motta, casada, mas, separada do meu marido, residente nesta cidade à Rua Senhor dos Passos nº 29 pela presente procuração por meu próprio punho escrita e assignada [sic]. (PROCESSO CÍVEL, 1922, p. 3).

D. Almerinda, por meio do seu advogado, Zacharias Germano Gomes, embargou o processo e alegou que a dívida contraída pelo seu marido, na verdade, foi uma simulação armada por ele, com ajuda de seu irmão Arthur Fróes da Motta, a fim de prejudicá-la quando da partilha dos bens do casal no momento da provável separação judicial.



30

³⁰ Declaração publicada no jornal *Folha do Norte*, em 16 de dezembro de 1922.

A declaração acima foi escrita por Augusto Fróes da Motta e divulgada no jornal *Folha do Norte* em resposta ao protesto do advogado de D. Almerinda em outro jornal (*...do Povo*)³¹, alegando o direito da mesma na divisão dos bens do casal. Se olharmos com atenção, o Capitão, parecia ter se incomodado com a exposição pública, indicando que procuraria o “poder judiciário” e não discutiria pela “imprensa”.

É importante observar, nesse caso, o fato de que era uma preocupação de D. Almerinda e dos seus advogados tornar pública a postura indecente do marido naquele momento, ainda que pelo visto não tenha conseguido fazer isso num semanário de maior circulação, certamente uma retaliação dos editores, que não fizeram o mesmo com o membro da família Fróes da Motta, publicando então o seu protesto no dito jornal.

No dia 8 de abril de 1922 foi divulgada, no jornal *Folha do Norte*, a seguinte declaração feita pelo Irmão de D. Almerinda, Clodoaldo Almeida:

Declaração justa

Por alguns dias, infelizmente, muito se disse, na Feira e na capital do Estado, sobre um facto que a inclemência dos homens disse ter sido verdadeiro.

Quero falar da desdita de que foi victima minha infeliz irmã Almerinda Almeida a quem dei e darei asylo, considerando-a livre da menor mancha.

Faço esta declaração, de público, clara e positivamente, para que não se diga, silenciando eu, que estou de accordo, com a acusação, que lhe fazem.

Além de sérios motivos que ella dirá e testemunhará em occasião oportuna, por seu advogado, o que me leva a acreditar piamente na inocência de minha irmã é o seu passado ilibado, contra o qual na Feira ou em outro qualquer logar, jamais se levantou a mais leve suspeita. Feira, 7-4-922. Clodoaldo Almeida. (FOLHA DO NORTE, 1922a, p. 1).

³¹ O jornal (*... do Povo*) ao qual se refere Capitão Augusto em seu protesto divulgado no periódico *Folha do Norte*, segundo breve pesquisa por nós realizada, chamava-se provavelmente *Gazeta do Povo* e tinha sua circulação com poucas tiragens, restrita à capital Salvador.

A declaração feita por Clodoaldo Almeida confirma que, de fato, D. Almerinda não sofreu somente com os ferimentos provenientes da arma de fogo do seu então esposo, mas também, com as acusações de adultério feitas contra ela ao ponto do caso ter chegado à capital do Estado e do seu irmão ter-lhe oferecido asilo em sua casa a fim de protegê-la dos comentários ofensivos que provavelmente circundava a cidade de Feira de Santana, bem como salvaguardar a honra da família Almeida.

Antes de prosseguirmos nas análises sobre o destino de D. Almerinda de Almeida, é válido ressaltar que, mediante análise da documentação, podemos indicar, de certa maneira, uma relação bem próxima entre a família Fróes da Motta e a família Almeida, sobretudo por conta dos casamentos realizados entre seus membros. Observa-se para isso o confronto das fontes a seguir.

Clodoaldo Almeida, irmão de D. Almerinda, era casado com Junilha de Almeida, filha do Cel. Tertuliano José de Almeida, fazendeiro rico e homem de influência na sociedade feirense. Consta no inventário do Cel. Agostinho Fróes da Motta uma quantia de 2:000\$000 deixada como herança para D. Junilha de Almeida, imagina-se ser a mesma mulher tendo em vista que no mesmo documento é deixado também 1:000\$000 em nome das “quatro filhas do compadre Tertuliano José de Almeida” (REIS, 2008, p. 87).

Cel. Agostinho foi casado duas vezes, o primeiro matrimônio foi com D. Maximiana de Almeida Motta em 1875 e o segundo após ficar viúvo, com D. Guilhermina de Almeida Motta em 1920, com quem teve inclusive, um filho extraconjugal chamado Alberto de Almeida Motta nascido antes do enlace, em 1895.

Antônio do Lajedinho, em suas memórias, relembra D. Guilhermina:

Seu nome era Guilhermina de Almeida Motta, uma das filhas do Cel. Tertuliano Almeida, fazendeiro, exportador de fumo e dono de uma mansão da época, onde está hoje o Solar Santana. (LAJEDINHO, 2004, p. 87).

E

Conheci, na década de 30, a mansão, hoje conhecida por Solar Santana, como a “Chácara do Coronel Tertuliano Almeida”. Melhor residência, somente a do seu genro Cel. Agostinho Fróes da Motta. (LAJEDINHO, 2004, p. 134).

Um processo cível datado do ano de 1946, que consta a divisão dos bens deixados pelo Cel. Tertuliano Almeida, não traz o nome de D. Guilhermina de Almeida como filha do dito Coronel. Não se pode ter certeza que D. Guilhermina era mesmo filha do Cel, Tertuliano como afirma o memorialista, no entanto, podemos concluir que havia de fato uma forte ligação entre as duas famílias, o que possivelmente influenciou nos certames do processo de lesões corporais do qual um dos Almeida foi vítima.

Ao que parece, a ligação entre as famílias não foi suficiente para impedir a separação do Capitão Augusto e D. Almerinda. Outro documento, datado do ano de 1932, permite supormos também que D. Almerinda foi abandonada pelo marido. Falamos do alvará de liberação de uma quantia em dinheiro que se encontrava no exterior, para o menor Luís Fróes da Motta, filho do Capitão Augusto (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA, 1932). Ainda que não tenhamos fontes suficientes para comprovar que o menor era fruto do casamento com D. Almerinda, a ausência no documento do nome da mãe é no mínimo suspeita para nossas análises.

Augusto morreu aos 88 anos no dia 30 de abril de 1972. No texto formal de partilha do seu inventário não consta o nome de D. Almerinda; no entanto, ele é descrito enquanto viúvo, o que permite deduzir que, legalmente, não houve o desquite entre ele e D. Almerinda. Sendo assim, a separação foi forjada no meio público somente a fim de fazer recuperar a honra do herdeiro dos Fróes da Motta.

Acompanhamos as possibilidades de ligação entre essas famílias e parte do destino de Dr. Almerinda, vejamos agora a conexão entre Dr. Auto Reis e os Fróes da Motta. As fontes indicam uma relação menos formal ou profissional entre do Dr. Auto Reis com o Coronel Agostinho, já que ela ultrapassava a dicotomia médico-paciente. Isso porque, o médico fez parte do Conselho da Câmara Municipal durante a gestão do Cel. Fróes da Motta como intendente em Feira de Santana entre 1916 e 1920, tendo sido apoiado por ele também quando exerceu o cargo de deputado estadual. Ao analisar a relação que o Coronel Fróes mantinha com os grupos políticos da época, Reis (2008) destaca as palavras usadas pelo médico quando da posse do novo intendente:

Segundo consta, na já mencionada Ata da sessão solene, um dos membros do novo Conselho Municipal, o Sr. Dr. Auto Reis enaltece a

figura do Intendente [Cel. Fróes], “ao qual ligará laços de grande estima e alta consideração”, e felicita a justa escolha do Governador de Estado em nomear o referido intendente. (REIS, 2008, p. 37).

Essa aliança política do Dr. Auto Reis provavelmente foi fruto da relação de confiança existente entre ele e o Cel. Fróes, o que explica a indignação que apresentaremos mais adiante por parte da imprensa e da população com o suposto envolvimento ilícito do médico com uma das mulheres da família. Essa aliança política do Dr. Auto Reis provavelmente foi fruto da relação de confiança existente entre ele e o Cel. Fróes, o que explicaria a indignação, que apresentaremos mais adiante, por parte da imprensa e da população com o suposto envolvimento ilícito do médico com uma das mulheres da família.

Na semana que compreendeu o intervalo entre as datas de 22 de março a 1º de abril de 1922, os redatores do jornal *Folha do Norte* certamente se viram bastante ocupados para cobrir, com a descrição e a pompa que eram necessárias, os, talvez, dois últimos grandes acontecimentos que Feira de Santana presenciara naqueles últimos anos: o flagrante do Capitão Augusto após atirar contra a sua esposa e a morte de seu pai, o Coronel Fróes da Motta. Agostinho Fróes da Motta morreu naquela tarde do dia 22 de março, menos de 12 horas depois do flagrante que levou seu filho à delegacia e a nora à enfermidade.

O periódico *Folha do Norte* não levantou nenhuma suspeita e nem relacionou, nem mesmo da maneira mais sutil, os dois acontecimentos, o que provavelmente soa como uma tentativa de atenuar a dor da família e dos amigos e evitar que a culpa pela morte dele fosse atrelada a atitude do filho.

Um texto intitulado “A defesa cynica de um vil seductor” dividia a primeira página do já referido jornal com o outro grande que noticiava, em detalhes, o falecimento do Coronel Fróes da Motta. O texto em questão foi uma resposta da imprensa feirense à defesa publicada pelo Dr. Auto Reis, no jornal *Correio da Bahia* de circulação na capital do Estado. Nesse texto, o médico se defendia e culpava o ciúme exagerado do marido pelo incidente acontecido:

O marido temperamento impulsivo, ciumento, cérebro sempre preocupado com armas e tiros, tomou-se de ciúmes de sua esposa,

ciúmes esses que não pude compreender [sic], dada a grande confiança que sempre mereci no seio da família, onde era tido como se fora um dos seus membros.

[...] despertando violento e furioso o homem conclue que a minha presença naquella lugar era a infame torpeza da seducção. (A TRAGÉDIA..., 1922, p. 1).

Em contrapartida, o *Folha do Norte* publicou o texto já mencionado acima, ocupando duas páginas, do jornal e tentou defender o Capitão Augusto. Rebateu as acusações feitas pelo Dr. Auto Reis à medida em que depreciava a imagem do médico, atacando com ferocidade sua dignidade, seriedade e caráter.

O certo, porém, é que se entre nós representava apenas o valor da família Fróes da Motta, cujo venerando e inolvidável chefe, torpemente ludibriado, sempre o amparou e protegeu, chegando ao extremo de romper suas relações políticas com leaes e velhos companheiros dedicados em cujo número estivemos nós, para sacrificar sua posição e sustentar com seu prestígio tradicional a candidatura do novo Judas, mais perverso que o antigo, a uma cadeira na câmara dos deputados estaduaes... [...] tudo emprestou o cel. Fróes da Motta ao seu amigo e médico; ao médico e amigo que ele abrigaria, longos mezes sob o tecto do honrado lar, uma paixão funesta e criminosa, ao médico e amigo que desrespeitaria a família seduzindo-lhe a nora. [...] Seu artigo é, aliás, uma série de contradições.

Si não, vejamos como ele cynicamente se refere ao marido ultrajado:

“O marido temperamento impulsivo, ciumento, cérebro sempre preocupado com armas e tiros, tomou-se de ciúmes de sua esposa, ciúmes esses que não pude compreender...”

Pois bem. Esse marido impulsivo, ciumento, cérebro sempre preocupado com armas e tiros, surpreende no quarto da mulher o médico assistente do pai agonizante. E o que faz além de esbofetear a face do vil seductor? Vibra-lhe, dispara-lhe alguma daquellas armas? Esmaga-lhe sua torpeza com algum daquelles tiros? (A DEFESA..., 1922, p. 1).

O redator do texto não poupa esforços para demonstrar, ao que tudo indica, a famosa falta de caráter do médico e sua fama de “Dom Juan”:

Temperamento libidinoso, corpo e alma devotados aos prazeres da carne, nesta cidade affrontou por muitos annos, a própria e família alheia, exhibindo nas festas mais públicas, nos logares mais frequentados, com luxo, com ostentação, uma concubina, uma meretriz, uma decahida... (A DEFESA..., 1922, p. 2).

E finaliza o texto relegando ao desprezo público o médico a quem se refere como um homem morto:

Moralmente morto, ahi fica enterrado um homem. Deus queira não nos constanjam a abrir a sepultura, Deus queira não seja necessária a autopsia, Deus queira, não tenhamos ainda de falar ainda neste desgraçado assumpto. (A DEFESA..., 1922, p. 2).

O assunto repercutiu também entre os populares, que se mostraram solidários ao Capitão Augusto. A edição do dia 8 de abril do jornal *Folha do Norte* trouxe alguns telegramas enviados a redação após o incidente. Os telegramas demonstram que a indignação das pessoas se dava por conta da traição do Dr. Auto para com a família Fróes da Motta:

Feira de Sant'ana, 29- Diro- População vae reunir-se a aprovar uma moção ao Dr. Auto.

Esse documento assignalará que a cidade, o municipio, a comarca não comporta mais tamanha celebridade como a delle e lhe indicará as matas verdes do Araguaya para uma vida triumphante entre as feras que o respeitarão. Não haverá onça que se não acovarde ao saber dos feitos que de mais de que fera, de mostro nesta cidade.

Correspondente.

Penitenciária- Bahia- 28. – Dr. Auto queria lhe parabenizar pela *mercadoria* que você pôz em circulação. Aquella sua defeza é uma abertura de *michas*.

Alberti, o moedeiro *Falso*.

Recife, 30- Dr. Auto- A sua perversidade me assombrou. Eu dei surras com correntes de armar rêde, assassinei um homem e depois jantei com os pés em cima do cadáver, mas sempre respeitei os meus protectores. Como você eu acho que não há segundo.

Antonio Silvino. (MAIUSELAS..., 1922, p. 1).

Ao que tudo indica, o *Folha do Norte* procurou assegurar que a reprovação da atitude do médico foi comum a boa parte da população. Para o periódico, a ação de Dr.

Auto Reis foi considerada altamente desonesta tendo sido ele o grande culpado pelo incidente ocorrido. Incidente esse que não se trata do tiro efetuado contra D. Almerinda, mas sim do flagrante que levou o filho do Coronel Fróes da Motta à delegacia e o envolveu em um processo criminal. Observa-se que em momento nenhum os textos e telegramas dos jornais, afrontam ou apontam D. Almerinda como culpada, diferentemente das testemunhas do processo, isso porque era preciso ao menos publicamente obscurecer os comentários maldosos sobre a mulher que ainda levava o nome Motta.

A situação do médico foi diferente, o provável adultério foi atrelado a sua fama de conquistador, irresponsável, e o incidente lhe rendeu ainda o adjetivo de traidor e perverso, ao ponto de ser comparado em um dos telegramas ao temido Lucas da Feira³².

Feira de Sant' Anna- 31. Dr. Auto- Numa sessão espírita, hoje em casa dos Sete Facadas, o espírito de Lucas da Feira apareceu, damnado, urrando, ameaçando quebrar os móveis.

Fez-se a prece e elle amansou.

– Que é isso Lucas?

– Indignado com a proeza de Dr. Auto. Escangalhou-me a fama.

Zé da Feira. (MAIUSELAS..., 1922, p. 1).

O texto de defesa do Dr. Auto foi apresentado pelo jornal *Folha do Norte* à população como uma afronta, uma ofensa não a uma família, mas, a toda uma sociedade que naquele momento era tida como traída, enganada e encontrava-se atônita com os últimos acontecimentos. Após o incidente, provavelmente por medo da reação das pessoas, o médico transferiu-se para a capital do Estado, e lá publicou o seu texto, inclusive em jornais de circulação estadual. Trechos do texto publicado pela redação do *Folha do Norte* indicam qual era a opinião divulgada sobre o fato e sobre o médico naquele momento, comprovando, inclusive a influência que a família Fróes da Motta detinha no seio da sociedade feirense.

³² Lucas da Feira foi um famoso bandido que agiu na região de Feira de Santana em meados do século XIX. Ainda escravo, fugiu do cativoiro e montou um bando que aterrorizou os caixeiros viajantes e moradores das cidades vizinhas praticando assaltos e submetendo inimigos às mais diversas torturas. Sua fama percorreu o país, rendendo à cidade, mais tarde, o apelido de Terra de Lucas. Para mais informações, entre outros trabalhos recomendo Lima (1990).

Viram todos os que tem olhos pra ver, qual foi a nossa primeira attitude e não voltaríamos a falar da sensacional ocorrência que a 22 de passado mez, abalou e sacudiu a cidade, si o protagonista infeliz de tão grande miséria, o médico clínico, Dr. Auto Esmeraldo dos Reis, já hoje tristemente conhecido e celebrizado nestes vastos brasis, houvesse mantido a reserva e prudência que o momento irrevogavelmente lhe impunha.

S.s veiu a publico, irreflectidamente, pelas columnas d'A Imprensa e d'A Tarde, da Capital do Estado, para onde fugira, na madrugada de quinta-feira penúltima, roído de remorsos, não porque temesse o massacre, a que a policia montaria guarda, mas porque sentisse, no vasio do isolamento em que ficou, o desprezo, a repugnância de toda uma população... (A DEFESA..., 1922, p. 1).

Os jornais que sucederam o dia 1º de abril não mais trataram sobre a figura do médico Auto Reis, bem como todos os anúncios que destacavam suas especialidades médicas foram também retiradas e substituídas pelas de outros profissionais.

Ao capitão Augusto Fróes da Motta, autor do disparo que feriu a sua mulher, foi dedicado em nome de toda sociedade pelo *Folha do Norte* uma clemência e um sentimento de solidariedade inestimável. O médico agredido e a esposa ferida na sua honra e no seu corpo foram atirados ao desprezo público e à imoralidade, pois desonraram a nobre família Fróes da Motta.

Mais do que uma contenda criminal acompanhar o processo de Dona Almerinda e do Capitão Augusto nos possibilitou pensar uma série de assuntos a respeito da cidade de Feira de Santana. Como as questões a respeito das condutas femininas, bem como as disputas no campo jurídico, além da própria família Fróes da Motta, aqui tratada como um arquétipo dos setores dominantes da cidade, que embora, pretendendo disseminar valores ligados a moral e ética, posturas civilizadas, condizentes com seus lugares sociais, estiveram em meio a contendas que questionavam tais princípios.

Conclusão.

Os arroubos do sistema republicano no Brasil trouxeram para além das capitais e grandes centros, os ares da modernização européia para as cidades do interior do país assim como Feira de Santana.

Moldando novos costumes e normatizando os cidadãos, esse novo modelo político propôs uma reforma no estilo de vida das pessoas de modo a combater antigos hábitos considerados anti-higiênicos, perigosos, incivilizados ou violentos. Essas mudanças estenderam-se também às características estruturais das cidades fazendo com que os governantes investissem na feitoria de praças, prédios públicos, ruas largas e coibissem qualquer tipo de construção que colocassem em risco a inserção da cidade nos moldes republicanos de modernidade e civilidade.

Em Feira de Santana foi possível observar que as mudanças empreendidas pela onda modernizadora da Republica atingiu com vigor as camadas mais populares da sociedade. Os trabalhadores e empobrecidos em geral foram marginalizados e excluídos do sistema vigente na tentativa violenta de enquadrá-los nos novos moldes.

Aos mais abastados coube o papel de baluarte da civilização e dos bons modos. Eram eles os responsáveis por fortalecer, disseminar e defender as práticas incorporadas pelo novo sistema político.

A imprensa foi um dos principais veículos de disseminação desse modelo. Em Feira de Santana o jornal Folha do Norte emitia em suas paginas constantemente através

de seus textos, práticas e discursos defensores da modernidade e do ideal de civilidade que se pretendia para a população feirense.

Seguindo essa corrente, o fortalecimento da ordem burguesa e o crescimento do comércio enriqueceram ainda mais a antiga aristocracia imperial e fez emergir novos sujeitos. Em Feira de Santana a venda de fumo e produtos derivados elevou o protagonismo de pessoas como o Cel. Agostinho Fróes da Motta e sua família.

A família Fróes da Motta formada em síntese pelo Coronel Agostinho e seus filhos, figurou entre as mais poderosas da Bahia durante os primeiros anos do século XX. Esse poder não estava ligado apenas às questões financeiras, mas também à influência social que os mesmos exprimiam.

No tocante à criação dos filhos, foi possível observar que os esforços do patriarca sempre giraram em torno de manter a tutela e a vigilância sobre as atitudes dos mesmos, fosse na vida pessoal ou pública, repreendendo-os ou punindo-os sempre que julgava necessário.

Essa postura vigilante do pai buscava tornar a família Fróes da Motta um modelo de civilidade. Os relatos dos memorialistas recuperam essa imagem idônea e respeitada dos membros da família.

A análise de como essa família se comportou durante os anos em que atuaram na sociedade feirense, mostrou de que maneira esses sujeitos pertencentes às camadas dominantes da cidade, diversas vezes se mostraram enquanto baluarte da modernização republicana fosse na propagação de normas comportamentais fosse na reestruturação física da cidade.

No entanto, a leitura de processos cíveis e crimes mostraram que internamente, na esfera privada, esses sujeitos chocavam-se constantemente com os novos ideais outrora defendidos por eles próprios.

A tentativa de homicídio por parte de um dos membros do clã, Augusto Fróes da Motta, fez com que a família utilizasse de sua influência para manobrar tanto a justiça quanto os comentários e a exposição pública do caso perante a sociedade.

A influencia e poder econômico da família Fróes da Motta não foram capazes de livrar o Capitão Augusto do processo crime em que se envolveu e foi condenado, no entanto com o apoio das testemunhas, da opinião pública, e com a orientação de bons advogados, conseguiu-se reverter a situação criando novos culpados, resignificando os acontecimentos e conseqüentemente abrandando a pena imposta ao réu.

Foi possível observar também o papel da mulher na sociedade. Ainda que ultrajada e vitimada por um tiro, o direito a fala dado a D. Almerinda, foi limitado e pouco utilizado pela justiça. Além do que, buscou-se todo o tempo escondê-la dos possíveis comentários maldosos que circulavam pela cidade. De onde se pode concluir que ainda que fosse considerada tão culpada quanto o possível ‘medico traidor’, o fato de levar o nome dos Fróes a livrou de pretensos julgamentos públicos.

Ao analisar a participação desses sujeitos no contexto em questão, foi possível ainda nos aprofundarmos nas singularidades dos mesmos, percebendo as suas atuações, manobras e influência dentro de uma sociedade que estava sendo moldada dentro de novos aportes moralizadores e que não excluiu a participação e as transgressões de sujeitos como esses dentro dessa disputa de ideais e modelos de cidadania, ficando claro que ao estudar os grupos dominantes percebemos novas possibilidades de conhecer sob outra ótica as divergências e congruências de uma sociedade.

Referências

- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 1, dez. 2004.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *A paisagem urbana e o homem*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos).
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro. (1918-1940)* São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- CONCEIÇÃO, Kelman. *Política e reacomodação de poder em Feira de Santana na Era Vargas. (1930-1945)*. 2009. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso—Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.
- CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. *Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo,
- FERREIRA, Antônio Moreira (Antônio do Lajedinho). *A Feira no século XX (memórias)*. Feira de Santana: Talentos, 2006

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. 1994. 223 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

_____. Quem pariu Mateus que balance. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 18, p. 117-126, 1998.

_____. Desafrikanizar as ruas: elite letrada, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, Salvador, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FREIRE, Luis Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAJEDINHO, Antônio do. *A Feira na década de 30 (memórias)*. Feira de Santana: [s.n.], 2004.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIMA, Eronize. *Prosas da valentia: violência e modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)*. 2008. 253 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LINS, Rafael Quintela Alves. *Uma “democracia” para os “senhores da cidade”: eleições, poder e direção política em Feira de Santana (1947-1958)*. 2011 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. Experiência e narrativa: o pós-abolição como problema histórico. In: _____. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.13-34.

OLIVEIRA. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório à princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. 2000. 300 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

_____. *“Canções da cidade amanhecendo”: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PINTO. Raimundo A. C. *Pequena história de Feira de Santana*. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. 2011.

POPPINO, Rolie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.

RAGO, Elizabeth Juliska. Era uma vez duas Franciscas... In: DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *História, cultura e poder*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *A mulher no espaço feirense: casa, rua e trabalho, 1789-1930*. 2007. 250f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

_____. *Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)*. 2007 250 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional–Universidade do Estado da Bahia - Campus V, Santo Antonio de Jesus, 2007.

REIS, Wagner Alves. *Agostinho Fróes da Motta: comércio, política e questões raciais na Princesa do Sertão (1900-1922)*. 2008. 90f. Monografia (Especialização em História–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

_____. *Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

RODRIGUES, Aline Laurindo. *A nova ordem republicana em Feira de Santana e a família Fróes da Motta (1878-1922)*. 2012. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)–Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SAMARA, Eni mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAMPAIO, Moiseis Oliveira. *O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina*. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)–Universidade do Estado da Bahia – Campus V, Santo Antonio de Jesus, 2009.

SANTIAGO, Tiago Santos. *Casas, casebres e ruínas: política de desapropriação na Feira de Santana. (1910-1917)*. 2010. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para a construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. 2000. 212f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Lista de Fontes

Arquivos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA. *Inventário de Agostinho Fróes da Motta*. Est. 6, cx. 166, doc. 2573. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1907

_____. *Testamento de Agostinho Fróes da Motta*. Est. 6, cx. 166, doc. 2573, fl. 2v. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1922.

_____. Est.8, cx. 212, doc. 4405. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1932.

_____. *Carta*. Est. 11, cx. 302, doc. 6809. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1957.

PROCESSO CÍVEL. Est. 9, cx. 236, doc. 5022. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1906.

_____. Est. 9, cx. 247, doc. 5226. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1907.

_____. Est. 255, cx. 10, doc. 5366. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1922.

_____. Est. 361, cx. 13, doc. 8405. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1946.

PROCESSO-CRIME. Est. 5, cx. 121, doc. 2431. Feira de Santana: CEDOC/UEFS, 1922.

Jornais e revistas

A DEFESA cynica de um vil seductor. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 1 abr. 1922.

A TRAGÉDIA de Feira de Sant' Anna. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 1 abr. 1922.

CORREIO DA FEIRA. Feira de Santana, 8 jan. 1882.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, 1 out. 1909a.

_____. Feira de Santana, 22 out. 1909b.

_____. Feira de Santana, 13 nov. 1909c.

_____. Feira de Santana, 20 nov. 1909d.

_____. Feira de Santana, 29 jan. 1910a.

_____. Feira de Santana, 19 fev. 1910b.

_____. Feira de Santana, 7 maio 1910c.

_____. Feira de Santana, 18 jun. 1910d.

_____. Feira de Santana, 24 jun. 1910e.

_____. Feira de Santana, 2 jul. 1910f.

_____. Feira de Santana, 11 set. 1910g.

_____. Feira de Santana, 17 set. 1910h.

_____. Feira de Santana, 3 maio 1914.

_____. Feira de Santana, 31 jan. 1920a.

_____. Feira de Santana, 24 abr. 1920b.

_____. Feira de Santana, 31 jul. 1920c.

_____. Feira de Santana, 14 ago. 1920d.

_____. Feira de Santana, 8 abr. 1922a.

_____. Feira de Santana, 15 abr. 1922b.

_____. Feira de Santana, 16 dez. 1922c.

_____. Feira de Santana, 8 abr. 1944a.

_____. Feira de Santana, 15 abr. 1944b.

_____. Caderno especial distribuído pela Fundação Senhor dos Passos. Feira de Santana, 21 nov. 2008.

MAIUSELAS e Minuselas – a pedidos. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 8 abr. 1922.

MATADOURO: cepo e machado. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 11 dez. 1909.

O TRABALHO. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 4 jul. 1910.

OS MÁOS estrangeiros e a polícia inerte. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 15 out. 1909.

PANORAMA. Feira de Santana, set. 1983.